



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Antropologia

**Boas Práticas para a Integração de Populações Imigrantes:
Governamentalidade, Gestão e Bem-Estar num Centro de
Acolhimento Temporário em Lisboa, entre 2011-2012**

Ingrid Machado Pena

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento e Saúde Global

Orientador:
Doutor Francesco Vacchiano, Investigador do CRIA,
ISCTE-IUL

Setembro, 2012

**Boas Práticas para a Integração de Populações Imigrantes:
Governamentalidade, Gestão e Bem-Estar num Centro de
Acolhimento Temporário em Lisboa, entre 2011-2012**

Ingrid Machado Pena

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Desenvolvimento e Saúde Global

Orientador:
Doutor Francesco Vacchiano, Investigador do CRIA,
ISCTE-IUL

Setembro, 2012

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família e à equipa do CPA: técnicos, tutores e residentes.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar o meu agradecimento ao meu orientador, Doutor Francesco Vacchiano, pelas sugestões, críticas e a pertinência de suas observações sem as quais não seria possível a realização do presente estudo;

Um agradecimento especial à minha família por me apoiar incondicionalmente em todos os momentos;

Aos meus amigos, espalhados mundo à fora, que mesmo à distância mantiveram-se “presentes” através das palavras de carinho e de encorajamento transmitidas nos intermináveis correios eletrónicos, mensagens e conversas pelo Skype e que me deram “fôlego” para a conclusão do mestrado;

O meu agradecimento ao Michael J. Goss por sua confiança e amizade;

O meu agradecimento ao Fernando Gil Ferreira por seu profissionalismo, simpatia e ajuda atenciosa;

O meu agradecimento às colegas Paula Abreu Ferreira, Alice Laronta, Rita Reis, Joana Catela e Filipa Azevedo sempre prontas a ajudar e a dispor do seu tempo para me ouvir, “ler” e contribuir com feedbacks, “cafés” e boas conversas;

À Giulia Pizzignacco por sua compreensão e palavras de incentivo;

O meu agradecimento ao JRS-Portugal pela confiança depositada em mim através da autorização para a realização do presente estudo;

Um agradecimento especial à equipa do CPA – técnicos, tutores e residentes – interlocutores indispensáveis para a produção do presente material e, acima de tudo, companheiros de jornada.

RESUMO

O presente estudo aborda a construção da narrativa das boas práticas para a integração de imigrantes num centro de acolhimento temporário em Lisboa, contextualizando o conceito de acolhimento e boas práticas com referência aos cenários político e económico actuais.

O Centro Pedro Arrupe (CPA) acolhe imigrantes e deslocados do seu país de origem em situação de carência humanitária, ou seja, pessoas que encontram-se incapazes de cumprir com as necessidades básicas de alojamento, alimentação, vestuário, higiene, entre outros.

A partir de um dos projectos em execução - Projecto de Tutoria Social - o estudo tem por objectivo explorar e acomodar as perspectivas/narrativas dos actores envolvidos e identificar as racionalidades e/ou paradigmas associados que conferem forma à intervenção no terreno.

Para a realização do estudo foi privilegiado o método etnográfico com a realização de entrevistas semi-directivas com tutores, residentes e equipa técnica, observação participante, revisão da literatura, consulta a manuais de boas práticas e relatórios internacionais e a análise documental do projecto.

Nas representações dos interlocutores, não obstante a pluralidade de significados e atribuições, é possível identificarmos três narrativas ou paradigmas dominantes para enquadrar o processo de integração e a conceptualização das boas práticas: o paradigma *disciplinar*, o paradigma da *solidariedade e justiça social* e o paradigma *institucional*. Importa referir que as diferentes representações ou paradigmas não são mutuamente exclusivos.

Desta maneira, na perspectiva dos interlocutores, as boas práticas sustentam-se como um conjunto de medidas que promovam ações de respeito, mutualidade e responsividade, mas também de aquisição de competências e normas comportamentais.

Palavras-chave – imigrantes, governamentalidade, integração, bem-estar, boas práticas.

ABSTRACT

The present study discusses the construction of the narrative of best practices for the integration of immigrants in a temporary reception center in Lisbon, contextualizing the concept of host and best practices with reference to the current political and economic scenarios.

The Pedro Arrupe Center welcomes immigrants and displaced people from their home country in humanitarian distress, in other words, people who are unable to meet the basic needs of housing, food, clothing, hygiene, among others.

From one of the ongoing projects - Project of Social Tutoring - the study aims to explore and accommodate the perspectives/narratives of the actors involved and identify rationalities and/or paradigms associated that give shape to the intervention on the ground.

To accomplish the objectives of the study was privileged the ethnographic method, semi-directive interviews with tutors, staff and residents, participant observation, literature review, consultation of best practices manuals and international reports and analysis of the project's documents.

Through the representations of the key informants, despite the plurality of meanings and attributions made, it is possible to identify three narratives or paradigms to frame the process of integration and the conceptualization of best practices: the *disciplinary* paradigm, the *solidarity and social justice* paradigm and the *institutional* paradigm. It should be noted that the different representations and/or paradigms are not mutually exclusive.

Thus, from the perspective of the key informants, the best practices sustain themselves as a set of measures to promote actions of respect, mutuality and responsiveness, but also the acquisition of skills and behavioral norms.

Key words – immigrants, governmentality, integration, well-being, best practices.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Motivação	1
Objectivos do estudo e metodologia	3
Organização da dissertação por capítulos	5
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	7
1.1 MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS	7
1.1.1 O Cenário Internacional	7
1.1.2 O Contexto Português	11
1.2 GOVERNAMENTALIDADE DAS MIGRAÇÕES	14
1.2.1 A Construção da Categoria Migrante	14
1.2.2 Gestão Social das Migrações	17
1.2.3 Tecnologias de Cidadania vs. Tecnologias de Anticidadania	20
1.2.4 Humanitarismo	23
CAPÍTULO II – PRÁTICAS SOCIAIS PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES	25
2.1 PRODUÇÃO E ACESSO AO BEM-ESTAR	25
2.1.1 O Conceito de Bem-Estar	25
2.1.2 Agencialidade e Empoderamento	28
2.1.3 A Abordagem das Capacitações	32
2.1.4 O Processo de Integração e as Boas Práticas	35
CAPÍTULO III - ESTUDO DE CASO: PROJECTO DE TUTORIA SOCIAL	39
3.1 Centro Pedro Arrupe (CPA)	39
3.2 Projecto de Tutoria Social	43
3.3 O CPA e a Tutoria Social aos “olhos” da equipa	45
3.4 A minha experiência de tutoria: relatos	48
3.5 As vozes no terreno	54
3.5.1 A motivação para o voluntariado	57
3.5.2 Os benefícios da intervenção	59
3.5.3 As representações sobre a instituição	61
3.5.4 A integração na perspectiva dos diferentes actores	64
3.5.5 A noção de boas práticas para a integração	67

DISCUSSÃO: Integração e Boas Práticas	71
BIBLIOGRAFIA	79
FONTES ELETRÓNICAS	85
ANEXO – GUIÕES DE ENTREVISTA	

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACIDI, IP - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

CNAI - Centro Nacional de Apoio ao Imigrante

CLAI - Centro Local de Apoio ao Imigrante

CPA - Centro Pedro Arrupe

DESA – Department of Economic and Social Affairs

ISS, I.P – Instituto da Segurança Social

JRS – Serviço Jesuíta aos Refugiados

MIPEX - The Migrant Integration Policy Index

OIM - Organização Internacional para as Migrações

ONGs - Organizações Não Governamentais

OSS – One-Stop Shop

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

U.E – União Europeia

U.N – United Nations

INTRODUÇÃO

O presente estudo, realizado no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento e Saúde Global, aborda, a partir dos cenários político e económico actuais, a construção da narrativa das boas práticas para a integração de imigrantes num centro de acolhimento temporário em Lisboa. A partir de um dos projectos em execução - Projecto de Tutoria Social - o estudo tem como objectivo explorar as racionalidades que orientam as acções dos actores sociais envolvidos e as narrativas que impulsionam e conferem forma à intervenção no terreno.

Motivação

O interesse pelo tema da gestão social das migrações, nomeadamente, os discursos sobre as boas práticas, surge no decorrer da minha experiência migratória, condição vivenciada ao longo dos últimos quatro anos e nos sucessivos encontros e desencontros com os serviços e instituições vocacionados para recepcionar, orientar e apoiar o imigrante no processo de adaptação e integração na sociedade de acolhimento.

A experiência de viver em três diferentes países, com três diferentes processos de integração, a observar e acompanhar as histórias de tantos outros que assim como eu eram os “de fora”, a chegar em números cada vez maiores, a experienciar os sentimentos de pertencimento ou não a um lugar, a viver uma realidade onde “se foi”, “se é” e “passou-se a ser”, voltaram a minha atenção para o campo das migrações, em particular, para os processos de acolhimento e integração.

Com o processo de globalização da economia e a emergência de novas realidades sociais, económicas e políticas, é possível argumentar que somos confrontados por uma relação paradoxal entre movimento e fixidez. Por um lado, o incentivo à livre circulação de bens, capitais e serviços e por outro, o controle sobre a mobilidade humana e a circulação de mão-de-obra de forma cada vez mais vigorosa.

Num cenário global de fluxos e contrafluxos (Hannerz, 1992), marcado por “incertezas sociopolíticas e económicas vigentes” (António, 2011), o imperativo de gerir capitais, bens, serviços e imigrantes, a partir das perspectivas de ordem e bem-estar social predominantes na sociedade de acolhimento, torna-se de fundamental importância à actividade governamental.

O sistema neoliberal estabeleceu novas regras, novos mercados, instrumentos e actores no sistema económico e político global. Neste cenário é possível observar a permanente

produção de novos conhecimentos, dados e ferramentas de intervenção, a definir melhores práticas e a promover a divisão de papéis e responsabilidades.

Um número crescente de entidades, com funções variadas e com capacidade de influência em níveis distintos conjugam-se num campo complexo de intervenção. Outro aspecto a referir é o conjunto de relações entre as diferentes entidades, indivíduos e comunidades e os resultados deste “encontro” em contextos particulares (Fisher, 1997). Como “parceiros sociais” assumem compromissos, negociam interesses e papéis a cumprir de acordo com a posição que cada “parceiro” ocupa na relação.

A construção do imigrante como um problema a ser gerido (Inda, 2006), retratado como inferior em direitos e em dignidade, socialmente impróprio, sem educação adequada e culturalmente limitado conduzem a discursos, por um lado, de ajuda e correção e por outro, de controlo e coerção. A intervenção assume um carácter duplo: controlar *versus* cuidar, facilitar *versus* educar, integrar *versus* enquadrar, caridade *versus* cidadania. Formam-se novas dependências, categorizações e “especialismos” na tentativa de dar conta do complexo quadro entre necessidades pessoais, necessidades sociais e a prestação de serviços.

Importa referir que esta conjuntura é possível através da criação de um aparato legal, administrativo e intelectual que constrói a migração como fenómeno (anomalia, emergência, necessidade, etc.) e o imigrante de forma consequente (ameaça, incompatibilidade, urgência, trabalho, etc.). A cultura passa a operar exclusivamente como um “marcador de grupos” (Hannerz, 1992), formando, mobilizando e atribuindo pertenças aos sujeitos e conduzindo, amiúde, a narrativas e atitudes de discriminação e exclusão.

O interesse pelo projecto de Tutoria Social, em particular, justifica-se pelo facto de ser um projecto em que participo como tutora-voluntária com uma proposta de intervenção complementar ao apoio desenvolvido pela equipa técnica do centro de acolhimento - Centro Pedro Arrupe (CPA) - que recebe imigrantes e deslocados do seu país de origem em situação de carência humanitária.

Entre as variadas iniciativas existentes no CPA, que têm por objectivo a capacitação e a participação activa dos residentes nas decisões e actividades do Centro, a Tutoria Social sustenta-se, através de uma relação mais próxima e individualizada, como uma medida facilitadora da integração desta população em Portugal com ênfase no desenvolvimento pessoal e social de cada residente.

Sob os incentivos das políticas da União Europeia (U.E) e a intensificação e diversificação dos fluxos migratórios, o sector de apoio social português – instituições públicas e privadas,

ONGs, organizações de caridade e de carácter religioso, entre outros – têm, cada vez mais, orientado as suas acções para o acompanhamento e o apoio das populações imigrantes.

Não obstante a vasta pesquisa sobre a imigração em Portugal e o facto do país ser referenciado internacionalmente como executor de boas práticas para a integração das populações imigrantes, pouco tem sido produzido em termos de análise das políticas de integração e a sua execução no terreno; como as políticas são criadas e instrumentalizadas, quais as motivações e os actores envolvidos neste processo e como afectam a vida dos imigrantes e a sua integração na sociedade de acolhimento (Projeto Imigrantes e Serviços de Apoio Social: Tecnologias de Cidadania em Portugal, PTDC/CS-ANT/101179/2008).

A gestão das populações imigrantes configura-se como um campo de intervenção estratégica para o Estado. É fundamental a partir de experiências no terreno, explorar as dinâmicas e as relações que emergem do encontro entre as populações imigrantes e as respostas oferecidas para a sua integração e, ainda, analisar como o conhecimento e outros recursos articulam-se e actualizam-se em contextos particulares a condicionar a produção e o acesso ao bem-estar.

Objetivos do Estudo e Metodologia

Ao longo de um ano e seis meses de colaboração são muitas as histórias, preocupações, alegrias, frustrações, encontros, dúvidas, críticas e desafios compartilhados. Tive a oportunidade de participar de reuniões, discussões, eventos e inúmeras conversas de “corredor” que fizeram-me reflectir, a cada novo encontro, sobre o meu papel como tutora e a função da tutoria numa perspectiva mais ampla.

Neste sentido, a partir dos actores-chave da intervenção - equipa, tutores-voluntários e residentes - interessa-me perceber como constroem o espaço da tutoria, as motivações e os objectivos envolvidos, as expectativas e as experiências vivenciadas e o sentido que o processo de integração e as boas práticas assumem para estes actores envolvidos directamente na assistência no terreno, através da gestão das necessidades e vulnerabilidades e da promoção das capacidades e de relações de proximidade.

A considerar o facto de que, nas palavras de Davies (2002:06) “O objectivo da pesquisa é fazer a mediação entre diferentes construções da realidade e fazer pesquisa significa aumentar a compreensão destas construções, entre as quais está incluída as construções do próprio

antropólogo¹, interessa-me explorar, a partir da Tutoria Social como espaço privilegiado de intervenção, as noções de boas práticas para a integração dos diferentes actores envolvidos e o impacto destas práticas na produção e no acesso ao bem-estar dos residentes.

Em termos de objectivos específicos, a investigação procura:

- Explorar as narrativas e as representações dos tutores, dos residentes e da equipa técnica sobre a tutoria;
- Identificar as racionalidades e as formas de gestão articuladas a tutoria;
- Explorar as noções de boas práticas para a integração;
- Analisar o impacto da intervenção na produção e percepção do bem-estar dos residentes.

Para cumprir os objectivos do estudo foi privilegiado o método etnográfico, a realização de entrevistas semi-directivas com tutores, residentes e equipa técnica, observação participante, revisão da literatura, consulta aos manuais de boas práticas e relatórios internacionais e a análise documental do projeto. Foi produzido um guião de entrevistas (ver anexo), para cada grupo de entrevistados, de forma a explorar os pontos de interesse do estudo. O início do trabalho de campo fez-se paralelamente à pesquisa bibliográfica.

Esta última concentra-se nas perspectivas teóricas da antropologia das migrações, nos estudos sobre a governamentalidade e a etnografia da interface institucional, porém não exclui o diálogo com estudos provenientes de outras disciplinas das ciências sociais e humanas, nomeadamente, a psicologia.

Anterior ao pedido de autorização para a realização da investigação, expus à equipa do Centro a minha intenção de explorar o assunto. A equipa colocou-se à disposição para colaborar com o que fosse necessário, referindo, inclusive, que é interesse da própria instituição, e consequentemente da equipa, ter instrumentos para reflectir criticamente sobre as suas práticas. O pedido de autorização foi feito por correio eletrónico ao director da instituição que prontamente concedeu a autorização para o estudo.

A escolha por entrevistar somente os residentes que participam do projecto de Tutoria Social e os tutores a actuar activamente no período da investigação prende-se com os próprios objectivos do estudo em explorar as dinâmicas e as narrativas presentes no encontro entre tutores e “tutorandos” e situar estas dinâmicas nos debates sobre as boas práticas para a integração, a produção e o acesso ao bem-estar.

¹ Todas as traduções em língua estrangeira são livres e de minha responsabilidade.

O pedido de colaboração aos residentes foi realizado presencialmente. O pedido de colaboração aos tutores foi realizado por correio eletrónico. Tanto residentes como tutores mostraram-se disponíveis a colaborar sendo-lhes assegurado o anonimato. Para este fim, e por se tratar de um grupo relativamente pequeno de pessoas, foram atribuídas iniciais aos interlocutores com o objectivo de dificultar a possibilidade de identificação dos mesmos.

No que diz respeito à proposta da investigação, metade dos residentes, um deles, em particular por questões linguísticas, manifestou não perceber o meu interesse. Foi necessário o uso de uma linguagem informal, utilizando exemplos a partir da experiência migratória dos residentes para acederem ao discurso das boas práticas e a minha intenção de melhor perceber a sua conceptualização.

As entrevistas foram conduzidas entre Abril e Julho de 2012, consoante a disponibilidade dos interlocutores. Os encontros ocorreram em diferentes espaços: hospital, local de trabalho, cafetaria. A maioria deles, no entanto, decorreu no próprio CPA, numa sala de reuniões localizada na ala feminina. Importa referir que foram entrevistados um total de 17 pessoas entre os 4 membros da equipa, 7 tutores e 6 residentes. Todas as entrevistas foram gravadas, excepto duas: uma a pedido do interlocutor e outra respondida por correio eletrónico.

Importa salientar que não é objectivo do estudo avaliar a intervenção, em termos de eficácia e/ou resultados e sim, explorar e acomodar as diferentes perspectivas/narrativas dos atores envolvidos e identificar as racionalidades e/ou paradigmas associados que conferem forma à intervenção no campo. Pretende-se, assim, identificar elementos de análise para um debate crítico sobre as possibilidades de construção de práticas potencialmente centradas nos sujeitos, nos seus direitos, na construção de possibilidades e na garantia do bem-estar.

Organização da Dissertação por Capítulos

Para alcançar os objectivos definidos, a dissertação estrutura-se da seguinte forma:

- Capítulo I – Enquadramento teórico;
- Capítulo II – Práticas sociais para a integração de imigrantes;
- Capítulo III – Estudo de Caso: Projeto de Tutoria Social, análise e discussão.

O primeiro capítulo pretende apresentar o panorama das migrações contemporâneas, no âmbito internacional e no contexto português, e explorar as racionalidades e as estratégias envolvidas no processo de gestão social das migrações. O número crescente de migrantes à escala global paralelamente à diversificação das rotas e fluxos migratórios têm recolocado em

cena o debate sobre os princípios e os valores democráticos actuates nas sociedades contemporâneas e a necessidade de reflexão sobre as noções de soberania e justiça social.

Contudo, a construção da imagem da migração como recurso ou como problema a ser administrado, e a construção do imigrante como cidadão ou súbdito (Sarró e Mapril, 2011) produz um complexo campo de discursos, por um lado, de apoio, integração, respeito pela diversidade e humanitarismo e, por outro, de controlo, defesa, exclusão e contenção.

Para a operacionalização destes discursos, em transformação constante, um conjunto de programas e serviços são criados para acompanhar, apoiar, monitorar e gerir as populações imigrantes. Através deles são produzidos quotidianamente feitos sociais na intersecção entre experiências subjectivas e formas de construir a cidadania. Importa referir que a metáfora da “mão esquerda e mão direita do Estado” de Bourdieu (Wacquant, 2012) alerta para as diferentes componentes do Estado e as suas respectivas intervenções, por vezes, contrastantes.

O segundo capítulo pretende apresentar uma proposta de conceptualização do bem-estar e explorar os conceitos de agência e empoderamento amplamente utilizados na concepção de programas de intervenção social; ora como meios para alcançar determinados fins, ora como objectivos a serem alcançados. Importa referir que os conceitos de agência e empoderamento podem ainda assumir significados distintos de acordo com as “posições” ocupadas pelos diferentes actores no campo da assistência social.

A abordagem das capacitações de Amartya Sen (2005, 2009), também explorada no segundo capítulo, oferece-nos um modelo alternativo para se pensar as políticas públicas e os programas de combate à pobreza e a exclusão social com base nas oportunidades reais que uma pessoa tem de viver a vida que valoriza viver. A partir das noções de bem-estar, agência, empoderamento e capacitações examina-se as perspectivas a volta do processo de integração dos imigrantes e da construção da narrativa das boas práticas.

O terceiro capítulo pretende apresentar o campo onde a investigação foi conduzida: a estrutura organizacional, o projecto de Tutoria Social e os actores envolvidos na intervenção. Pretende, ainda, dar espaço para que as representações e narrativas dos tutores, residentes e equipa ganhem expressão, utilizadas como ferramentas de análise para a realização dos objectivos definidos.

A investigação termina com a discussão dos dados analisados e as respectivas referências bibliográficas que deram suporte teórico à produção do estudo.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

1.1.1 O Cenário Internacional

Segundo dados do Departamento de Assuntos Sociais e Económicos das Nações Unidas para 2010 estimam-se em 214 milhões o número de migrantes à escala global (UN DESA, 2009). Estimativas para 2050 sugerem um número de 405 milhões, resultado das crescentes desigualdades económicas e demográficas, das revoluções tecnológicas e sociais, das dinâmicas políticas e económicas globais e por efeito das transformações ambientais (IOM, 2010). Deste modo, entre países de origem, trânsito ou destino, são poucos os Estados não afectados por dinâmicas associadas às migrações internacionais.

Não obstante o facto das migrações serem uma constante na história da humanidade, em relação directa com variáveis conjunturais de maior ou menor amplitude, um número infinitamente superior de pessoas permanece no seu país de nascimento por toda a vida (Newland, 2003). Ainda assim, as migrações internacionais ganham cada vez maior expressão no cenário público, facto que, nas palavras de Fassin, é justificável “apesar da sua marginalidade - ou talvez por este mesmo motivo - a imigração emergir como um dos pontos mais cruciais em que os Estados democráticos são testados” (Fassin, 2011:18).

A “desterritorialização” de indivíduos, grupos e culturas provocada pelos movimentos transnacionais opera num tempo-espaco que transcende fronteiras territoriais específicas, promove a reconstrução de histórias, pertenças e identidades e altera a forma pela qual a diversidade, humana e cultural, se reorganiza espacialmente (Appadurai, 1991). As articulações entre realidades locais e “além-fronteiras” são significativamente alteradas e apontam a necessidade de reflexão crítica sobre conceitos como soberania, gestão, cidadania e justiça social.

Com o agravamento da pobreza em termos globais e o aumento da competição por trabalho e recursos, o movimento de *emigração* intensifica-se e confronta-se com políticas de *imigração* cada vez mais restritivas. A experiência de mobilidade geográfica, cultural e simbólica, característica estruturante da vida moderna, conjuga os verbos *partir* e *chegar* à escala de uma mesma experiência (António e Policarpo, 2011) e é facilitada pela redução dos

custos dos transportes, as novas tecnologias da informação e da comunicação e os grandes mercados internacionais.

A crescente influência dos processos financeiros e económicos globais e o aumento significativo dos intercâmbios comerciais e dos deslocamentos populacionais (Martine, 2005), estimulado e intensificado pelo processo de globalização, exigem uma reorientação e uma redefinição do papel do Estado através de uma ampla rede de actores, organizações e instituições de forma a garantir o controlo e a gestão das populações e, ainda, a administração de complexos circuitos de desigualdades existentes.

Neste sentido, volumosos investimentos financeiros são realizados na criação de políticas e na implementação de programas que garantam a regulação, o acompanhamento e a monitoração de populações específicas, nomeadamente as populações caracterizadas como vulneráveis. Uma proporção significativa dos imigrantes encontra-se neste grupo mais desfavorecido (Gosh, 2011), com uma deficiente inserção comunitária, a enfrentar entraves linguísticos e culturais e com níveis sociais e económicos mais baixos que o nível médio dos cidadãos nacionais (Pussetti, 2010).

Outro aspecto a referir diz respeito à constatação de uma “nova geografia da migração” (Pennix, 2006) em que observa-se a diversificação dos fluxos migratórios tanto em termos de países-destino, com o aumento das migrações Norte-Sul e Sul-Sul (Pires, Machado, Peixoto e Vaz, 2010), como em termos de novas formas de migração, com tempos variados de permanência e estratégias de integração diversificadas.

Pedro Góis (2012) afirma, “Estamos, sim, a assistir ao nascimento de uma nova classe de migrantes que nunca se estabelecem permanentemente em lado nenhum. Mais cedo ou mais tarde, voltarão ao país de origem ou irão estabelecer-se noutra parte qualquer onde as ofertas de trabalho sejam melhores”.²

No que diz respeito ao continente europeu, Pennix (2006) observa que, historicamente, muitos países vieram a reconhecer o seu estatuto de país de imigração tardiamente em contraste com países como o Canadá e os Estados Unidos. Num curto período de 15 anos o número de residentes em território europeu nascidos noutra parte duplicou dos estimados 23 milhões, em 1985, para 56 milhões, em 2000, segundo dados da OIM em 2003.

² <http://www.presseurop.eu/en/content/article/1831501-indignado-generation-finds-happiness-abroad> acessado em 20 de abril de 2012.

Na Europa do Sul, o facto da imigração ser um fenómeno relativamente recente em comparação com outros países europeus de imigração mais antiga, como o Reino Unido e a França, por exemplo, tem repercussões na criação de políticas de gestão dos fluxos migratórios, na criação de estruturas e na promoção de iniciativas para o acolhimento e a integração das populações imigrantes.

Factores que contribuem para a ambivalência crescente das políticas nacionais de imigração na Europa, em particular, no grupo de países que formam a União Europeia e para o facto desta se ter constituído “actualmente o melhor laboratório de investigação do mundo em legislação sobre migração transnacional” (Koikkalainen, 2011:01).

É somente a partir dos anos 90, com o processo de Shengen e a criação da União Europeia através da assinatura do Tratado de Maastricht (Koikkalainen, 2011), a definir como âmbito comum da Europa enquanto “União” a “gestão da imigração”, que o debate à volta das questões de acolhimento e de integração das populações imigrantes assumem uma posição central nas políticas europeias.

Importa salientar que o estabelecimento de políticas de acolhimento e integração não se esgotam na criação de leis e de instituições orientadas para as populações imigrantes. Tais políticas constroem um campo complexo de discursos e práticas, com a adopção de variados critérios de admissão de entrada e diferentes modelos de integração das populações estrangeiras, a reforçar os benefícios ou as desvantagens da mobilidade humana tanto para os países de origem, como para os países de destino.

Assim, o processo de acolhimento e de integração das populações imigrantes compreende a gestão de fenómenos como a crescente diversidade cultural e linguística, novas modalidades de pertença e exclusão, a criação de estruturas sustentáveis de acolhimento e integração, o respeito pelos direitos humanos e a liberdade religiosa, a negociação de um espaço comum, a garantia da equidade e do acesso ao bem-estar, o combate à pobreza e ao desemprego, a sensibilização da opinião pública, entre outros.

Castles (2000) chama a atenção para o facto de que a migração é um recurso cada vez mais utilizado na busca de melhores condições de vida e de segurança. Pode tanto contribuir para o desenvolvimento económico e social como contribuir para a estagnação e a perpetuação de desigualdades nos países de origem e de destino. O autor acrescenta que os resultados dependem amplamente do tipo de migração predominante e as respostas sustentadas pelos governos e os actores sociais interessados.

Assim, à medida que a magnitude, o âmbito e a complexidade da questão têm vindo a aumentar - acompanhado do complexo ciclo de crise económico-financeira global iniciado em 2008/2009 com a consequente contenção da despesa pública e a implementação de planos de austeridade económica - alguns relatórios internacionais (OIM, 2009; 2010) apontam para a incapacidade dos Estados em produzir os meios adequados para responder aos desafios comuns da imigração: “a fragmentação política constante, no mundo e na Europa, está em contradição com o crescimento sistémico de uma sociedade global multicultural e bloqueia todos os progressos na civilização jurídica constitucional das relações de poder estatais e sociais”.³

Newlan (2003) alerta que um consenso sobre as políticas migratórias, ao nível global, é difícil ser alcançado. A migração continua a ser construída como uma questão sob a tutela do Estado-Nação, “ainda que com base em directivas comunitárias” (Sarró e Mapril, 2011), nomeadamente no que diz respeito ao controlo das suas fronteiras e a defesa dos interesses nacionais.

Cada país possui uma história, sistemas, valores sociais e políticos diferentes, o que explica a dificuldade em estabelecer uma norma única em matéria de políticas migratórias e de integração na Europa, embora exista um empenho por parte da U.E neste processo de harmonização comum.

Frequentemente as definições no campo são imprecisas e contraditórias, podendo os termos variar em significado e em função das implicações que acarretam (Glossário sobre migração, 2009). Esta realidade reflecte a dimensão plural e controversa das políticas migratórias e da própria atitude face aos fenómenos da mobilidade humana, variando as suas formas de legitimação ou de reconhecimento amplamente de país para país.

Não é objectivo do presente estudo esgotar o conjunto de dinâmicas e fenómenos associado às migrações que caracterizam o contexto internacional contemporâneo. Contudo, interessa-nos sublinhar que, num mundo virtualmente compartilhado e objectivamente dividido, produto de espaços sociais, políticos e económicos díspares e, por vezes, contraditórios, as migrações internacionais destacam-se e constituem-se como “desafios fundamentais para nossa época” (Friese e Mezzadra 2010:299).

Deste modo, a partilha de experiências e a construção de modelos e práticas de intervenção, ajustados às especificidades locais, são apontados como factores indispensáveis

³<http://www.presseurop.eu/en/content/article/1106741-juergen-habermas-democracy-stake> acessado em 22 de março de 2012

no enfrentamento das problemáticas associadas aos movimentos migratórios, os quais estima-se, ao longo das próximas décadas, caracterizem-se por uma complexidade e alcance ainda maiores.

1.1.2 O Contexto Português

Portugal é o 4º país da União Europeia em número de *emigrantes* e o 22º a nível mundial. (Pires, Machado, Peixoto e Vaz, 2010). O auge do movimento de emigração português localiza-se entre o fim dos anos 60 e início dos anos 70 e as principais motivações para emigrar estavam associadas à distribuição desigual de recursos, desemprego, baixos salários, condições de vida precárias e aos atrasos no processo de integração económica.

A experiência de Portugal como país de *imigração* começa a ganhar contornos particulares a partir dos anos 90. Este novo cenário é associado, frequentemente, ao processo de descolonização, período que coincidiu com o fim do regime ditatorial português e, portanto, com o início de uma nova fase socioeconómica e política para o país. Esta nova fase, por sua vez, é marcada pelo processo de internacionalização da economia portuguesa, com novas relações de intercâmbio e cooperação e posterior integração, em 1986, à União Europeia.

Outros eventos históricos como a queda do muro de Berlim, a desagregação da antiga União Soviética e as conseqüentes transformações do quadro migratório europeu, a seca, as guerras, os conflitos armados e a falta de oportunidades em países africanos de língua portuguesa, a crise e a inflação no Brasil, concorreram para que Portugal se constituísse como ponto de chegada de novos fluxos migratórios. Isto, contudo, sem que o país deixe de gerar emigração para outros países (António e Policarpo, 2011).

Em particular, a integração de Portugal na União Europeia possibilitou ao país uma maior abertura ao investimento estrangeiro. Numa primeira fase, os investimentos foram canalizados na industrialização progressiva e no desenvolvimento das infraestruturas no país. Numa segunda fase, os investimentos foram orientados para o desenvolvimento e a promoção do turismo e do sector de serviços.

Paralelamente, a emigração portuguesa, agora com o estatuto de migração comunitária, criava espaços em alguns sectores do mercado de trabalho local, nomeadamente a construção civil, possibilitando a entrada de um primeiro contingente de imigrantes africanos e alargando-se posteriormente à imigração brasileira. Mais recente é a imigração de trabalhadores provenientes de alguns países do leste europeu, designadamente ucranianos, moldávicos e romenos.

Em termos comparativos, com uma das percentagens mais baixas de população estrangeira da União Europeia, Portugal é ao mesmo tempo o país com a proporção de imigrantes africanos mais elevada e com uma percentagem significativa de população sul-americana (Machado, 1997). Importa salientar que cada grupo apresenta características singulares em termos de composição e inserção comunitária. Contudo, no que diz respeito à distribuição espacial, a maioria absoluta dos imigrantes reside na área metropolitana de Lisboa onde as questões de integração, etnização da pobreza e exclusão assumem particular relevância.

Desta forma, num sentido generalizado e a considerar os factores referidos anteriormente, a imigração em Portugal está ligada a uma necessidade, no tempo e no espaço, de obter a mão-de-obra necessária para a condução de um projecto de desenvolvimento impulsionado pela expansão económica e pelas exigências do mercado internacional (Pires, Machado, Peixoto e Vaz, 2010).

Machado (1997) observa que a ausência de mecanismos de controlo dos fluxos migratórios durante toda a década de 80 e a elevada proporção de imigrantes sem residência legal no início dos anos 90, reflectem a omissão política do estado português face ao fenómeno da imigração por um longo período de tempo.

Esta atitude de omissão, ainda segundo o autor, contribui para manter as questões da imigração fora do debate público, até o momento em que “quer por aumento das capacidades associativas dos imigrantes, quer por mudanças de orientação ideológica e na prática política das autoridades governativas, este quadro começou a alterar-se. Hoje as questões da imigração e da etnicidade já estão para lá do grau zero de politização” (Machado 1997: 23).

Pires (2011), ao analisar as respostas do estado português ao fenómeno da imigração, observa que os princípios de base ideológica assumem um peso significativo. Nos governos de esquerda existe uma orientação mais inclusiva e universalista, nomeadamente no que diz respeito ao processo de integração dos imigrantes, enquanto os governos de direita posicionam-se como promotores da preservação da identidade e dos interesses nacionais. Não obstante as diferenças, é possível identificar, nas respostas do estado português, tensões entre o compromisso de um tratamento igualitário e o desejo de proteger os interesses e os recursos nacionais.

Importa sublinhar que os esforços e as políticas de integração do governo português são referenciadas por organizações internacionais como modelo de boas práticas para a integração de imigrantes. Em 2007, Portugal foi um dos pioneiros na adopção de um plano de integração, a sublinhar a importância de se criar estratégias e medidas concretas para a integração das

populações imigrantes (ACIDI, 2010). É alegado que a longa tradição como país de emigração permitiu que as autoridades portuguesas fossem mais sensíveis às necessidades e características das populações imigrantes e respondessem com maior eficiência e prontidão aos desafios impostos (IOM, 2010).

Todavia, os imigrantes, nomeadamente os imigrantes laborais, têm poucas oportunidades de mobilidade social em Portugal. A probabilidade de permanecerem em segmentos do mercado de trabalho desqualificados ou desqualificantes por toda a vida, com fraca regulação, precariedade contratual e baixos rendimentos, é elevada (Pires, Machado, Peixoto e Vaz, 2010). De forma análoga o acesso à direitos políticos e alguns direitos civis e económicos são ainda limitados.

Fonseca e Goracci (2007) comentam que a análise de vários indicadores apontam para o facto de que as populações imigrantes, em Portugal, são afectadas por situações de desvantagem, nomeadamente no que diz respeito ao mercado laboral, às condições de habitação, ao acesso à saúde e à educação, entre outros. Esta posição marginal em que muitos imigrantes se encontram, particularmente os imigrantes africanos, prende-se, na opinião de alguns autores, “a contemporaneidade do passado colonial português nos paradoxos das migrações contemporâneas em Portugal” (Vale de Almeida, cit em Sarró e Mapril, 2011: 30).

No que diz respeito à opinião pública, os resultados do estudo *Os Imigrantes e a Imigração aos Olhos dos Portugueses: Manifestações de Preconceito e Perspectivas sobre a Inserção de Imigrantes* (António e Policarpo, 2011) sugerem uma posição ambivalente dos portugueses face à imigração. Existe um reconhecimento generalizado do contributo dos imigrantes para a economia nacional, desde que haja trabalho, e, particularmente, no que diz respeito ao exercício de funções não desejadas pela população autóctone.

Esta posição ambivalente reflecte, ao tomar emprestadas as palavras de Castel (2003:347), a própria natureza do vínculo social em sociedades complexas, alicerçadas em uma “diferenciação na interdependência ou, em outros termos, sobre a desigualdade na complementaridade”.

Nos últimos anos, com a evolução negativa do contexto económico nacional, observa-se uma deterioração na avaliação do contributo dos imigrantes para o desenvolvimento da economia e um aumento das atitudes desfavoráveis à protecção laboral dos mesmos, nomeadamente os desempregados (Marques, 2010). No geral, a população portuguesa não considera a imigração uma ameaça à identidade nacional, reconhece o contributo dos

imigrantes para a demografia portuguesa, sendo contudo favorável à diminuição do número de imigrantes no país e ao encerramento das fronteiras às novas entradas.

A evolução das migrações em Portugal está intimamente associada à sua capacidade enquanto país de fazer frente aos imperativos de uma economia global, dada a sensibilidade dos fenómenos migratórios a variáveis conjunturais de curta e média duração, e, ainda de oferecer respostas sustentáveis aos desafios impostos pelos mesmos. Deste modo, a criação de políticas públicas de integração deve ser acompanhada da respectiva implementação no terreno de práticas concretas, com a garantia da equidade e do bem-estar a toda a população.

1.2 Governamentalidade das Migrações

1.2.1 A Construção da Categoria Migrante

Podemos argumentar que a peculiaridade da categoria imigrante constrói-se a partir de dois traços ou características centrais. O primeiro traço define-se através da “matriz” ou “bagagem” cultural do imigrante que pode ser mais ou menos diferente quando comparada à “matriz” cultural da sociedade de acolhimento; o segundo traço é a própria experiência migratória, forçada ou intencional, que os define. A criação de espaços de negociação no processo de tornar-se e integrar-se é atravessada por diferentes construções - populares, burocráticas, étnicas - onde as noções de pertença e cultura são comumente produzidas e manuseadas por diferentes actores.

Neste sentido, a construção da noção do estranho e do estrangeiro assume uma função central. Ser reconhecido na condição de “semelhante” ou “diferente”, um acto pelo qual o *identificar* tem primazia sobre o *identificar-se*, condiciona o reconhecimento do outro, a criação de políticas públicas e as possibilidades de assistência social num processo contínuo de gestão da diferença.

Balibar (2010) refere que, no contexto europeu, alguns imigrantes são representados como menos estrangeiros que outros, enquanto os imigrantes trabalhadores e os refugiados do sul são construídos e representados como mais do que estrangeiros, os estrangeiros absolutos, sujeitos a racismo institucional e cultural. Além disso, através da noção de “regular”, a definição da U.E como “um espaço de direitos, liberdades e garantias” propagada pelo

Tratado de Amsterdão assinado em 1997, restringe-se aos cidadãos reconhecidos como membros legítimos deste espaço.

Como bem demonstra o caso da polaridade “regular/irregular”, estas “traduções” têm implicações no reconhecimento de direitos, pertenças e na produção de tecnologias de governo. Nash (2009) observa que variados tipos de cidadania, com implicações em diferentes níveis, são produzidos e vão desde o supercidadão ao não-cidadão, passando por categorias como cidadão-marginal, quase-cidadão e sub-cidadão.

De acordo com o Glossário sobre Migrações (2009), no plano internacional, não existe um consenso no que diz respeito à definição da categoria *migrante*. Em geral, o termo compreende “todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de ‘conveniência pessoal’ e sem a intervenção de factores externos que o forcem a tal” (Glossário sobre Migrações: 43). O acto de *migrar* pode referir-se tanto a “um processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado” (p.40).

Neste processo de deslocamento ou de “desterritorialização”, anterior, posterior ou simultâneo, é possível observar um outro processo de “territorialização”, conseqüentemente oposto ao primeiro. Nas palavras de Balibar, “territorializar significa atribuir ‘identidades’ aos sujeitos e colectivos inseridos em estruturas de poder, portanto significa *categorizar* e *individualizar* os seres humanos” (Balibar, 2004:04).

A este respeito, Mezzadra (2004), com referência ao trabalho de Étienne Balibar, salienta a necessidade de incluir em qualquer reflexão crítica sobre a construção da categoria imigrante e da cidadania europeia a história do projecto colonial europeu. A presença do passado colonial é, ainda hoje, variável estruturante da Europa contemporânea (Sarró e Mapril, 2011:29).

A sua “não colocação social” (Pussetti, 2010) posiciona o imigrante amiúde enquanto símbolo das margens, não-desejado, ilegítimo, irregular, frequentemente construído como uma ameaça política à identidade e à integridade nacional (Inda, 2002) e, ainda, como responsável pelos males económicos e sociais que recaem sobre a nação. Fernando Vallespin comenta: “parece que ainda precisamos de bodes expiatórios para justificar os nossos males, um reflexo quase natural quando cedemos ao impulso nacionalista, com propensão para a vitimização. É uma constante da nossa história europeia, que está sempre a mancar do mesmo pé” (Vallespin, 2012) ⁴.

⁴http://politica.elpais.com/politica/2012/04/12/actualidad/1334255315_643884.html acessado em 12 de abril

Assim, é possível falar de uma condição social incorporada do imigrante (Fassin, 2001; Sayad, 2004), condição construída, amiúde, no não-reconhecimento e na conseqüente impossibilidade de identificar-se, construindo laços e pertenças a diferentes realidades. Nas palavras de Pennix (2003:03):

Os migrantes são os recém-chegados, frequentemente construídos como o “outro” clássico que não pertence. Tais construções do outro podem ser baseadas em fundamentos jurídicos, aparência física ou raça (percebida), diferenças culturais e religiosas, características de classe ou qualquer combinação desses elementos.

Não obstante o reconhecimento da existência de formas distintas de ser imigrante, a experiência de estar suspenso entre dois mundos (Pussetti, 2010), forjado numa “dupla ausência” e numa “provisoriamente permanente” (Sayad, 2004), emerge como transversal às diferentes vivências e localiza o imigrante num movimento incessante de afirmar-se como sujeito de direitos e deveres perante uma comunidade que à partida não o reconhece e não o aceita como membro. A plasticidade na forma de organizar-se a partir da realidade do país de origem e das condições no país de acolhimento demanda a necessidade de construir formas de pertença plural e estratégias de resiliência.

O princípio de flexibilidade, condutor das relações laborais e das relações de mercado contemporâneas, estende-se à forma como os sujeitos vivem as suas vidas e adaptam-se a novos contextos num ininterrupto processo de assimilação, recriação e movimento (Inda, 2000). A capacidade de mover-se pelos diferentes espaços, de reformular-se e identificar-se com diferentes perspectivas, de renegociar expectativas, redefinir metas e criar estratégias de acordo com a conjuntura caracteriza o homem contemporâneo. Neste sentido, o imigrante é figura paradigmática destas novas formas de exigências subjectivas.

Contudo, como parte deste mesmo processo de flexibilização, a separação do mundo por muros concretos e “invisíveis” (de carácter político ou identitário) ganha força e coloca em questão os valores e os princípios das sociedades democráticas. Inda (2006) observa que os esforços de controlo sobre a entrada irregular, através de medidas de policiamento e fortificação das fronteiras, assumem um carácter profilático, em que o cidadão ético e prudente deve ser protegido dos possíveis-futuros-criminosos que ameaçam o seu bem-estar e a sua segurança.

No contexto francês, Fassin (2001) refere que a ilegitimidade atribuída aos imigrantes “sem documentos” alimenta uma percepção negativa da migração no geral e fornece as bases para o não-reconhecimento da legitimidade dos movimentos transnacionais. Neste sentido,

Pennix (2006) observa a formação de uma fractura entre os imigrantes “desejados” ou “solicitados” construídos como necessários aos interesses do país de acolhimento *versus* os imigrantes “não-desejados” ou “não solicitados”, frequentemente construídos como transgressores. Esta fractura, ainda nas palavras do autor,

Conduz ao uso dos recém-chegados como um gatilho ou uma ameaça para discussões e questões muito mais fundamentais sobre a identidade das nossas sociedades: quem somos nós? Os resultados de tais discussões têm consequências para os recém-chegados e para o que deve significar a sua integração (Pennix, 2006:12).

Em tempos de crise e instabilidade económica, novas políticas, programas e tecnologias são produzidas quotidianamente, com o objectivo de construir cidadãos e de definir as margens da sociedade (Das e Poole, 2004). Processos, burocracias e práticas que são incorporadas nas experiências diárias do imigrante num esforço contínuo de fazer sentido da sua existência, construir relações, criar alternativas, negociar perspectivas e fazer escolhas.

1.2.2 Gestão Social das Migrações

O desenvolvimento contínuo de novas tecnologias e estratégias de gestão orientadas por princípios de maximização de resultados, racionalização e otimização organizacional (Porsse e Klering, 2009), impulsionado pelo projecto político neoliberal contemporâneo, pressionam os governos a gerar as condições necessárias para o desenvolvimento em diferentes níveis, nomeadamente na criação e preservação de um quadro institucional que garanta e promova ativamente as racionalidades e as práticas de livre mercado (Wacquant, 2012).

Estas demandas reclamam uma reconfiguração do papel do Estado e das suas estratégias de intervenção como resposta adaptativa às exigências do projecto neoliberal, em nome da soberania e da segurança nacional (Schinkel, 2009), num movimento de reorganização do poder político e das formas de gestão e de governo. Esta reconfiguração ganha forma, segundo Rose, O'Malley e Valverde (2006:91) “a partir de uma crítica sustentada ao Estado do bem-estar social, aos mecanismos de segurança social, ao planeamento estatal, em verdade, a todo o aparato do Estado Social construído ao longo do século XX”.

Neste sentido, o conceito de governamentalidade, introduzido por Michel Foucault no curso intitulado *Security, Territory and Population* em 1978, oferece-nos elementos para pensar o Estado moderno, nas suas variadas racionalidades políticas e respectivas condições de formação, como uma sofisticada estrutura onde o indivíduo é integrado através de um

conjunto de conhecimentos, estratégias, técnicas de regulação e gestão e no reconhecimento de autoridades distintas em diferentes contextos, a governar com diferentes objectivos nas mais variadas situações da vida quotidiana.

O governo como “a conduta da conduta” (Inda, 2006: Lenke 2002), estrutura-se sob categorias de pensamento e de acção que, de forma mais ou menos sistemática, se propõem a regular e a conduzir a conduta humana a partir de objectivos específicos orientados para fins particulares. Nas palavras de Rose refere-se a “uma forma específica de atingir fins sociais e políticos através da acção calculada sobre as forças, as actividades e as relações dos indivíduos que constituem uma população” (Rose, 1999:05).

Num sentido amplo, o termo não se restringe a um governo central e as suas instituições, mas a toda e qualquer prática ou intervenção que tenha como meta influenciar e/ou conduzir o comportamento humano com base em referências e valores específicos (Inda, 2006). Sob esta perspectiva o exercício da autoridade sobre os indivíduos e sobre os grupos é praticado não apenas pelo Estado, mas em conjunto com uma rede de múltiplos actores sociais, organizações e entidades que buscam conduzir o comportamento individual com o intuito de garantir o bem-estar social da população como um todo e o bem-estar do próprio indivíduo.

O exercício do poder realiza-se e atualiza-se através de modelos de governo, que por sua vez, dependem intimamente da produção, circulação e organização de conhecimentos que transformam o domínio ou o grupo a ser governado num domínio pensável, calculável e passível de intervenção.

Desta maneira governar exige, antes de mais nada, um saber sobre o que se governa. Implica transformar o domínio no qual pretende-se intervir, seja a economia, a moral, ou a população, num domínio passível de diagnóstico, reforma e controlo através da elaboração de linguagens específicas que representam e analisam a realidade de forma a torná-la programável (Inda, 2006).

A ameaça constante de ruptura da coesão nas sociedades contemporâneas recoloca em cena o debate sobre o papel e os limites da intervenção do Estado e a necessidade de reflexão sobre os princípios e os valores nas sociedades e racionalidades políticas contemporâneas, que orientam o tratamento concedido aos seus membros, em geral, e a grupos específicos, em particular (Fassin, 2009).

Wacquant chama a nossa atenção para o facto de que o Estado não é um actor social coeso e coerente e sim um “espaço de forças e lutas sobre o âmbito, as prerrogativas e as prioridades da autoridade pública, em particular, sobre quais ‘problemas sociais’ merecem a sua atenção e

como devem ser abordados” (Wacquant, 2012:73). O autor argumenta que o Estado contemporâneo exibe uma atitude diametralmente oposta em relação às extremidades da estrutura social: “é edificante e ‘libertador’ em relação às camadas superiores, porém é punitivo e restritivo em relação às camadas inferiores” (Wacquant, 2012:74).

Neste sentido, a metáfora da “mão esquerda e mão direita do Estado” proposta por Bourdieu e retomada por Wacquant (2012) sugere que o Estado contemporâneo é atravessado por disputas internas que oscilam entre o polo protectivo (mão esquerda) e o polo disciplinar (mão direita). A hegemonia neoliberal, nas últimas décadas, tem alterado o eixo das prioridades e promovido “a articulação entre o Estado, o mercado e a cidadania através do controlo dos poderes do primeiro para impor o segundo sob o terceiro” (Wacquant, 2012:66).

Ao transportar o debate para o campo das migrações internacionais, os discursos, serviços e programas de intervenção social que têm por objectivo o apoio e a integração das populações imigrantes na comunidade de acolhimento assumem contornos particulares, nomeadamente, no que diz respeito à produção de novas formas de cidadania e subjectividade.

As políticas de imigração, em particular, cada vez mais restritivas, caracterizam-se por seleccionar o perfil e o número de imigrantes de acordo com as necessidades do mercado, ao mesmo tempo em que são apresentadas como instrumentos de combate aos fluxos irregulares e ao tráfico humano. “Do controle à detenção à deportação, o espectro de actividades repressivas é extraordinariamente rico e denso” (Fassin, 2011:220).

Contudo, este cenário não é incompatível com a condescendência em relação à ilegalidade de alguns imigrantes que contribuem para sectores de interesse da economia. Como refere Papademetriou (2003:01) “a deixar a retórica política de lado, níveis modestos de imigração não autorizada, aparentemente, também são úteis para algumas metas sociais e económicas”.

A construção de uma alteridade específica associada ao espectro da informalidade, da marginalidade, da anormalidade e da consequente delinquência, atualiza-se nos encontros intersubjectivos onde se geram expectativas e as subsequentes frustrações ou confirmações. A produção de linguagens e formas de pensar e agir sobre as realidades e fenómenos têm implicações directas na maneira como as autoridades governam e na forma como os indivíduos pensam sobre si mesmos, significam as suas experiências, avaliam comportamentos e interagem uns com os outros.

A emergência de novos nacionalismos e “localismos” a construir a diversidade como uma ameaça à liberdade e à justiça interna transformam o processo migratório num acto de

transgressão. Discursos sobre a segurança nacional e a defesa dos interesses da economia nacional e global tendem a ser amplamente utilizados como argumentos de legitimação para o endurecimento das políticas migratórias e para o reforço dos controlos fronteiriços.

A este respeito, Mezzadra comenta:

A própria noção de fronteiras – as práticas do seu governo tanto quanto a sua localização - parece ter-se transformado profundamente durante a globalização. (...) Fronteiras são continuamente decompostas e recompostas a projectar a sua sombra no coração das cidades e não mais como um simples sinal dos seus limites externos (Mezzadra, 2004:02).

Cenários que reflectem “tensões nas abordagens políticas da imigração em que a dimensão securitária tem vindo a sobrepor-se às questões da integração” (OIM, 2009). Estas tensões têm repercussões no relacionamento do nacional com o estrangeiro, e, conseqüentemente, na definição das políticas que regulamentam essa relação na tentativa de solucionar os conflitos entre eficiência-equidade e desenvolvimento-estabilidade (Porsse e Klering, 2009).

A perpetuação de uma lógica paternalista, segundo Passos (2008), direccionada para a migração, conduz a práticas discursivas baseadas na tolerância e na caridade em detrimento da criação de uma legislação adequada e da reflexão crítica sobre processos de marginalização, exclusão social e acesso ao bem-estar. A representação da migração como um direito e/ou um recurso positivo ou como uma realidade indesejável constrói e condiciona a experiência colectiva: cria pessoas, pertenças e espaços de intervenção possíveis.

Com base nas reflexões de Fassin (2011), pode dizer-se que a governamentalidade das migrações constrói-se a partir de uma “biopolítica da alteridade” (Fassin, 2001) constituída por fronteiras externas e barreiras internas, actuadas através da construção de muros, policiamento das relações quotidianas, detenção, deportação e humanitarismo. Assim, a gestão social das populações imigrantes converte-se numa acção pública e política sobre sujeitos amiúde conduzidos às margens da lei, do território e da sociedade.

1.2.3 Tecnologias de cidadania vs. Tecnologias de anticidadania

Na contemporaneidade, os modelos de governo promovem a divisão das responsabilidades de acordo com uma lógica de mercados que redefine os papéis e as funções do aparato político, das comunidades, dos actores económicos e dos cidadãos, produzindo formas específicas de apreensão dos fenómenos, modelos de governo, de intervenção e assim sucessivamente.

O sector social, como campo integrado e colectivo de gestão (Inda, 2006), suscita o nascimento de novos domínios de conhecimento e *expertise* que, por sua vez, desempenham um papel central na produção do cidadão contemporâneo. A assistência é condicionada pela pertença a categorias específicas e realiza-se através de modos sistemáticos de intervenção, de forma a gerir zonas de vulnerabilidade que “reduzidas ou controladas permitem a estabilidade da estrutura social” (Castel, 2003:26).

Inda (2006) observa que a nova forma de abordagem do social, a partir de uma linguagem de intervenção, produz um maquinário intelectual que pensa e administra a realidade a partir de cálculos e diagnósticos e assim, a governa. Verifica-se a criação de um conjunto de dispositivos e ferramentas que permitem às mentalidades políticas intervir na realidade - pesquisas, relatórios, estatísticas e manuais - e representar eventos e fenómenos numa linguagem de informação, conhecimento e dados.

Nas democracias neoliberais contemporâneas, a cidadania é construída sob a responsabilidade e a obrigação do indivíduo em conduzir a sua vida de forma a salvaguardar-se das incertezas e inseguranças da vida em sociedade e de capitalizar recursos que tragam benefícios no futuro. A cidadania passa a ser derivada da produção de sujeitos prudentes, éticos, com capacidade activa de autogestão e de livre exercício de escolhas pessoais (Inda, 2006).

Neste sentido, Rose diz-nos que “o sujeito político é agora menos um cidadão social com poderes e obrigações derivadas da pertença a um corpo social, do que um indivíduo cuja cidadania é manifestada através do livre exercício de escolhas pessoais, entre uma variedade de opções disponíveis no mercado” (Rose, 1999:230).

Assim, o governo é exercido através de indivíduos activos e conscientes, com desejos, escolhas e projectos de auto-realização. Na perspectiva de Rose o uso da noção de liberdade cumpre um papel fundamental na actividade governamental contemporânea ao passo em que se espera que os indivíduos “livres para escolher” (Rose, 1999:04), façam bom uso da liberdade que tem e conduzam as suas vidas de forma ética e responsável.

Esta expectativa acaba por construir uma divisão entre o cidadão ético e responsável e o sujeito antiético, irresponsável e incapaz de aderir a modos de gestão competentes (Inda, 2006). Este processo de construção de indivíduos particulares como irresponsáveis e/ou incapazes tem implicações directas na forma como são governados.

Todavia, Lenke (2002) observa que as relações entre racionalidades e tecnologias, programas e instituições são muito mais complexas do que uma simples aplicação ou

transferência. Envolvem, na maioria das vezes, diferentes níveis de representação do social, com diferentes recursos e possibilidades de intervenção. A produção de esquemas de conhecimento sobre a realidade construída como inteligível e susceptível à administração racional, com a resolução de problemas específicos a partir de metas específicas (Inda, 2006), encontra os seus limites nas dinâmicas e contradições da experiência social quotidiana.

O ideal de reabilitação (Inda, 2006) assume um carácter estratégico entre os regimes neoliberais contemporâneos, os quais objectivam governar através da reinserção do excluído e do marginalizado em circuitos de autogestão responsável e do desenvolvimento de capacidades e de competências para o exercício da cidadania, que por sua vez, é apresentada como solução à pobreza e às desigualdades sociais.

Neste sentido, Pussetti e Brazzabeni comentam:

As populações ou indivíduos ‘em excesso’ que, todavia, permanecem dentro dos confins dos Estados, necessitam de ser ‘alojados’ ou, mantendo a metáfora baumaniana, ‘reciclados’, de forma a que a sua anómala estranheza e exclusão sejam rapidamente reintegradas através dos ‘cuidados’ e da reabilitação (Pussetti e Brazzabeni, 2011:473).

Este processo de reabilitação é operacionalizado através do que Cruikshank na sua obra *The Will to Empower: Democratic Citizens and Other Subject* denomina tecnologias de cidadania, noutras palavras, discursos, programas, estratégias e técnicas que objectivam promover a autonomia e auto-suficiência dos indivíduos e a activação da sua capacidade de cidadania autónoma. Tecnologias para regular e guiar os indivíduos “que manifestam faltas específicas” (1999:03) e transformá-los em cidadãos activos e competentes.

Na perspectiva de Cruikshank, tais tecnologias constituem-se como estratégias de governo que buscam garantir, através da cooperação voluntária dos cidadãos, a sua regulação e gestão em conformidade com a racionalidade política dominante. Não obstante o facto de poderem assumir formas coercivas, operam através das capacidades dos cidadãos de agir por si próprios.

Em contraposição, Inda (2006) chama a atenção para o que denominou tecnologias de anticidadania: os discursos e práticas que constroem indivíduos particulares como incapazes de adoptar modelos de gestão responsável e de corresponder às expectativas e demandas do corpo social. Ainda nas palavras de Inda, “as demandas do governo contemporâneo e a sua ênfase sob a responsabilidade individual conferem visibilidade não só ao cidadão prudente, mas também à sua antítese: o cidadão antiprudente, sem vontade ou incapaz de exercer uma autogestão competente” (p.29).

Para estes indivíduos incapazes ou de “má vontade” os programas, estratégias e intervenções produzidos e executados tendem a ser repressivos e punitivos, concentrando os seus esforços no controlo e na contenção. “Uma tecnologia de anticidadania caracteriza-se por moldar a conduta humana e alcançar fins específicos não através do empoderamento do indivíduo, mas através da sua incapacitação e da sua contenção” (Inda, 2006: 127).

1.2.4 Humanitarismo

Com o agravamento das tensões globais (Fassin, 2011) apelos a valores morais e a sentimentos de solidariedade são amplamente utilizados e apontados como ferramentas para o combate às situações de exclusão e desigualdade. Através de uma linguagem de vulnerabilidade/risco (Projeto Imigrantes e Serviços de Apoio Social: Tecnologias de Cidadania em Portugal, PTDC/CS-ANT/101179/2008), as políticas contemporâneas utilizam-se do argumento humanitário como modo generalizado para governar e intervir (Fassin, 2011).

O vínculo humanitário torna-se o ponto de partida para a elaboração das obrigações políticas e sociais que os indivíduos têm uns com os outros. O ideal de humanidade é frequentemente associado aos sentimentos de compaixão e solidariedade e, não obstante, aos sentimentos de medo e insegurança. A humanidade pode tanto estar sob ameaça quanto representar uma ameaça.

Feldman e Ticktin (2010) argumentam que a humanidade como categoria universal, a abranger todos os seres humanos, em verdade, assume diferentes formas e significados, por vezes contraditórios, sob influência directa de factores históricos, geográficos e políticos articulados a contextos específicos, “sem significado em si para além de limites bem definidos” (p.2).

Intervir em nome da humanidade autoriza a permanente produção de tecnologias para governar, a operar em diferentes escalas e com diferentes propósitos. Como categoria universal, a humanidade serve como base comum para a elaboração de direitos universais, porém a aplicabilidade dos últimos é condicionada por outros atributos e características, - “nacional, cidadão” - (Feldman e Ticktin, *ibid*, p.7) para se tornarem efectivos. A noção de direito constrói-se como ambígua e designa valores jurídicos diferenciados a diferentes categorias de pessoas.

O ideal de uma humanidade universal tem sido continuamente articulado a práticas e ideologias de governo. O império colonial, como modelo de governo, produziu diferentes categorias de humanidade sob as quais justificou o seu projecto “civilizatório e humanitário”. A história mostra-nos que um modelo de humanidade universal, a partir de características e valores específicos, conduz ao reconhecimento da humanidade de uns e a negação ou a necessidade de resgate da humanidade de outros que não correspondam ao modelo.

A intervenção humanitária transformou-se num extraordinário campo de interesses políticos, transacções comerciais, disputas por recursos e intervenções justificadas em nome da solidariedade humana e do desenvolvimento global. A existência de um “estado de emergência generalizado” (Fassin, 2011) permite que determinadas medidas de controlo populacional sejam activadas por razões humanitárias e sustentadas no apelo as emoções, a compaixão e aos valores de uma moral pública reguladora das relações entre os membros de uma sociedade.

Em *Critique of Humanitarian Reason*, Fassin (2010) conclui que o humanitarismo tornou-se a linguagem por excelência para se falar das desigualdades do mundo e para avaliar questões controversas como as intervenções militares ou as políticas de imigração. No contexto francês, a razão humanitária passou a constituir-se como último recurso possível aos imigrantes em vias de deportação.

Traduzir justiça em termos de compaixão, direitos em termos de emoção e, assim sucessivamente, conduz à possibilidade de intervir para aliviar o sofrimento sem, contudo, questionar as suas causas. Ao mesmo tempo em que se sustenta um ideal universal e compartilhado de humanidade, a razão humanitária promove uma divisão moral do mundo entre os que representam um perigo, os que estão em perigo e os que põem fim ao perigo.

No cenário contemporâneo, com as reconfigurações de poderes e realidades locais, nacionais e internacionais e com as novas e complexas alianças globais, o humanitarismo constitui-se como uma prática de crucial importância na construção da humanidade como uma categoria “real” e governável. Não obstante, a noção de humanidade contemporânea “inclui a capacidade para evocar compaixão pelo outro na mesma proporção que a tendência de identificar este outro como uma ameaça” (Feldman e Tickin, 2010:25).

CAPÍTULO II - PRÁTICAS SOCIAIS PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES

2.1 PRODUÇÃO E ACESSO AO BEM-ESTAR

2.1.1 O Conceito de Bem-Estar

Na contemporaneidade o conceito de bem-estar é amplamente debatido não apenas nas ciências médicas e humanas mas também nas ciências sociais, nos programas governamentais e não-governamentais, assumindo diferentes significados em contextos particulares. Fala-se em melhoria e manutenção do bem-estar físico, na promoção do bem-estar psicológico ou mental e, ainda, reflecte-se sobre modelos de governo e gestão que garantam o bem-estar dos indivíduos, das organizações e comunidades. É comumente um conceito assumido como inteligível em si mesmo, de carácter subjectivo, e referido como resultado a ser alcançado nos mais variados campos de intervenção.

Por bem-estar, adopto a definição proposta pelo psicólogo comunitário Isaac Prilleltensky como “um estado positivo de relações no qual as aspirações e necessidades pessoais, relacionais e colectivas dos indivíduos e das comunidades são preenchidas” (Prilleltensky, 2005:54). Assim o bem-estar implica a satisfação equilibrada de condições objectivas e subjectivas, nas esferas individual e colectiva, que formam entre si um conjunto de relações complexas e dinâmicas.

De acordo com Prilleltensky (2008), para produzir ou promover o bem-estar é necessário abordá-lo a partir de suas componentes principais. É importante referir que estas componentes são contexto-específicas, em outras palavras, condicionadas por factores culturais, sociais e políticos num tempo e espaço definidos. São elas: sítios, sinais, fontes e estratégias.

Por *sítio* entende-se o lugar ou espaço onde o bem-estar se localiza. É possível distinguir entre o bem-estar de uma pessoa, de uma relação ou de uma comunidade. Contudo cada espaço é intimamente dependente do outro, não obstante o facto de possuir traços, estratégias e determinantes específicos. Nas palavras de Prilleltensky “o bem-estar de uma pessoa é directamente dependente do bem-estar das suas relações e da comunidade onde ela reside” (Prilleltensky, 2008:54).

Assim, pessoas são “espaços” onde as percepções, atribuições, sentimentos e experiências de bem-estar são vividas. As relações são “espaços” onde as trocas de recursos materiais,

psicológicos e afectivos são processadas, actualizadas e significadas. E as comunidades, por sua vez, são “espaços” onde o acesso à saúde, a implementação de sistemas de educação e de transporte de qualidade, o estímulo ao debate, a participação comunitária e a negociação da vida democrática acontecem (Prilleltensky, 2005).

Importa salientar que a intervenção para alcançar resultados satisfatórios e sustentáveis deve localizar-se na intersecção dos três sítios de interesse. É importante o reconhecimento da peculiaridade de cada espaço e, ao mesmo tempo, a sua interdependência em relação aos demais. Prilleltensky insiste que “os indivíduos não podem alterar significativamente o seu nível de bem-estar na ausência de mudanças no meio ambiente que os capacite para tal fim” (Prilleltensky, 2005:55).

Os *sinais* de bem-estar podem assumir variadas expressões ou manifestações e compreendem a experiência de saúde física e mental, o exercício do controlo e da autoestima, o respeito pela diversidade, a experiência de reciprocidade, solidariedade e afirmação, a distribuição equilibrada de recursos, a garantia da igualdade racial e de género, o acesso universal aos sistemas de saúde e educação, um lazer de qualidade, e, assim sucessivamente.

Cada sítio e as suas expressões correspondentes dependem de *fontes ou factores determinantes* que criam as condições necessárias para a produção e a experiência do bem-estar. Assim, o acesso à cidadania plena é amplamente dependente de políticas que promovam a justiça social, a participação comunitária e a criação de espaços de negociação democrática. “A autodeterminação, por exemplo, deriva de oportunidades prévias para o exercício do controlo, da voz e da escolha” (Prilleltensky, 2005:55).

Por *estratégias* entende-se as respostas e as intervenções desenvolvidas para endereçar cada um dos sítios, sinais e fontes anteriormente explorados. Ao mesmo tempo que devem ser suficientemente específicas, devem compreender abordagens que integrem os diferentes aspectos do bem-estar e combinem estratégias para a mudança pessoal, relacional e colectiva.

Neste sentido, dois outros factores são de especial relevância para a perspectiva proposta por Prilleltensky: o factor temporal e o factor ecológico. O factor temporal relaciona-se com o tempo da intervenção que pode assumir um carácter preventivo, proactivo ou reativo. Importa referir que grande parte dos investimentos tende a ser alocado em abordagens reativas em detrimento das abordagens preventivas, não obstante o facto das últimas terem provado, empiricamente, a sua eficácia e o seu custo-efectividade. O factor ecológico, por sua vez, relaciona-se com os sítios de bem-estar e as suas estratégias correspondentes, abrangendo uma série de intervenções que podem incidir sobre o indivíduo ou o colectivo.

Na intersecção dos domínios temporal e ecológico formam-se quatro abordagens de intervenção: individual-proactiva, individual-reativa, coletiva-proactiva e coletiva-reativa. Mais uma vez, são, maioritariamente, operacionalizadas as abordagens reativas - com a gestão de crises, a classificação dos indivíduos em categorias “através de mecanismos complexos de patologização, criminalização e exclusão” (Pussetti e Brazzabeni, 2011:468), a criação de abrigos, bancos alimentares e acções de saúde pontuais - que buscam aliviar o sofrimento causado pelos efeitos nocivos das escolhas em termos económicos e políticos e que, por vezes, acabam por intensificar e perpetuar o sofrimento experienciado.

Enquanto trabalhar a nível individual possa ser mais conveniente do que tentar alterar as políticas sociais ou as condições em que as comunidades vivem, é importante ter-se em mente as consequências a longo prazo de se concentrar numa única fonte de sofrimento, o indivíduo, com a exclusão de factores do ambiente, por vezes, opressivos (Prilleltensky, 2008:57).

O bem-estar como um “estado positivo de relações” permite-nos uma abordagem compreensiva e abrangente da experiência social onde pessoas, relações, organizações e comunidades são, todos, sítios de bem-estar. Cada sítio pode ter sinais e factores determinantes distintos e uma variedade de estratégias para promovê-los, todavia só alcançam resultados satisfatórios quando abordados de forma integrada e inclusiva.

Assim, o bem-estar e os seus componentes podem ser pensados a partir de diferentes níveis de análise, como, por exemplo, o nível pessoal, relacional ou social. Interessa-nos, em particular, o nível social/organizacional, ou seja, as práticas e os dispositivos institucionais criados para produzir, promover e facilitar o acesso ao bem-estar da população no geral e de grupos específicos em particular.

No que diz respeito ao bem-estar das populações imigrantes, estudos sugerem que o acesso aos recursos - materiais e psicológicos - é condicionado por normas de justiça social e da atribuição de pertenças, inseridas num sistema de interconhecimentos, predominantes nas sociedades de acolhimento.

Importa referir que devido à variedade de sociedades de acolhimento e de comunidades imigrantes, em termos de história, sistemas de organização social, política e cultural, é difícil generalizar ou prever com exactidão os resultados da relação de adaptação e ajuste actuantes no processo de integração das populações estrangeiras. Nas palavras de Prilleltensky (2008:362) “o que está claro é que tal relação é dinâmica e sujeita a múltiplas partilhas condicionadas pelos contextos geográfico, histórico e político”.

As variáveis envolvidas na relação entre as comunidades de acolhimento e as populações imigrantes e as respostas geradas para lidar com os desafios emergentes interagem de forma

complexa, a criar as condições para a produção e a promoção do bem-estar ou, o seu oposto, a criar barreiras que limitam o acesso aos direitos, marginalizam e excluem as populações imigrantes como actores activos no processo de produção do bem-estar pessoal, relacional e colectivo e na promoção da coesão social.

Cruikshank afirma que, nas democracias modernas, a ênfase na responsabilidade individual, como condição necessária para o acesso à cidadania plena e ao bem-estar, tem conduzido a programas e intervenções que têm por objectivo modificar o que está ausente. “Temos diferentes tipos de cidadãos que são reconhecidos não pelo que fazem ou pelo que são mas por aquilo que lhes falta” (Cruikshank 1999:123).

Neste sentido, Prilleltensky argumenta que os serviços sociais e de saúde, historicamente, têm-se concentrado nos *deficits*, dificuldades e “faltas” e, neste processo, as oportunidades para se trabalhar a partir dos pontos fortes e das capacidades - tanto no plano individual quanto no plano colectivo - são frequentemente substituídas pela busca por patologias, desvios e anomalias. “Típicamente, a primeira pergunta feita é, explicitamente ou implicitamente, o que você tem de errado ou o que você tem feito de errado?” (Prilleltensky, 2005:58).

A predominância de programas sociais e de saúde com abordagens reativas, alienantes e marginalizantes, facto especialmente observado no atendimento às populações em situação de desvantagem, com ênfase na promoção do bem-estar individual, negligenciando as condições do ambiente social que conduzem ao sofrimento em primeiro lugar, fracassam, por sua vez, na produção de práticas críticas centradas na construção de alternativas e no reforço das capacidades dos indivíduos e dos colectivos.

2.1.2 Agencialidade e Empoderamento

As racionalidades políticas e as práticas sociais contemporâneas destinadas a tratar e/ou aliviar a pobreza, as desigualdades sociais e os sintomas do sofrimento individual e colectivo, têm-se concentrado no léxico do humanitarismo, do bem-estar, da agência e do *empoderamento* para justificarem suas intervenções. É comum, na concepção de programas e projectos, encontrar como justificativa ou objectivo, a promoção do empoderamento e da agência dos indivíduos, grupos e comunidades.

A variedade de entidades, instituições, saberes e práticas que objectivam oferecer respostas às questões de exclusão e marginalização das “minorias” apoiam-se em discursos sobre

direitos, realização pessoal, participação política e coesão social. Integradas, reguladas e activadas, as “minorias” podem contribuir para o equilíbrio da estrutura social e para o aumento da capacidade produtiva do Estado. É necessário fazê-lo; é moralmente correcto fazê-lo.

Ao reflectir brevemente sobre os dois conceitos, a começar pelo empoderamento, Alsop e Heinsohn definem empoderamento como “o reforço das capacidades de um indivíduo ou grupo de realizar escolhas e transformá-las em acções e resultados desejados” (Alsop e Heinsohn 2005:05). O termo pode referir-se tanto a um processo como a um resultado. Ainda segundo as autoras, se um indivíduo ou grupo é *empoderado* significa que possui a capacidade de fazer escolhas efectivas e de traduzir as suas escolhas em resultados desejados.

Hur (2006) observa que o termo empoderamento tornou-se amplamente utilizado numa ampla variedade de disciplinas das ciências sociais como a teoria política, a gestão, a educação, a psicologia comunitária, entre outras. O termo relaciona-se directamente com a ideia de poder e a acção de empoderar é tipicamente concebida como a viabilização do aumento quantitativo do poder, constituindo-se em si mesma uma relação de poder, onde indivíduos impotentes são transformados em indivíduos capazes de acção (Cruikshank, 1999).

Assim, o empoderamento é por definição um processo social de pensamento e acção, de carácter multidimensional e dinâmico, produzido nas relações sociais quotidianas e que proporciona aos indivíduos e grupos o aumento da sua capacidade de influência e de autodeterminação. Importa referir que empoderar implica estimular a participação política activa, o compromisso com objectivos sociais amplos, o reforço do processo de afirmação e autonomia, o respeito recíproco, o desenvolvimento de competências e a mobilização de recursos e ferramentas necessárias para a realização pessoal e colectiva.

Na sua tentativa de fornecer um quadro geral a partir das teorias sobre empoderamento disponíveis nas variadas disciplinas, Hur (2006) conclui que é possível delinear cinco etapas progressivas em direcção ao empoderamento: a existência de distúrbios individuais e/ou sociais, a conscientização ou reconhecimento do fenómeno, a mobilização de recursos e iniciativas para enfrentá-lo, a maximização da participação colectiva e a criação de uma nova ordem social.

Em termos de componentes é possível distinguir entre o empoderamento individual e o empoderamento colectivo. É importante salientar que tal distinção não exclui o facto de serem aspectos interrelacionados e mutuamente dependentes. O empoderamento individual refere-se à forma como as pessoas pensam sobre si mesmas e relacionam-se a partir dos

conhecimentos, habilidades e capacidades que possuem ou acreditam possuir. Desta forma, um conjunto de quatro componentes destaca-se: significado, competência, autodeterminação e impacto. Ter a capacidade, possuir o domínio dos recursos e os meios para ultrapassar e modificar as situações de desfavorecimento e sofrimento são fundamentais para a consolidação do empoderamento pessoal.

Em termos de empoderamento colectivo, segundo Hur, conjugam-se um conjunto de outras quatro componentes: experiência de pertença colectiva, o envolvimento comunitário, o poder de influência na organização comunitária e a participação na construção da comunidade. Nas palavras da autora, “o objectivo do empoderamento de uma comunidade é proporcionar aos seus membros um sentido de liberdade, pertença e poder que pode conduzir à mudança social construtiva” (Hur, 2006:535).

Como salientam também Kleba e Wendausen,

Os processos de empoderamento ocorrem em arenas conflituosas, onde necessariamente se expressam relações de poder, as quais devem ser encaradas não como algo estanque e determinado, mas plástico, flexível, portanto modificável pela acção-reflexão-acção humanas, na medida em que os indivíduos compreendam sua inserção histórica passada, presente e futura e sintam-se capazes e motivados para intervir em sua realidade (Kleba e Wendausen, 2009:742).

A este propósito Cruikshank (1999) alerta para o facto da “apatia”, a falta de motivação e de iniciativa das minorias e das camadas mais vulneráveis da sociedade serem apontadas como as causas centrais da sua condição de pobreza e de desigualdade em primeiro lugar. Desta forma, o empoderamento transforma-se numa obrigação social e moral, numa receita universal para a redistribuição do poder e num método para transformar indivíduos em cidadãos e maximizar a sua participação política e a sua capacidade de causar mudanças sociais.

Directamente articulado ao conceito de empoderamento como conhecimento, conscientização e acção, o conceito de agência assume especial relevância nas racionalidades dos serviços de apoio social e de saúde. Tal como o empoderamento, o conceito de agência é explorado em variadas disciplinas e tradições intelectuais e manipulado por diferentes actores, nos mais variados terrenos de intervenção e investigação.

Frank (2007) comenta que a ideia de agência é frequentemente associada a representações sobre a subjectividade, o indivíduo e o self e, ainda, às noções de estrutura, resistência, prática, performance, entre outras. A agência definida como a “capacidade de agir mediada por factores socioculturais” (Ahearn, cit em Frank, 2007:282) proporciona o reconhecimento de variadas formas de agência em situações particulares, num tempo e espaço definidos.

Todavia, a autora aponta para o facto de que a ênfase nos contextos sociais e culturais tem excluído ou dificultado a possibilidade de explorar as bases psicológicas do fenómeno o que contribui para uma análise limitada sobre as dinâmicas da agencialidade.

Os motivos que levam uma pessoa a agir de uma forma e não de outra, a exercitar a sua agencialidade num sentido e não em outro, não são adequadamente endereçados e, assim, encontram pouco ou nenhum espaço nos debates sobre agência, facto que reflecte também uma inconsistência das definições dos processos psicológicos envolvidos no procedimento de tornar-se agente, onde as formas de construção e interpretação da experiência destacam-se como aspectos fundamentais.

Ainda segundo Frank “a menos que possamos explorar como determinados tipos de poder, formas de entendimento e discursos sociais se tornam psicologicamente atraentes ou motivadores para os indivíduos somos deixados com uma ideia muito inadequada sobre a acção humana” (Frank, 2007:298). No papel de agentes, os indivíduos actuam e promovem mudanças, buscam melhores condições, negociam interesses, produzem conhecimento, reflectem sobre as suas ações e sobre os valores que orientam e significam as suas vidas.

Em *Central Problems in Social Theory, Action, Structure and Contradictions in Social Analysis*, Anthony Giddens (1979) propõe pensarmos a acção humana a partir da dualidade da estrutura que, ao mesmo tempo, é o canal e o resultado da reprodução de sistemas sociais constituídos por acções reguladas de autonomia e dependência, de capacitação e restrição. “A ‘acção’ apenas existe quando um agente tem a capacidade de intervir, ou abster-se de intervir numa série de eventos assim como ser capaz de influenciar o seu curso” (Giddens 1979: 256). Pensar a acção humana em termos de capacidade transformativa implica necessariamente pensar as relações de poder e os seus processos de produção e reprodução num tempo, espaço e estrutura definidos.

Para uma análise adequada da acção humana, Giddens defende que é imprescindível a inclusão da noção de temporalidade e a admissão do poder como parte integrante das práticas sociais inseridas numa dada estrutura. “A estrutura não deve ser conceptualizada como uma barreira à acção mas essencialmente envolvida na sua produção: até mesmo os processos mais radicais de mudança social, como qualquer outro, ocorrem no tempo” (Giddens, 1979:71). Assim, todo processo de acção reflecte a produção de algo novo e ao mesmo tempo algo que existe em continuidade com o passado, que fornece, por sua vez, os meios para o seu início.

Agir envolve intervir, ou abster-se de intervir, em eventos da experiência social quotidiana e produzir resultados transitórios ou definitivos onde a intencionalidade da acção é apenas

uma variável do conjunto de factores que animam as privações ou acções dos agentes. “O poder como uma capacidade transformativa pode, neste sentido, referir a capacidade dos agentes em alcançar os resultados esperados” (Giddens, 1979:88).

Sen argumenta que a agência de um indivíduo relaciona-se com a liberdade de escolher e perseguir objectivos, funcionamentos e estilos de vida que sejam valorizados pelo indivíduo. Entretanto, “as pessoas são incluídas num julgamento moral colectivo, não apenas como pessoas cujo bem-estar demanda preocupação, mas também como pessoas cuja agência responsável deve ser reconhecida” (Sen, 1984:204).

Definidos a partir do que “falta”, Cruikshank afirma que o pobre, o negro, o imigrante são construídos e rotulados como impotentes, apáticos e incapazes de exercer, por conta própria, a cidadania e a liberdade e, neste sentido, são os alvos por excelência dos discursos sobre o empoderamento, a agencialidade e as tecnologias de cidadania e anticidadania.

Assim, as políticas e intervenções sociais que recaem sob estas populações, na maioria das vezes, assumem um duplo posicionamento onde “a população ‘em risco’ é também uma população de ‘risco” (Pussetti e Brazzabeni, 2011:473) e por este motivo devem ser “assistidos” no seu processo de se tornarem cidadãos ou contidos para evitar que a sua incapacidade e apatia perturbem o equilíbrio social.

Contudo, Fischer (1997) chama a nossa atenção para a existência de variadas organizações, com funções e dependências diversificadas, conduzidas por agendas ideológicas distintas. Assim como o Estado contemporâneo é atravessado por “disputas internas”, oscilando entre uma orientação protectora e uma orientação disciplinar (Wacquant, 2012), as políticas e os programas sociais ocupam, por vezes, posições interligadas em redes complexas de influência e interdependência que produzem um campo heterogéneo de práticas sociais.

2.1.3 A Abordagem das Capacitações

A abordagem das capacitações proposta por Amartya Sen (2005, 2009) destaca a condição de agência dos indivíduos e a sua liberdade substantiva na busca pelo bem-estar e na construção de alternativas possíveis para a concretização de objectivos pessoais e colectivos. A noção de “capabilidade”, na perspectiva de Sen, expressa a “real capacidade de uma pessoa em fazer as diferentes coisas que valoriza fazer” (Sen, 2009:253). Em outras palavras, representa a capacidade do indivíduo em realizar o seu bem-estar através da sua agência, com

base em oportunidades concretas onde a liberdade de escolha, em fazer ou ser, é factor determinante.

A abordagem de Sen aponta para a relevância em se considerar as desigualdades de capacitação entre os indivíduos e as comunidades como elemento de análise central das disparidades e das tensões sociais contemporâneas. As forças sociais que restringem a capacidade dos indivíduos em realizar escolhas, limitando as oportunidades efectivas que possuem para negociar as condições da sua própria existência, contribuem para as situações de marginalização e exclusão, produzindo uma relação de mal-estar entre indivíduo e ordem social.

Neste sentido, Pussetti e Brazzabeni observam que os fenómenos do sofrimento social são o resultado das relações desiguais de poder que condicionam a acção dos indivíduos e dos grupos e que são, por sua vez, directamente dependentes das dinâmicas sociais e dos interesses políticos e económicos que “o constroem, reconhecem e nomeiam” (Pussetti e Brazzabeni 2011: 468). As autoras expressam: “o sofrimento social é o resultado, em outras palavras, da limitação da capacidade de acção dos sujeitos” (p.469).

Desta maneira, expandir as capacidades dos indivíduos têm repercussões directas na forma como a sociedade se organiza e se constitui. Enquanto agentes activos de mudança, os sujeitos são interlocutores privilegiados na produção de respostas integradas e sustentáveis aos desafios impostos pelas dinâmicas atuais que os afectam. Todavia, nas palavras do próprio Sen (2009), a abordagem das capacitações não se propõe a definir fórmulas específicas para a tomada de decisões políticas na gestão dos conflitos sociais, mas sim, a chamar a atenção para a pluralidade de possibilidades de ser, estar e desejar que devem ser consideradas em qualquer teoria sobre justiça social e direitos humanos.

A atenção deve centrar-se nas oportunidades efectivas e na liberdade que um indivíduo tem de, a partir dos recursos disponíveis, alcançar combinações de funcionamentos valiosos. "A existência de escolha genuína pode inclusive afectar a natureza e o significado dos funcionamentos alcançados" (Sen, 1984:201). Pensar em termos de oportunidades e fins (realizações) e não, exclusivamente, meios (a disponibilidade de um bem não implica necessariamente a capacidade de acesso ao mesmo) têm consequências importantes para o planeamento, a execução e o sucesso das políticas públicas.

Escolhas políticas e sociais nos domínios do trabalho, moradia, educação, justiça, previdência social são realizadas todos os dias, e podem ter consequências imediatas ou a longo-prazo no

que diz respeito a produzir ou liquidar desigualdades da vida social, reconhecê-las ou dissimulá-las (Fassin, 2009:55).

A abordagem das capacitações de Sen oferece um modelo alternativo para a análise das dinâmicas sociais contemporâneas, numa tentativa de ultrapassar uma visão utilitarista do bem-estar e dos padrões de vida e a concentrar-se nas oportunidades que os indivíduos têm de traduzir as suas capacidades em resultados valiosos e satisfatórios.

Para Sen, qualquer abordagem que se proponha a explorar a vida humana deve ter em consideração a função estratégica do desejo e do que ousamos desejar nos processos de tomada de decisão, na atribuição de valores e na forma como conduzimos as nossas vidas: “os desejos reflectem compromissos com a realidade. E a realidade é mais dura para uns do que para outros” (Sen, 1984:191).

Importa referir que outro elemento para o qual Sen (1984) chama a nossa atenção é o facto de que existem diferentes noções de igualdade que conduzem a conflitos que, por sua vez, também devem ser endereçadas. O papel do debate público na construção de uma noção compartilhada de justiça é fundamental na prática da democracia e revela o “reconhecimento geral de que questões essenciais num sentido ampliado de democracia são a participação política, o diálogo e a interacção pública” (Sen, 2009:326).

A distinção entre “fazer alguma coisa” e “ser livre para escolher fazer esta coisa” é essencial. Ter a liberdade para fazer escolhas aumenta o potencial de realizar mudanças e de conduzir a vida que se escolhe viver com respeito aos valores e às prioridades individuais em conjunto com a criação de espaços de negociação colectiva. “Escolher A quando se tem A e B é diferente de escolher A quando só se tem A” (Porsse e Klering, 2009:144). Importa salientar que a noção de liberdade em Sen (2005, 2009), como liberdade substantiva, assume um sentido diferente do sugerido por Rose (1999) como um instrumento de manipulação e controlo das racionalidades políticas neoliberais.

A ameaça de fractura que assombra as sociedades contemporâneas, a incerteza dos estatutos e do crescente número de indivíduos em situação de flutuação/não-colocação na estrutura social (Castel, 2003), reflectem a crise nos modelos de governo contemporâneos e demandam um novo posicionamento do Estado.

Assim, a ação do Estado e dos diversos actores envolvidos na gestão do social deve voltar-se para a criação/ampliação de oportunidades que ofereçam aos indivíduos as condições reais para a produção e o acesso ao bem-estar, capacitando-os com oportunidades de exercer papéis de agência e ampliando a sua participação efectiva.

2.1.4 O Processo de Integração e as Boas Práticas

A integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento é um processo dinâmico e em permanente mudança, condicionado por factores como a estrutura económica, social, política e institucional dos países-destino. O processo de integração acontece essencialmente ao nível local e por isso as políticas criadas e a sua respectiva execução no terreno devem ser adequadas às especificidades locais e às características dos grupos aos quais se dirigem.

O Glossário sobre Migração (2009:34) define a integração como:

Processo através do qual o imigrante é aceite na sociedade, quer na sua qualidade de indivíduo quer de membro de um grupo. As exigências específicas de aceitação por uma sociedade de acolhimento variam bastante de país para país; e a responsabilidade pela integração não é de um grupo em particular, mas de vários actores: do próprio imigrante, do Governo de acolhimento, das instituições e da comunidade.

Desta maneira, o processo de integração deve acomodar as diferenças, construir espaços de negociação, adaptação e ajuste mútuos, a produzir um sentido de pertença comum entre os cidadãos nacionais e os estrangeiros. Papademetriu (2003) salienta o facto de que o sucesso a longo prazo de sociedades multiétnicas sustenta-se no endereçamento das questões relativas à integração dos imigrantes, como a aquisição da língua e o acesso à educação, ao mercado de trabalho, aos serviços de saúde, entre outros, de forma a respeitar os princípios democráticos e os outros princípios associados que definem estas mesmas sociedades.

O modelo de integração de “duas vias” defendido por Papademetriu, e adoptado no presente estudo, em oposição aos modelos assimilacionista, multiculturalista e segregacionista mais amplamente conhecidos, implica um processo oneroso para ambas as partes; os imigrantes, a sociedade de acolhimento e as suas respectivas instituições devem assumir com firmeza e empenho as responsabilidades pelo processo de integração. “Nesta construção, uma integração significativa e bem-sucedida extrai a sua energia do próprio dinamismo do conceito, a partir do facto de que a imigração na escala que está a ser experimentada, nos dias de hoje, é fundamentalmente sobre como tornar-se ao invés de ser” (Papademetriu, 2003:02).

Entretanto, Pennix observa que as duas partes envolvidas no processo de adaptação e ajuste, ou seja, imigrantes e sociedades de acolhimento, ocupam posições desiguais na produção de iniciativas e de respostas aos desafios emergentes.

É a interacção entre os dois que determina a direcção e o resultado final do processo de integração. Estes dois, no entanto, são parceiros desiguais. A sociedade de acolhimento, em

termos de sua estrutura institucional e da forma como ela reage aos recém-chegados, tem muito mais a dizer no resultado do processo (Pennix, 2003:01).

Neste sentido, as políticas de integração devem criar as condições para que a integração se processe, nomeadamente, em termos de impacto, eficiência, relevância, transparência e sustentabilidade (Niessen, 2010). Nas palavras de Joppke o grande desafio para os Estados liberais reside em “encontrar o equilíbrio entre políticas agressivas o suficiente para promover a coesão social (seu objectivo declarado) porém contidas o bastante para respeitar a autonomia moral dos imigrantes” (Joppke, 2012:01).

Não obstante o facto da responsabilidade de legislar sobre as políticas de integração recair sobre cada Estado-Membro, a criação de um referencial comum europeu, em matéria de integração, destaca o acesso ao mercado de trabalho, aos conhecimentos da língua e da cultura da sociedade de acolhimento, o acesso à educação e ao bem-estar como elementos essenciais para uma integração “bem-sucedida”. Contudo, observam que “são raras as iniciativas estruturais orientadas para a população do país de acolhimento, tendo em vista a sua adaptação à diversidade e a promoção de interações positivas entre diferentes grupos étnicos e sociais” (Fonseca e Goracci, 2007:32).

Neste sentido, a partir de uma abordagem baseada em direitos, é criado o *The Migrant Integration Policy Index* (MIPEX) cuja função é avaliar o compromisso dos governos de 31 países na Europa e na América do Norte em termos de políticas de integração e a oferta de oportunidades às populações imigrantes de participar da sociedade de acolhimento nas mesmas condições que os cidadãos nacionais.

O MIPEX oferece, através de uma análise comparativa, um quadro transparente das políticas existentes no cenário internacional, o que permite um melhor entendimento e acesso às questões de integração, desenvolvendo uma linguagem comum nesta matéria e constituindo-se como uma ferramenta essencial na análise comparativa das políticas sobre a integração de imigrantes (Niessen, 2010).

Portugal, segundo avaliação do MIPEX III, mantém-se como o segundo melhor país (o primeiro lugar é ocupado pela Suécia) no acolhimento e na integração social, afectiva e profissional dos imigrantes. Com a criação do primeiro Plano para a Integração dos Imigrantes, que vigorou no período de 2007-2009, Portugal foi um dos primeiros países a adoptar “um instrumento de orientação global das políticas públicas de integração transversal aos vários ministérios, e cuja implementação foi devidamente monitorizada e acompanhada” (Relatório de Actividades ACIDI, 2010:15).

Importa referir que o MIPEX é um instrumento de avaliação e de monitoramento do enquadramento jurídico da imigração regular. É um instrumento para a análise das políticas o que não significa, necessariamente, nas palavras de Niessen (2010:04) “que as políticas são implantadas no terreno e em sua força total” e assim não pode ser assumido como um índice de integração dos imigrantes no país onde residem, para além do facto de deixar de fora as questões relativas à imigração não-regular.

No caso português, Fonseca e Goracci referem que a politização da imigração e a institucionalização de uma política de integração começam a estruturar-se a partir de meados dos anos 90. Segundo as autoras, vários factores concorreram para que a política de imigração e de integração dos imigrantes assumisse uma importância crescente na agenda política nacional, entre elas: “as obrigações decorrentes da integração europeia; o aumento da imigração clandestina, a crescente visibilidade dos imigrantes e minorias étnicas pobres e o desenvolvimento de associações e ONGs promotoras da defesa dos direitos dos imigrantes” (Fonseca e Goracci, 2007:29).

Constituiu-se tema central na agenda política do governo português a abordagem da imigração na sua tripla vertente de gestão dos fluxos migratórios, inclusão social dos imigrantes e promoção da cooperação e do diálogo com os países de origem (Fonseca e Goracci, 2007). É também objectivo a produção de manuais de boas práticas para a integração que auxiliem os decisores políticos, as entidades e as instituições na identificação das necessidades e na condução das intervenções no terreno.

Neste sentido, foi criado, em 1996, o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), posteriormente transformado em Instituto Público, em 2007, e designado Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.) cujos princípios-chaves são o diálogo, a interculturalidade e a proximidade e cuja missão é “colaborar na concepção, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectoriais, relevantes para a integração dos imigrantes e das minorias étnicas, bem como promover o diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões”.⁵

Para garantir um melhor acesso das populações imigrantes aos órgãos da administração pública foram criados os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), inicialmente em Lisboa e no Porto, e posteriormente em Faro, e uma rede de Centros Locais de Apoio ao Imigrante (CLAI) por todo o país. O objectivo destes Centros é oferecer as informações e o acesso aos serviços, como aconselhamento jurídico, inserção no mercado de trabalho, serviços

⁵<http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p/missao> acessado em 22 de Agosto de 2012

de tradução telefónica, apoio social, apoio ao reagrupamento familiar, apoio na aprendizagem da língua portuguesa, apoio técnico às associações de imigrantes, entre outros.⁶

Esta abordagem ao concentrar num espaço único serviços tão diversos de forma integrada, através da mediação intercultural e de balcões únicos de prestação de serviços à disposição dos imigrantes no sentido de facilitar o seu processo de integração no país - projeto “one-stop shop” (OSS)⁷ - é reconhecida internacionalmente como um exemplo de boas práticas para a integração a ser seguida por outros países.

Com o II Plano para a Integração de Imigrantes, 2010-2013 – o governo pretende dar continuidade a uma nova geração de políticas sociais, a ajustar as medidas do I Plano e a produzir outras, com o objectivo de continuar a perseguir a plena integração dos imigrantes em território nacional. O reconhecimento internacional dos esforços portugueses em matéria de imigração é assumido como uma responsabilidade a mais na execução e na monitoração das políticas de integração (II Plano Para a Integração de Imigrantes, 2010).

O mapeamento das necessidades no terreno e das acções que objectivam responder a estas demandas é fundamental no sentido de identificar as boas práticas e partilhar os conhecimentos produzidos. O discurso das boas práticas é uma constante na literatura, nos encontros e nos fóruns sobre as políticas de integração portuguesas, apesar de não existir uma explicação clara do que são e quais são os critérios da sua definição.

Segundo Fonseca e Goracci (2007), o facto de Portugal ser tradicionalmente um país de emigrantes, com uma população representada como de “brandos-costumes”, com uma história de contacto com outros povos e uma experiência ainda recente de imigração, são argumentos frequentemente utilizados para justificar a “notável” maestria do governo e da sociedade portuguesa em torno da integração dos imigrantes. Entretanto, o facto de as populações imigrantes terem poucas oportunidades de mobilidade social em Portugal, sendo também afectadas por situações de desvantagem e discriminação, coloca em questão do que se fala, quando se fala em boas práticas.

⁶<http://www.acidi.gov.pt/es-imigrante/servicos/centros-nacionais-de-apoio-ao-imigrante---cna> acessado em 22 de Agosto de 2012

⁷<http://www.acidi.gov.pt/noticias/visualizar-noticia/4cdbf6a8ce7d5/projecto-%27one-stop-shop%3A-uma-nova-resposta-para-a-integracao-de-imigrantes%27> acessado em 22 de Agosto de 2012

CAPÍTULO III - ESTUDO DE CASO: PROJECTO DE TUTORIA SOCIAL

3.1 Centro Pedro Arrupe (CPA)

Com capacidade para acolher 25 adultos, 18 homens e 7 mulheres⁸, o Centro Pedro Arrupe (CPA), criado em 2006, pelo Serviço Jesuíta aos Refugiados - Portugal (JRS – Portugal) em parceria com o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, IP), a Câmara Municipal de Lisboa (CML), o Instituto da Segurança Social (ISS, I.P), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Província Portuguesa das Filhas da Caridade de S. Vicente Paulo, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), é um centro de acolhimento temporário que recebe imigrantes e deslocados do seu país de origem em situação de exclusão social, com situação documental irregular, com pouco ou nenhum conhecimento da língua portuguesa, sem abrigo, sem rede de suporte social ou impossibilitados de aceder à mesma e ainda em situação de desemprego e isolamento⁹.

Atualmente o CPA é uma resposta, única em território nacional, para migrantes e refugiados em situação de carência humanitária, no âmbito das iniciativas desenvolvidas na área da integração de Imigrantes do JRS-Portugal (Relatório Geral de Actividades do JRS-Portugal, 2011). É a partir do acolhimento e do acompanhamento dos utentes em situação de maior vulnerabilidade que o JRS-Portugal cumpre a sua missão de *Acompanhar, Servir e Defender* os migrantes, refugiados e deslocados com o objectivo de promover os direitos e a integração destas populações em Portugal.

O JRS é uma organização internacional da Igreja Católica fundada em 1980 sob a responsabilidade da Companhia de Jesus e, actualmente, presente em cerca de 50 países. Em Portugal, o JRS foi criado em 1992, a funcionar, inicialmente, como uma plataforma para a partilha de informações e conhecimentos no domínio sobre leis de asilo e de imigração. A partir de 1998, o JRS passa a executar uma intervenção mais directa com as populações migrantes e a desenvolver projectos e iniciativas em diferentes áreas.¹⁰

⁸ <http://www.jrsportugal.pt/conteudo.php> acessado em 12 de dezembro de 2011

⁹ <http://www.jrsportugal.pt/conteudo.php> acessado em 24 de novembro de 2011

¹⁰ <http://www.jrsportugal.pt/conteudo.php?AHIBYFMz=AEoBSFMHUQBRTwMDUUxeFQ tela9Xr1t ela9Xr1&AHIBYFM9=ADMBOFNj> acessado em 22 de Agosto de 2012

As três dimensões que orientam os objectivos do JRS-Portugal no terreno - *Acompanhar, Servir e Defender* - são operacionalizadas através da incessante procura por melhores respostas aos desafios experienciados pelos utentes, com o permanente desenvolvimento de novos projectos e parcerias: a dinamização da rede de voluntários, a reforçar os serviços e iniciativas existentes no apoio social e no acolhimento; a execução de acções de formação com intuito de aumentar as oportunidades de empregabilidade dos utentes; a intensificação das actividades no âmbito do apoio à saúde física e mental, do apoio jurídico e das iniciativas de sensibilização e advocacia (Relatório Geral de Actividades do JRS-Portugal, 2011).

Em 2011, foram apoiados pelo JRS-Portugal um total de 3421 migrantes, número superior ao ano anterior e que reflecte as crescentes dificuldades enfrentadas pela população migrante no contexto actual de crise financeira. A missão da instituição é sintetizada pelos lemas “Estar onde ninguém mais está e onde mais falta”, “Estar com”, “Ver o mundo através do olhar do outro” e “Dar voz a quem não tem voz” (Relatório Geral de Actividades do JRS-Portugal, 2011:08).

Em termos de equipa, o JRS-Portugal contou com o apoio de um total de 165 colaboradores entre os quais 20 colaboradores remunerados, 25 mediadores no SEF, 11 mediadores no CNAI, 13 estagiários e uma maioria significativa de 96 voluntários (Relatório Geral de Actividades do JRS-Portugal, 2011:).

No mapeamento de iniciativas e de boas práticas de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal, Fonseca e Goracci, chamam atenção para o facto de que o segundo maior obstáculo indicado pelas entidades promotoras das actividades foi a escassez de recursos humanos. O recurso a trabalho voluntário é esporádico “sendo claramente superior o número de iniciativas que não ocupa qualquer voluntário (42% das respostas válidas) e sendo apenas de 25,6% a frequência relativa dos projectos com respostas válidas, que envolvem mais de 5 voluntários” (Fonseca e Goracci, 2007:26).

Com mais de 50% da sua equipa composta por voluntários o JRS-Portugal destaca-se pelo intenso trabalho em parceria com actores da sociedade civil no processo de acolhimento e integração dos imigrantes. Desta maneira, é possível alargar a sua intervenção no terreno, a partir de acções integradas, a abranger os mais variados campos e a oferecer a possibilidade de um atendimento personalizado e individualizado aos seus utentes.

Neste sentido, a área de integração de imigrantes, estruturada numa relação de proximidade, assume um papel central nas acções da instituição que objectiva contribuir para a mudança social com acções orientadas para “a resolução de problemas, a educação, a

capacitação, defender e fomentar a cidadania pela via da participação dos migrantes na resolução dos problemas” (Relatório Geral de Actividades do JRS-Portugal, 2011:46). A prestação de diferentes serviços num espaço único, à semelhança do modelo *one-stop shop* do CNAI, é percebida como uma mais-valia tanto para o utente quanto para a equipa que o acompanha.

O CPA insere-se nesta área, especificamente, no que diz respeito a apoiar migrantes em situação de carência humanitária, sem meios e recursos próprios para satisfazer as necessidades mais básicas como alojamento, alimentação, vestuário, segurança, entre outros, num contexto onde as respostas sociais existentes são cada vez mais reduzidas para a população, em geral, e para as populações migrantes, em particular (Relatório Geral de Actividades do JRS-Portugal, 2011).

Neste sentido a missão do CPA é “dar uma resposta concertada para que o migrante acolhido neste espaço consiga sair do mesmo em melhor condição do que aquela em que entrou, na forma mais célere possível e, ao mesmo tempo, de um modo sustentado para que não volte a cair na situação inicial” (Relatório Geral de Actividades do JRS-Portugal, 2011:74). A gestão do Centro é financiada por um acordo estipulado com o ISS, I.P e por protocolos de cooperação com o ACIDI, I.P e a OIM.

O Centro localiza-se na Ameixoeira, sítio caracterizado por um grande contingente de população cigana, e é dividido em três áreas: o espaço de convivência comum onde estão os gabinetes da equipa, a sala de estar e de refeições, a cozinha e a lavandaria; o dormitório masculino e o dormitório feminino. Em 2011, o CPA acolheu um total de 53 pessoas. O tempo médio de espera para ser admitido no Centro foi de 45 dias e o tempo de permanência, em média, de 10 meses com alguns casos excepcionais superiores a 12 meses (Relatório Geral de Actividades do JRS-Portugal, 2011).

Os novos residentes comprometem-se a seguir o regulamento do Centro ao assinarem um contrato de admissão, que compreende o respeito dos horários e dos locais das refeições, as escalas de limpeza, as normas de utilização da lavandaria, as actividades disponíveis e obrigatórias para os residentes que não tenham um trabalho regular, os horários de atendimento técnico, os serviços e produtos disponibilizados pelo Centro, as regras de conduta e as sanções na falta do cumprimento das mesmas que “podem variar, desde um acréscimo de tarefas obrigatórias até a expulsão do utente, se a falta de cumprimento for repetitiva ou se o comportamento for grave” (Regulamento Interno do Centro Pedro Arrupe, 2009:03).

Em termos de equipa, o CPA conta com 2 assistentes sociais e 2 animadores/mediadores sociais. O tempo de colaboração dos membros da equipa varia de seis anos a um ano. O voluntariado tem uma forte presença no trabalho desenvolvido no Centro que conta ainda com a participação de alguns estagiários, nomeadamente, das áreas de enfermagem, serviço social, psicologia e animação sociocultural.

O CPA acolhe, em termos gerais, migrantes abrangidos pelo Programa de Retorno Voluntário, migrantes que se encontrem em Portugal ao abrigo dos acordos de cooperação com os PALOP, refugiados e migrantes económicos que têm como objetivo à integração em Portugal, mas que não possuem meios ou recursos para cumprir com as suas necessidades básicas.

A maioria das pessoas acolhidas no Centro são migrantes económicos, em situação irregular, oriundos dos mais variados países, não obstante a predominância de cidadãos dos PALOP, a confirmar a tipologia predominante das migrações em Portugal. Algumas problemáticas transversais aos residentes são identificadas pela equipa como: situações de desemprego, situação documental irregular, ausência de rede de suporte, disfunção ao nível das competências sociais, cognitivas e motivacionais. Os projectos procuram responder a estas situações através de actividades que estimulem “a promoção do indivíduo a níveis distintos, em diferentes fases, envolvendo múltiplos atores” (Relatório Geral de Actividades do JRS-Portugal, 2011:80).

Para este fim foi criado o Programa de Integração e Formação Psicossocial que estabelece e define o conteúdo de todas as etapas, num total de 8, que os residentes do Centro atravessam. São elas: 1 - candidatura, 2 - selecção, 3 - admissão, 4 - programa de intervenção, 5 - avaliação periódica, 6 - intervenções evolutivas, 7 - avaliação e preparação da saída e 8 - seguimento pós-saída. Na definição das etapas 5 a 8 participam, para além da equipa, os voluntários. A participação dos utentes dá-se nas etapas 5 e 7.

De acordo com este programa, é definido um plano de actividades fundado numa metodologia de investigação-acção, que se inicia com o desenho do Plano Individual de Intervenção entre o residente e o assistente social e continua com o acompanhamento psicossocial, em diferentes níveis: individual, em pequenos grupos e com o grupo geral. São ainda organizadas actividades de lazer como visitas a museus, parques e sítios de interesse dos residentes.

As actividades têm por objectivo promover a formação, a participação dos residentes nos processos de tomada de decisão sobre questões relativas ao Centro, fomentar espaços de

reflexão, debate e lazer ou momentos de partilha espiritual – “Oração Inter-Religiosa”- e de prática desportiva com jogos de futebol semanais. Todas as actividades envolvem membros da equipa e voluntários. Importa referir que os residentes têm acesso prioritário a outros serviços disponibilizados pelo JRS-Portugal e outras instituições parceiras, como o apoio psicológico, apoio na busca de emprego e formação profissional (Relatório Geral de Actividades do JRS-Portugal, 2011).

Por vezes, a intervenção é ‘contaminada’ por factores externos, difíceis de contornar, como por exemplo, os requisitos do estado português para a regularização da situação legal, a crise económica que Portugal atravessa com o crescente aumento do desemprego que afecta sobre tudo essa população mais vulnerável, a situação caótica do país de origem que frequentemente impossibilita a obtenção de documentos importantes para a regularização no nosso país, etc. Todos estes factores externos dificultam grandemente a intervenção e o sucesso da mesma (Relatório Geral de Actividades do JRS-Portugal, 2011:85).

Alguns dos projectos desenvolvidos no âmbito do CPA são o projecto de “Participação Comunitária” onde os residentes executam actividades de voluntariado em instituições parceiras, grupos de Animação Sociocultural onde são debatidos temas do quotidiano dos residentes e a Tutoria Social, que começou por ser um projecto-piloto e hoje figura como parte da metodologia de trabalho do Centro e que será abordada separadamente.

3.2 Projecto de Tutoria Social

Como referido na secção anterior, entre as actividades desenvolvidas no centro de acolhimento, a Tutoria Social é uma medida que tem como proposta de intervenção oferecer a cada residente um acompanhamento individual e personalizado por um tutor-voluntário. No âmbito do projecto, os tutores desenvolvem, através de uma relação privilegiada com o residente, actividades de apoio no processo de aprendizagem da língua portuguesa, na aquisição de novas competências, no acompanhamento em deslocações a entidades públicas e privadas, com o objectivo de orientar e facilitar a integração e/ou o desenho do projecto de vida do residente.

A Tutoria Social é um projecto que nasce da iniciativa de um dos membros da equipa, voluntário a tempo inteiro, e que tem como objectivo promover e facilitar a adaptação integral do migrante, através da construção de uma relação de proximidade, confiança e respeito

mútuos onde o residente é o elemento chave a partir do qual o trabalho é desenvolvido. O acompanhamento individualizado permite a criação de um espaço de “encontro” onde a comunicação livre e a escuta activa são as principais ferramentas de intervenção.

A formação de pares, tutores e “tutorandos”, dá-se através da avaliação da equipa técnica das características pessoais, dos residentes e voluntários, que sejam potencializadoras para a construção de uma relação de proximidade. Por vezes, a dificuldade em encontrar voluntários disponíveis pode ser um obstáculo à ampliação do projecto no terreno.

No período de produção do presente estudo, dez tutores colaboravam com o projecto, com tempos de participação que variam de dois anos e meio a dois meses. A formação académica e/ou profissional dos tutores concentram-se nas seguintes áreas: Língua Portuguesa e Estudos Lusófonos, Gestão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, Letras, Línguas e Literatura Moderna, Direito e Relações Internacionais, Línguas e Comércio Exterior e Filosofia.

Os tutores são caracterizados como “a cara” do JRS no terreno funcionando como catalisadores de mudanças, com base no respeito à liberdade individual e à dignidade humana, através de uma atitude de interesse, disponibilidade e escuta activa. Dos tutores é esperado que promovam o alargamento das redes de contacto do residente, a promoção do seu desenvolvimento pessoal e social e, ainda, a sua (re) construção identitária, promovendo a autoestima, a confiança, a autonomia e o (auto) reconhecimento das competências que desenvolveram ao longo da vida (Encontro de Tutores do CPA, 2012).

A ênfase sobre a importância do desenho de um projecto de vida e do cumprimento das regras são continuamente reforçados. A passagem pelo CPA é uma ferramenta ou “ponte” para que os residentes alcancem e definam o que querem fazer e desenvolvam competências necessárias para este fim.

Assim, a aposta na escuta e nas relações de proximidade são as ferramentas privilegiadas para alcançar efeitos pessoais e sociais múltiplos. Através de uma relação de respeito, reciprocidade e responsividade produz-se a possibilidade de mediação e de comunicação efectiva. Na perspectiva da equipa técnica a Tutoria Social é uma mais-valia tanto para os residentes como para a própria equipa. No trabalho em parceria, equipa técnica e tutores, conseguem construir alternativas e experimentar novas estratégias com base no que o residente identifica como importante para o seu projecto de vida.

3.3 O CPA e a Tutoria Social aos “olhos” da equipa

Em termos de caracterização, os utentes do CPA, nas palavras de três membros da equipa, são:

“Dividem-se em categorias, embora eu não goste muito de categorizar. Então, são pessoas que estão cá para integrar-se no país e podem ser imigrantes económicos ou requerentes de asilo ou refugiados. Ou são pessoas que estão cá por efeito de tratamentos médicos e vem ao abrigo dos protocolos de cooperação no domínio da saúde. Portanto, são essencialmente pessoas dos PALOP ou são pessoas cujo projecto migratório não foi positivo, não correu bem, e decidiram regressar ao país de origem, mas que a situação de precariedade já é tão grande que precisam de um sítio para permanecer enquanto aguardam a viagem” (H)¹¹.

“Quem são? São indivíduos com muitas capacidades, não é? Neste momento com alguma disfuncionalidade devido aos traumas que passaram para chegar aqui. Quer dizer, o terem saído do seu país já é de louvar. Estes indivíduos não precisam de atendimento psicológico; precisam é das condições para saírem dessa mesma situação em que se encontram e que é um trauma para eles estarem constantemente a viver sem a luz ao fim do túnel, esta caminhada pelo deserto, não é?” (T).

“São pessoas exactamente como eu. Actualmente são eles a necessitar de ajuda, amanhã poderei ser eu” (G).

A rotina do Centro é descrita como dinâmica e, por vezes, imprevisível:

“Portanto, o Centro é feito para os imigrantes, mas depois, na verdade, são eles que fazem o Centro. E fazem do Centro a casa deles. Portanto, de manhã começa-se pela questão das limpezas. De acordo com as várias áreas que existem para limpar. Depois há a questão das higiènes pessoais e depois cada um vai à sua vida, por assim dizer. E portanto têm as pessoas que vão para o trabalho, têm as pessoas que irão para a escola ou para cursos de formação, têm as pessoas que vão para a participação comunitária e vão desenvolver voluntariados em outras instituições, e depois temos as questões particulares de cada situação; as idas ao SEF, ao médico, as embaixadas ou consulados. Mas é sempre um quotidiano muito agitado” (H).

“Nesse sentido eu acho que é muito dinâmica a realidade aqui, nunca sabemos o que vai acontecer a seguir, mas também temos a nossa agenda planeada com actividades e temos as actividades que vão decorrendo. No meu caso, durante o dia eu tento ver os casos que eu acompanho, tratar das diligências necessárias nesse sentido. Tudo o que diga respeito ao projecto de vida de cada uma das pessoas que eu acompanho. Para além disso nós temos sempre situações que acontecem, tipo: alguém está doente: ok, eu vou lá ver o que se passa, se

¹¹ Foram atribuídas iniciais aos interlocutores como garantia do anonimato

for um dos meus casos. Ou aquele não foi, chegou tarde, então tem que ver o que se passou. Pronto, gerir os problemas do dia. Muitas vezes acontece que no nosso dia-a-dia surge uma situação qualquer: [então] reunimos a equipa toda e discutimos isso. Isso é muito frequente acontecer e penso que é muito positivo. Porque engloba toda a gente. Portanto, põe toda a gente a tratar daquilo. Estamos todos no mesmo barco, todos participamos, todos temos opinião a dar e todos temos um papel a desempenhar” (L).

“Um dia no CPA é um exercício pra mim e isso chateia-me todos os dias, todos os dias me incomoda. Que é o exercício, não é verdade? Das suas, no fundo, das deles (...) é o exercício das capacidades, não é, ou é o exercício para activar as potencialidades” (T).

No que se refere especificamente ao projecto de Tutoria Social, a equipa faz uma avaliação positiva das contribuições e dos resultados observados e apresenta o projecto como uma ferramenta essencial no desenvolvimento pessoal de cada residente.

“As experiências que existem em colégios são diferentes. Uma coisa é ser tutor de educação, ser educador, tutor de colégio. Outra coisa é ser um tutor social. A tutoria social é muito mais abrangente, não é verdade, e com esse tipo de população. Quer dizer, este tipo de população tem uma experiência de vida. Quer dizer, o tutor é tão pequenino ao pé dessa experiência de vida deste tutorando, percebeu? Que muitas vezes eu não sei quem é o tutor, quem é o tutorando, entendeste? Porque dar os meios aos tutorandos não é dar o papel nem a caneta. Dar os meios aos tutorandos é dar um ambiente próprio para ele crescer; que é estar com o individuo, olhar para ele dinamizar o projecto dele, sonhar com ele, viver com ele, no fundo” (T).

“Eu vejo a tutoria como mais um apoio essencial ao desenvolvimento pessoal de cada utente, muitos precisam apenas de uma pessoa que os possa ouvir, um amigo mais próximo, quem lhes possa dar mais atenção, pois os técnicos do CPA não conseguem abranger esse campo, devido ao elevado número de utentes” (G).

“Pronto, a tutoria foi um projecto que partiu de um voluntário e que eu acho que é de extrema importância na intervenção social. E por quê? Porque complementa a intervenção técnica e, portanto, faz parte de toda a intervenção” (L).

“A tutoria é muito boa. E é muito boa nos efeitos que traz para o residente. E nós percebemos isso, quer por mudanças que eles próprios vêm a apresentar, quer por comportamentos que demonstram. Eles podem não vir ao atendimento do técnico, que obrigatoriamente terão que fazer uma vez por semana, mas o tutor vem e eles estão aqui à espera, e, portanto, isso é um sinal de que efectivamente é positivo” (H).

“Quer dizer, o ter um amigo, o ser estimulado, não é, o ser valorizado é extremamente importante para o individuo sair da situação em que se encontra. E que qualquer técnico, se não tem disponibilidade para o fazer, é melhor deixar de ser técnico” (T)

A equipa enumera as contribuições e as dificuldades encontradas em manter, ao mesmo

tempo, a intervenção de forma integrada e oferecer o suporte necessário aos tutores construídos como mediadores dos direitos e deveres dos residentes em relação, não só a sociedade, mas em relação ao próprio Centro. O feedback entre equipa e tutores é fundamental para a construção da parceria idealizada.

“Eu julgo que o grande problema que nós temos é encontrar voluntários, não é verdade, para tutores. Porque não há formação possível para tutores. O indivíduo nasce tutor, com a capacidade da escuta, a capacidade de valorizar o semelhante, de estruturar um programa mediante os interesses do residente, sem sobrepor as suas ideias às ideias dele. Somos dois amigos, partilhamos. Ele ao fim do dia leva o que levar e eu trago aquilo também que ele me der, percebes? O caminho faz-se caminhando, não é verdade? E a estrutura faz-se estruturando” (T).

“Para mim, o tutor é mais um amigo que esta lá para ajudar o residente a ultrapassar os seus problemas, que acompanha o residente do Centro de uma forma mais informal que o técnico e só a sua presença já contribui para isso. Porque é alguém que está lá por aquela pessoa, porque o residente é importante para ele. Portanto, isso é muito bom para quando alguém não tem ninguém que lhe dê uma ajuda. E nós, embora estejamos aqui para os ajudar, nós somos os técnicos e estamos a prestar um serviço. O voluntário não: ele está porque quer estar, faz gosto em ajudar aquela pessoa, para dar-lhe um lado mais humano e menos problemático do que o técnico, porque o técnico está muito a resolver os problemas, a encaminhar para aqui, para ali” (L).

“A tutoria é muito positiva e também é uma coisa muito trabalhosa. Portanto, nós temos 25 residentes, se cada um tiver um tutor são 25 tutores, e, portanto, nós temos que ter disponibilidade para tudo isso: acompanhar o residente e em paralelo acompanhar o tutor e manter tudo em sintonia. O que dá um bocadinho de trabalho, mas que depois, efectivamente, os resultados são muito positivos. A relação técnica é muito importante aqui e a construção do plano individual de intervenção é todo feito com os técnicos, mas a vida é mais do que ser acompanhado por um assistente social ou um psicólogo e por tudo o mais. E portanto é bom ter uma pessoa idónea e fora desse contexto que efectivamente possa ouvir, possa aconselhar, possa chamar à razão. Possa comunicar com a sociedade, possa mostrar o que se passa lá fora, e consiga fazer uma ponte na (...) como hei-de dizer? Na informalidade. E depois, que todo o trabalho seja muito próximo também do técnico, não é?” (H).

“Os voluntários vêm complementar o trabalho dos técnicos, quantos mais voluntários, mais ‘informações’ dos problemas dos utentes poderemos ter, a falta de documentos não é o único problema que muitos apresentam” (G).

“Eu costumo dizer, porque as vezes as pessoas pensam que os voluntários vão tirar o trabalho, entre aspas, aos técnicos ou vão fazer o que os técnicos não querem, eu costumo dizer

exactamente o contrário que os voluntários só me dão mais trabalho, mas para o lado positivo [risos]. Porque, quanto mais pessoas trabalham mais pessoas pensam, mais pessoas contribuem, portanto mais coisas podem fazer e mais coisas fazem. Nesse sentido eles dão mais trabalho pela positiva. Eu gosto bastante de ter pessoas, eu gosto muito que as pessoas contribuam com as suas opiniões porque quando às vezes nós estamos, por exemplo, os meus colegas de equipa, quando estamos todos aqui a trabalhar, já estamos um bocado, nosso olhar já está um pouco viciado. Portanto, eu acho que os tutores e todos os outros voluntários podem trazer contributos muito interessantes para nós. De alguém que está de fora e vê as coisas de um ângulo diferente” (L).

Não obstante os resultados positivos no campo, vale aqui destacar o reconhecimento de factores que funcionam como obstáculos à prática social, as dificuldades em termos de parcerias e algumas contradições emergentes da própria prática:

“Nós temos muitos parceiros informais. Alguns cá na comunidade e outros fora, porque também não são assim tantas as instituições que trabalham com migrantes, e, portanto, nós tentamos articular muito com essas, por que efectivamente são as que conhecem as dificuldades dessa população” (H).

“Com o SEF há uma relação mais próxima, mas não se pode dizer que haja uma parceria na resolução de casos propriamente ditos, como nós gostaríamos que houvesse. Outros tipos de parceiros, para respostas sociais, eu gostaria que funcionassem melhor do que funcionam, não é? E, portanto, temos que ter sempre essa articulação com a direcção que é de fácil acesso, embora nem sempre tenha uma resolução rápida para as questões que nós apresentamos” (L).

“Pode-me dizer assim: ‘Ah, mas nessa altura o ‘João’ só pode trabalhar com 1, ou 2, ou 3, ou 4’. É os que forem! Agora, massificação não leva a qualidade nenhuma. E apesar de nós dizermos: ‘cada caso é um caso’, acabamos por ser todos iguais. O caso é igual a todos, é tudo a mesma coisa e não podemos criar situações diferentes. Quando efectivamente este mundo é tudo diferente um do outro. Ficamos um bocadinho desiludidos, não é verdade, desanimados. E temos que encontrar fora, temos que encontrar fora, não é verdade, outros encaminhamentos e outras respostas. Porque quando se caminha, vamos lá ver, na promoção humana, não é? Não podem existir banalizações” (T).

3.4 A minha experiência de tutoria: relatos

Ao longo da minha experiência como tutora, a participar em diferentes momentos e propostas do Centro e do próprio projecto, acompanhei três residentes: Q por apenas duas semanas, período no qual ia ao Centro duas vezes por semana, D por cerca de 1 ano e mesmo

após a sua saída do Centro até a sua partida de Portugal e a actualmente acompanho o I há cerca 6 meses.

Cada um dos “meus tutorandos” partilhou comigo, em maior e menor grau, a sua história, sonhos, expectativas, medos, dúvidas, angústias e reflexões. Cada acompanhamento exigiu de mim competências e estratégias variadas, improvisos e experimentações e, inclusivamente, uma disponibilidade em maior ou menor intensidade para dar conta das demandas de cada um deles.

Q, de 33 anos e em situação irregular, inicialmente, manifestava desconforto em relação as minhas tentativas de conversa. Há mais de 10 anos em Portugal, sempre evasivo nas respostas e com um histórico longo de passagens por instituições, clínicas de reabilitação para o alcoolismo e períodos em que viveu na rua, referia que sempre diziam que ele precisava de se abrir, falar e questionava-me: “Para quê? Para depois o que eu digo se voltar contra mim? Eu posso dizer uma coisa hoje que pode não ser a mesma amanhã”.

Q não percebia o sentido das rotinas e das actividades. Por vezes, fui interpelada pela equipa para trabalhar com ele a importância de certas actividades, complementares ao projecto de vida desenhado por ele, o que causava-lhe intensa irritação. A hipótese de um retorno voluntário foi levantada “Dizem para eu pensar em voltar para casa. Casa? Que casa? Minha casa é Portugal”.

Entre períodos de aproximação e afastamento, aos poucos, Q começa a falar de si e do facto de “agir antes e pensar depois”. Diz que os primeiros meses em Portugal foram muito difíceis e que só pensava em ir embora, mas que aos poucos as coisas começaram a se ajeitar; conseguiu trabalho, mesmo sem falar a língua, quando todos o diziam que a língua é fundamental. As questões da dependência surgem.

Q refere que, em Portugal, sente a cabeça sempre pesada, triste, por não conseguir fazer o que tem para fazer e acaba por se aproximar ainda mais da bebida. O confronto com a possibilidade de morte e de ficar preso a uma cadeira de rodas, o de não conseguir parar num emprego e, assim, nunca ter dinheiro faz com que decida parar de beber.

Na semana seguinte a esta conversa, recebo a ligação de uma das técnicas a dizer que Q já não está no Centro. Q sai na sexta-feira e desde então não é mais visto. A equipa técnica juntamente com a equipa de rua tenta contactá-lo sem sucesso. Causa-me imensa confusão após este encontro que ele abandone o Centro, não obstante o facto de fazer sentido após Q ter-se “exposto” no nosso último encontro e o seu receio declarado de que o que dissesse pudesse ser usado contra ele depois. Ao tentar perceber melhor o que se passou vou ter com

um outro residente, de quem Q era próximo, que me diz: “Ele não vai voltar. A vida na rua para algumas pessoas é boa. Não existem obrigações e nem regras e sempre é possível encontrar saídas”.

Duas semanas depois começo a acompanhar D que vem de uma relação de quase um ano com um outro tutor que precisou afastar-se por motivos pessoais. Quando chego ao CPA, D prontamente prepara a mesa e traz consigo os livros de português. Sugiro que nos apresentemos primeiro para “quebrar o gelo” e nos comunicamos, na maioria das vezes, em inglês.

D é um rapaz de 32 anos, muçulmano, está fora de seu país há cerca de 7 anos e tem um processo de crime contra si por ter sido apanhado com um passaporte falso ao entrar em Portugal. Aos poucos, conta-me a sua história; as condições em que decide emigrar, como chega a Portugal, a vida noutros países pelos quais passou e insiste que não é má pessoa, pode ter cometido alguns erros na vida mas não é um criminoso.

Diferente de Q, os encontros fluem com facilidade, e D sempre tem muito a dizer. Fala dos momentos difíceis, da “cabeça cheia”, das noites em claro e do facto de não se reconhecer a si próprio. Fala do respeito pela família e da responsabilidade de ser o único filho homem. Fala da política do seu país de origem, da opressão sofrida pelo povo africano, pergunta-me coisas sobre o meu país, mostra interesse pelas minhas opiniões e gostos. Reconta a sua história. Diz estar a viver uma “vida envenenada”¹², sente-se de “mãos cortadas” e repetidamente refere que se sente metade de si mesmo.

“O que eles querem de mim?” Pergunta, em muitas ocasiões, em referência ao governo português. Em alguns encontros D manifesta intensa tristeza e a angústia em viver uma vida “em espera”. Fala da falta de autonomia, da falta de dinheiro, da impossibilidade de viver uma vida digna. São poucas as ocasiões em que trabalhamos o português facto que é “cobrado” pela equipa em termos de importância e necessidade visto que D não domina o idioma e manifesta o interesse de ficar em Portugal.

D refere que muitas actividades do Centro os residentes cumprem porque são obrigados por estar lá. Apesar de perceber que são estimulados a participar com as melhores das intenções nem tudo o que a equipa diz que será bom para eles é. Entretanto, reconhece que os programas efectivamente ajudam alguns residentes e dá exemplos, mas que não há um ajuste às necessidades de cada um. Muitas vezes percebeu que alguns residentes não participavam

¹² “Poisoning life”.

activamente das actividades por nem ao menos perceberem do que se tratava, outros por não fazer sentido e não terem o interesse

D refere que o mais importante são os projectos que ajudam no desenvolvimento de competências para que assim possam melhorar as suas vidas, como a tutoria ou o projecto de Participação Comunitária. Demonstra grande admiração por T, membro da equipa técnica, a quem se refere como uma pessoa aberta às necessidades do outro e sempre disposto a ajudar.

São constantes os encontros em que D argumenta que todos devem ter um propósito na vida e conhecer a si mesmo em primeiro lugar. Não quer nada de graça: “Não me dê comida, me ensine como posso consegui-la”. É extremamente exigente consigo mesmo e nas mínimas tarefas exige-se perfeição. Entre as muitas coisas que D diz uma delas é que não culpa a si mesmo ou a Deus por sua situação: “tinha de ser assim”.

Por vezes, nos confrontamos em opiniões e perspectivas. Trocamos, construímos, compartilhamos e D, a cada encontro, agradece-me por me importar e dividir o meu tempo com ele. Quando me afasto umas semanas por motivos de saúde, liga-me a cada dois dias para saber do meu estado e quando retorno tem à mesa frutas e iogurtes para a minha alimentação, pois, segundo ele, eu precisava “ficar forte”.

Devido a um incidente com outro residente D é expulso do CPA, situação que causou imenso mal-estar na equipa devido o facto de D ser um dos residentes mais participativos e activos na vida do Centro. A equipa oferece a D a possibilidade de ficar mais alguns dias no Centro até encontrar um lugar para ficar e deixa ao meu critério continuar a acompanhá-lo fora do Centro por perceberem que a nossa relação é algo em que D investe muito.

Quando nos encontramos, inicialmente, D diz que não quer falar comigo por se sentir envergonhado. Depois vem ter comigo e diz que sabe que errou e agora tem de assumir as consequências pelos seus actos, que agora se sente “mais forte do que nunca” e que gostaria que continuássemos a nos encontrar. Mesmo D não sendo mais um residente do CPA continuamos com os nossos encontros semanais.

D tem o julgamento marcado e a sua pena é convertida em trabalho comunitário. T destaca que D foi impecável durante o julgamento e que se mostrou firme e preparado. Entretanto, não foi oferecida qualquer orientação em termos da regularização da sua situação no país o que gera sentimentos ambíguos em D de alívio e decepção.

“Fiz tudo o que me foi pedido, respeitei as regras”. D refere que Portugal retirou-lhe a confiança. Não se sente o mesmo, refere que por vezes as suas mãos tremem. Diz que talvez seja hora de ir embora, sabe que tem que ter calma, mas apesar de gostar de Portugal, do

clima e até mesmo das pessoas, como podem "cortarem-me os braços e pedir que eu escale uma montanha?".

D é a minha experiência de tutoria mais longa. Num ano de encontros seria impossível concentrar aqui todas as situações, sentimentos e histórias partilhadas. As idas ao posto de saúde, exposições, as situações de constrangimento, as risadas e os silêncios. Depois de duas semanas sem notícias de D e de T estar preocupado pelo facto de não ter notícias, recebo a seguinte mensagem de texto:

"Hi. Igd. How re u, ur mum, work,& study. Iam v.sorry i couldnt say bye b4 left. U kn de brain full of think ing and I dont kn what2do. So if I dont gotout in time I might crazy. U know I wanna say hello as usual. And pls nobody knew I wasnt around.Is not a joke im ganna miss u. bye".¹³

Tentei retornar para o número mas sem sucesso. Enviei uma mensagem de texto do qual nunca obtive resposta. Foi um misto de decepção, preocupação e impotência sentidos ao mesmo tempo e que reflectem as dificuldades e os limites do papel do tutor. Tutores e residentes constroem, juntos, um espaço de cumplicidade e de suporte emocional que, em termos de alterações do estatuto legal ou criação de oportunidades concretas, pouco consegue influenciar.

Comuniquei à equipa que igualmente manifestou desapontamento. Um dos membros da equipa referiu: "não é a primeira vez que isso acontece e não vai ser a última. Quando as pessoas não têm oportunidades ou perspectivas de estruturar as suas vidas acabam por optar em tentar a vida noutra país".

Durante um período e enquanto fico "à espera" de um outro residente a acompanhar, contribuo com outras actividades do Centro. Começo a dar aulas de inglês a pedido de alguns residentes, ajudo com a preparação das comemorações e me envolvo noutras atividades. Neste período, alguns residentes deixam o CPA, outros são admitidos num contínuo ciclo de recomeço, adaptação, rotina e imprevistos que envolvem a vida no Centro. Poderia relatar inúmeros casos, conversas e momentos partilhados porém estes extrapolam os objectivos do presente estudo.

I, o residente que estou a acompanhar actualmente, também muçulmano, assim como D tem sempre muito a falar. Logo a partida me diz: "I é pequeno mas os problemas na cabeça

¹³ "Olá Ingrid. Como você está, sua mãe, o trabalho e estudo. Eu sinto muito por não ter dito adeus antes de partir. Você sabe, o cérebro cheio de pensamentos e eu não sei o que fazer. Então se eu não sáísse em tempo eu poderia enlouquecer. Você sabe que eu quero dizer oi como de costume. E por favor, ninguém sabe que eu já não estou por perto. Não é brincadeira. Eu vou sentir sua falta. Adeus".

são grandes”. Conta-me a sua história, a vida no país de origem, as relações familiares, os motivos que o trouxeram para Portugal e que o mantêm aqui. Conta-me sobre a vida na rua e facto de perceber que as pessoas vêem o sujeito que está em dificuldade como incapaz. São apenas cobranças, críticas, exigências.

Os nossos encontros são sempre ricos em debates e reflexões. I traz sempre muitas questões. É uma pessoa ambiciosa e sabe o que quer, embora por vezes não saiba por onde seguir. Tem uma personalidade forte, não gosta de pedir ajuda pois não gosta de criar “dívidas”. Costuma referir que as pessoas, em geral, têm uma impressão dele que não tem “nada a ver com quem o I realmente é”. É crítico em relação à forma como as actividades são estruturadas no Centro e por vezes manifesta o seu desagrado, de forma que pode ser interpretado como hostil (o que gera tensões com a equipa e outros residentes).

Fala das dificuldades da vida de imigrante, não ter papel, não ter dinheiro, e do seu desejo de trabalhar sobre o tema da migração e o tema da pobreza quando voltar a sua terra, para qual pretende regressar. Expressa a dor em olhar para trás e ver a vida que tinha, a fazer o que gostava e a vida que tem hoje apesar de agradecer por ter tido a oportunidade de viver “na pele” o que viveu. “A vida do I nunca foi fácil. Não sei o que é isso”.

Em muitos encontros, falamos de mim. I faz perguntas sobre as minhas experiências noutros países, o meu trabalho, os meus estudos. Faz perguntas sobre a minha vida no Brasil, o que eu espero do futuro e dá opiniões sobre o que acha que eu deveria fazer. Conversamos sobre projectos, discutimos política e generalidades.

Acompanho I em algumas entrevistas de emprego, partilhamos impressões, combinamos encontros fora do Centro, negociamos o que faremos no próximo encontro, trabalhamos sobre projectos que ele tem em mente. Na altura da redacção do presente trabalho, I finalmente consegue um emprego, com contrato, para iniciar a regularização da sua situação no país e assim concretizar o seu objectivo de formação, facto amplamente celebrado e partilhado com muita alegria.

As expectativas percebidas sobre os comportamentos adequados a manter, as responsabilidades e deveres que devem ser assumidos, a importância das regras, as dificuldades de integração e de satisfação das necessidades pessoais, os constrangimentos, as esperas dos imigrantes em relação à instituição e à sociedade, todas essas experiências fizeram-me reflectir sobre a noção de boas práticas para a integração, as relações estabelecidas e as possibilidades e limitações desta “narrativa” na produção e acesso ao bem-estar das populações imigrantes.

3.5 As vozes no terreno

O processo de entrevistas, como referido na metodologia e objectivos, deu-se ao longo de três meses respeitando a disponibilidade de agenda dos interlocutores. Importa referir que dois residentes encontravam-se internados no hospital para tratamento médico no período das entrevistas o que impossibilitou que os mesmos participassem do processo.

O tempo das entrevistas variou de quinze a sessenta minutos. Todos os entrevistados manifestaram a preocupação de terem correspondido às expectativas e alguns, inclusive, referiram ter sido um exercício de reflexão em que foi possível aceder a novas percepções e ideias, a confirmar o argumento de Davies de que “a entrevista é melhor entendida como um processo onde entrevistador e entrevistado estão ambos implicados no desenvolvimento de um entendimento, ou seja, em construir um conhecimento sobre a realidade social” (Davies, 1998:97-98).

Todas as entrevistas foram gravadas, excepto a de R que solicitou que o gravador permanecesse desligado. R falou por cerca de quase uma hora a contar a sua história: sua origem, por que vem para Portugal e as condições em que chega ao CPA. Para aceder a uma descrição pessoal de boas práticas, R relata como é a experiência de conviver com pessoas de diferentes culturas e comportamentos.

Refere que a vida no Centro pode ser difícil apesar de ser, na maioria das vezes, tranquila. Faz comentários em relação a alguns membros da equipa, que na sua opinião, por vezes não distinguem as peculiaridades de cada residente. Hoje sente-se integrado pois sabe como deve portar-se, tem o conhecimento de como são as coisas.

Afirma que ser imigrante não é fácil e quando estão numa situação em que precisam de ajuda é importante que a mesma seja ajustada às necessidades de cada um. Fala da boa relação que mantém com o seu tutor pois ele escuta-o e fá-lo por vontade de ajudar genuinamente. Para R, as boas práticas são o ouvir, acolher e ajudar a pessoa a alcançar o que quer.

A tutoria foi representada pelos tutores, como espaços onde as relações de cuidado, amizade e suporte têm repercussões positivas nos indivíduos. A tutoria é descrita em termos de mutualidade e cooperação, suporte, satisfação das necessidades individuais, espaços de experimentação, escuta ativa, aceitação e respeito pela diferença.

A tutoria é projectada para ser um canal através do qual é possível aceder às especificidades de cada residente e como meio para a criação de espaços de afirmação e humanidade. Segundo Prilleltensky (2005:58) “para experienciar o bem-estar os seres

humanos têm de experienciar afirmação em primeiro lugar”. Neste sentido, a tutoria objectiva ser esse “espaço” de afirmação onde os indivíduos possam redescobrir ou valorizar as suas potencialidades, exercitar a sua voz e negociar perspectivas.

O acompanhamento regular e a comunicação efectiva promovem a construção de relações de confiança e respeito mútuos como as bases necessárias para o “estar com” e onde possam “opor-se sem se massacrarem e dar-se sem se sacrificarem uns aos outros” (Maus, 1950:196). Outra representação transversal aos diferentes actores é a perspectiva proposta por Sen (2005, 2009) de ampliação das capacidades dos sujeitos através da criação de espaços de liberdade, partilha e encorajamento.

“Como uma força, eu acho que é uma força. Eu descrevo como uma partilha, como uma força, como inculcar, ao fim ao cabo, ou levantar do chão, como dar coragem, como dizer: ‘Chegaste aqui, agora vais continuar’. No fundo eu precisava pensar um bocado nisso” (V).

“Eu sempre conto a mesma história. Já contei várias vezes, porque para mim é uma história, é um exemplo muito bom para descrever a tutoria. Pelo menos no meu exemplo de tutoria porque com cada tutorando é distinto, não é, cada um tem experiências distintas. Mas com o meu tutorando, eu um dia quando, pronto, já tinham passado várias sessões, várias reuniões que tive com ele, e sem saber e agora, o que fazemos, o que eu estou a fazer, o que temos de conseguir? E eu, pronto, decidi perguntar ao meu tutorando: Olha O, tu que achas disso? O que achas destas visitas que faço uma vez por semana, uma hora, falamos, posso ajudar mais? O que achas? E O diz: ‘Ô J, tu és meu irmão’. E já com isso melhor avaliação, impossível. Porque ele definiu-me aí, justamente, se calhar, no cobrimento de uma das necessidades mais importantes que qualquer imigrante, sobretudo, um imigrante subsaariano, num país europeu, que abandonou a família, o país, abandonou a sua cultura, abandonou tudo e está num lugar onde a cultura é totalmente distinta, onde eles não são integrados, não são adaptados, são completamente estranhos e faltas-lhe tudo, tudo na vida. O mais importante é a família e estão aqui, sobretudo, para a família, não para eles mesmos. E então, para mim isso foi [...], ou seja, maior ajuda eu não posso dar” (J).

“Pronto, embora neste caso L também lhe de muito, não é? Mas como tem outras situações, ele sente que o ter ali uma pessoa disponível para ele, que pode, pronto, que pode pedir aquilo que necessitar, não é, pronto, estar disponível” (S).

“É uma responsabilidade muito grande. Por outro lado é uma maneira de conhecer as pessoas mais de perto. É uma oportunidade. Eu acho que nós conseguimos chegar mais dentro das pessoas quando somos tutores” (P).

“Quando me falaram de tutor, tutora, perguntei para mim mesma: ‘Vou tomar conta de alguém?’ Foi a primeira coisa que pensei. Mas depois não. Vi que era acompanhar uma pessoa,

tentar ajudá-la, aconselhá-la, e achei bastante interessante. É o que tento fazer, o trabalho que tento fazer” (N).

“Não sei, é quase como acompanhar um amigo. Não é muito diferente disso. É saber as novidades, quais são as expectativas e, além disso, chamar a atenção. Aí, se calhar, há uma diferença entre estar com amigos. E, como o meu papel perante ele, é de suporte, não quis explorar demasiado o passado dele. Sei que lá está, sei que é complicado” (C).

“É acompanhar, ouvir, reagir e adaptar-se às necessidades e expectativas do outro. É como acompanhar um amigo. Ouvir o outro e ajudá-lo a tomar decisões. Não ser tutor no sentido tradicional do termo: tomar decisões por alguém, ao contrário, é estimular a autonomia da outra pessoa e acompanhá-la no processo de tomada de decisão” (E).

No que diz respeito às representações dos residentes, boa parte das entrevistas concentrou-se no percurso migratório realizado e nas experiências vividas de cada um deles. Em unanimidade os interlocutores abordaram as dificuldades da vida do imigrante, as burocracias e os constrangimentos experimentados, o carácter indizível e ao mesmo tempo concreto destas experiências e as narrativas de mal-estar a elas associadas.

Na figura do tutor e na possibilidade de uma “interacção cara-a-cara” (Giddens, 1979), individualizada e única, os residentes criam novos laços de pertença e constroem novos significados. O tutor transforma-se numa figura familiar, numa referência de confiança, num “espaço” onde o residente deposita as suas expectativas em ser aceito na sua singularidade. Através da presença e atitude de interesse do tutor, este último ajuda a mediar processos de empoderamento, facilitando a superação de conflitos e a resignificação das relações sociais, possibilitando a revisão de papéis e de sentidos na produção da vida quotidiana.

Na perspectiva de Buber, “uma verdadeira relação só existe entre pessoas reais” (Buber 2002:207). O tutor é o amigo, é o irmão: estimula, provoca, orienta, está atento às necessidades, ao mesmo tempo em que se revela como pessoa e compartilha também a sua singularidade ao convidar o residente a participar do seu mundo pessoal.

“Ela vem ter com o M, fala, ajuda M porque M quer falar português” (M).

“Achei bom ter uma pessoa amiga, mais próxima para conversar, até desabafar. Acompanhando em alguns lugares que você não pode ir sozinho. Eu gostei. Eu imagino que estou com uma pessoa muito companheira, muito amiga. Como se fosse uma mãe” (A).

“É boa porque N está sempre aberto a dialogar, a provocar-me para falar, mesmo que eu não queira falar, não queira falar muita coisa” (B).

“J agora não é meu tutor, agora J é meu irmão. Porque tudo o que ele faz por mim eu realmente agradeço. Porque foi uma pessoa, sinceramente que, uma pessoa que tu não conheces, só conhece ela assim, ela faz só boas coisas para você. Tu não podes chamar isso tutor, chama

irmão, pronto, acabou. Eu conheço toda a família dele, ele também conhece a minha família através de foto. Então, quando eu tenho notícias de África, bom ou mal, que chega para mim, eu explico tudo a ele e ele sempre diz: ‘O, está bom, a vida vai melhorar, é assim. As pessoas entram numa situação, numa fase boa e podem sair numa fase mal. E entram numa fase mal, e podem sair numa fase boa’” (O).

“Inicialmente a linguagem tutora era uma linguagem estranha para mim. E depois eu comecei a acompanhar algumas histórias. Quer dizer, eu vejo os tutores como bombeiros. Apaga fogo. Quer dizer, vendo o fogo ardendo ali, chega e conversa, e aquela pessoa começa a sentir ‘essa pessoa aí ela está com muita atenção à mim, ela quer me ajudar, quer me apoiar, e é uma pessoa amiga’. Já começa a sentir-se diferente, já começa a sentir-se animado. Uma pessoa que vem com uma boa conversa e te diz, epá, qualquer dia vai ter bilhões, tens que lutar para isso, o caminho é isso, tenta fazer isso, tenta fazer aquilo. Estar a fazer companhia àquela pessoa, está a tentar ajudar aquela pessoa a orientar a vida, organizar a sua vida, ter ideias. É dessa pessoa que normalmente a gente precisa, do meu ponto de vista. Não sei, mas para mim é dessa gente que estamos a precisar. Se temos mais gente dessas, do que mais bilhões no mundo se calhar mais gente dessa fazia o mundo melhor” (I).

Através da fala de R e do exame das entrevistas e representações dos tutores e residentes sobre a tutoria, orientados pelos objectivos da investigação, surgiram 5 categorias de análise: **1.** a motivação para o voluntariado; **2.** os benefícios da intervenção; **3** as representações sobre a instituição; **4** a integração na perspectiva dos diferentes actores; **5** a noção de boas práticas para a integração.

3.5.1 A motivação para o voluntariado

As motivações para o exercício do voluntariado são diversas. Em termos gerais, como é possível verificar através dos trechos das entrevistas, os interlocutores expressam a necessidade de contribuir, em termos de justiça social, para relações mais equilibradas e humanas. Apenas dois interlocutores, por razões pessoais, manifestaram interesse particular em trabalhar com populações imigrantes.

Marcel Mauss, em seu clássico *Ensaio sobre a Dádiva* (1950:175), refere que “Uma parte considerável da nossa moral e da nossa própria vida permanece sempre nesta atmosfera da dádiva, da obrigação e ao mesmo tempo da liberdade”. Em outras palavras, como actores sociais privilegiados, os entrevistados, assumem a dívida e a responsabilidade perante a sociedade de criar as condições para a mudança social, através da presença e da participação activa, nomeadamente, junto dos grupos afectados por situações de desvantagem.

O léxico da ajuda e da relação humana conjuga-se com o da obrigação e da solidariedade como meios para alcançar uma sociedade justa e equilibrada. Ainda nas palavras de Mauss, “a sociedade [...] procura, envolve o indivíduo, num curioso estado de espírito, onde se misturam os sentimentos dos direitos que ele tem e outros sentimentos mais puros: de caridade, de *serviço social* e de solidariedade” (Mauss, 1950:175).

“Eu adoro o espírito da missão. Eu penso que a nossa vida faz sentido fazendo coisas e dando. São os afectos. Eu penso que sem afecto é muito difícil viver. E penso que nós, às vezes, podemos dá-los. Às vezes podemos, não devemos. É quase uma obrigação pessoal, pronto. A minha motivação, eu penso que é global, eu penso que eu me sinto desde criança, à semelhança do voluntariado que gostava de fazer, acho que eu me sinto tudo menos local e tenho essa consciência. E talvez porque tivesse tido um percurso de vida bastante, bastante duro, também uma caminhada que faço desde criança porque me revolto contra a sociedade, contra o país, e porque vou também para outros países onde sinto a dificuldade da ajuda, e da alimentação, e tudo isso se compila, e tudo isso se junta, e me motiva” (V).

“O interesse mais global é sobre a justiça social. E sobre o facto de eu ter nascido do lado privilegiado da rua em que nasci e do outro lado da rua estavam aqueles que não são privilegiados. Então, por aquele ‘ímbalço’, não sei se isso existe em português [risos]. E, pronto, sendo privilegiado sempre tive a questão de precisar, de colaborar, trazer o equilíbrio para aquele ímbalço” (J).

“Pois, é bastante interessante, pronto. Pela minha formação e também, pronto. É muito à base da relação humana, não é? E portanto achei que, senti-me, portanto, motivada pra isso” (S).

“Eu sempre fiz voluntariado, toda a vida, e aqui foi uma maneira de estar mais ligada as pessoas mesmo. E pronto, começou com um pouco de ensino, com o ensino de inglês uma vez por semana, e hoje em dia é todos os dias. Venho todos os dias. Eu tenho uma afeição especial por pessoas vindas da África” (P).

“Em primeiro lugar eu diria que é muito importante fazer um trabalho de voluntariado nesta área. Porque também temos muitos dos nossos portugueses lá fora. E acho que é bom ajudar. Mais o que posso dizer?” (N).

“Porque os meus pais foram refugiados. Refugiados políticos, neste caso, tiveram que sair de Moçambique para Portugal em 75. E foi sempre um tema que me chamou a atenção, mesmo durante a faculdade, os temas de imigração eram importantes para mim. Até porque eu próprio também já fui imigrante. Numa situação diferente, eu fui imigrante como estudante” (C).

“Porque sou viajante frequente e já estive em muitos dos países dos imigrantes do Centro, conheço, portanto, as condições de vida a que estão obrigados nos seus países. E também por questões de solidariedade e humanismo” (E).

“Identifiquei-me com a proposta exactamente por causa do meu trabalho que foi sempre na área da promoção. Quando eu falo em animação social, é nesta questão da promoção das comunidades, da promoção das pessoas. E aquilo que eu verifiquei, que poderia efectivamente participar mais, nesta perspectiva, foi aqui no JRS” (T).

3.5.2 Os benefícios da intervenção

Na visão dos interlocutores muitos são os benefícios da intervenção, nomeadamente em termos de apoio e suporte emocionais, no desenvolvimento pessoal, na redescoberta das capacidades, na experimentação de novos cenários, na aquisição de capital cultural e linguístico e na construção de espaços de afirmação e reflexão. Importa referir que são relações que, ao mesmo tempo, satisfazem “interesses mútuos” (Mauss, 1950:196), em termos do reconhecimento, legitimação e retribuição imputados aos actores envolvidos num sistema de conexões, equivalências e reciprocidades.

Quando questionados sobre uma palavra, cor ou imagem que associassem à intervenção, pergunta que exigiu um tempo significativo de resposta por parte dos entrevistados, surgiram os seguintes *insights*: solidariedade, imagem das pegadas na areia, terreno a desbravar, verde, respeito, acreditar, dar e receber, amizade, empatia, individualidade, arco-íris, esperança, balão verde, *partnership*, ser.

Na construção de um espaço de diálogo, tutores e residentes, experienciam “o outro lado” e assumem uma posição na busca do equilíbrio entre ser e tornar-se. Através de um “acto de inclusão” (Buber, 2002), onde tutores e “tutorandos” constroem um espaço comum, torna-se possível o verdadeiro encontro e conhecer o outro, ao mesmo tempo, na sua especificidade e pluralidade.

Contudo, o facto de o tutor gozar de uma posição privilegiada, nomeadamente em termos de influência pode servir também para a construção de relações de carácter pedagógico e coercivo. Segundo um dos membros da equipa, experiências deste tipo já teriam acontecido, apesar de não serem comuns, facto pelo qual a equipa acompanha com atenção a relação estabelecida.

“Nunca me disseram: ‘Primeiro tem que ser assim, depois assado’ ou pronto. Eu estabeleço, digamos que, o meu próprio, a minha própria orientação. Como sei que eles têm sempre muito interesse na língua, não é? Porque é importante para eles também, porque eles tentam encontrar trabalho e se eles souberem dirigir-se às pessoas com clareza e com uma linguagem já mais cuidada e tal, é bom para eles. Portanto eu preocupo-me depois, também, em dar-lhes um pouco

mais do que isso. Portanto, em criar-lhes alguns conhecimentos; ajudar a criar alguns conhecimentos” (V).

“Tem de existir um elemento de familiaridade, amizade emocional, para poder ajudar àquela pessoa a não sentir-se tão sozinha. O e eu temos várias conversas sobre como é lá, como que é aqui. Noutro dia, por exemplo, um exemplo divertido é que em África os homens gostam das mulheres gordas [risos]; grandes. E aqui as europeias são muito magrinhas [risos]. Então, sexualmente, os africanos não se sentem assim muito atraídos pela europeia. É um elemento engraçado das diferenças culturais que, se calhar, nunca vão se resolver, mas falar desses assuntos ajuda também a eles a perceberem muitas coisas da questão cultural, das diferenças culturais, das acções, por que as pessoas são como são aqui neste país. E o programa de tutoria é muito bom nisso. Ajuda-os a desenvolver as habilidades em termos linguísticos, ajuda a desenvolver o português e ajuda também a eles perceberem as diferenças culturais” (J).

“Com base no projecto de vida que R estabeleceu juntamente com L, pronto, ajudar o R no fundo, a inserir-se, né?” (S).

“Uma necessidade, a primeira necessidade que eu acho que eles têm, quando conseguem ganhar algum à vontade com o tutor, é serem escutados. Nos primeiros tempos falam, falam e é bom para nós também porque é uma maneira de os conhecermos melhor. Eu, as vezes, tento pôr-me no lugar deles, e tento fazer um bocadinho esse exercício. É um bocadinho difícil. Mas tento fazer um bocadinho esse exercício e acho que se estivesse no lugar deles gostaria de ter uma pessoa assim. E eu acho que eles sentem que nós ficamos mais próximos” (P).

“Eu acho mesmo que é necessário, em termos de apoios morais, mentais, tudo isso” (A).

“A minha expectativa era mesmo a de ajudá-lo a conseguir, com que ele conseguisse atingir os seus objectivos. Para mim é muito gratificante. Se ele consegue é bom, quer dizer que alguma coisa está a ser feita. Pode não ser muito, mas nem que seja uma coisinha muito pequenina, já faz a diferença” (N).

“Tem sentido em ajudar as pessoas. Muitas pessoas estão ali e não têm com quem falar, para se abrirem, não é? Porque aquilo acaba por ajudar outras pessoas a se abrirem, a terem uma noção analítica das coisas que estão à volta. De saber quais são as ameaças, e as próprias potencialidades que têm, para enfrentar justamente os maus momentos” (B).

“Cada pessoa é uma pessoa, cada pessoa tem a sua vivência anterior, e o estar, estar semanalmente com esta pessoa, não é semanalmente, mas é com bastante regularidade, faz com que cada semana seja uma semana nova” (C).

“Na minha experiência, por vezes, percebo que ele não diz as coisas à equipa por vergonha ou mesmo por educação. E percebo também que outros residentes, por vezes, não dizem nada por sentirem que o Centro faz-lhes um ‘favor’ e não se sentem à vontade para reclamar, pedir ou propor. Através da tutoria penso que o objectivo é reforçar que devem se respeitar como pessoas

em suas crenças, cultura e em seus direitos e ao mesmo tempo inseri-los na sociedade portuguesa, inseri-los na vida da cidade, apresentar os costumes e os significados locais, os cenários e as possibilidades” (E).

“O J que me ajuda a conseguir casa, para sair daqui, ele vem e leva para mim todo o material que ele tenha. E onde eu moro agora, toda quarta-feira, quando eu estou de folga, ele me convida para almoçar” (O).

“Claro que as pessoas estão aqui a precisar de ajuda, arranjar emprego, arranjar visto, arranjar documentação aquilo e não sei o quê. Mas o importante também, que muitas vezes as pessoas não conseguem ver, é que aquela pessoa precisa ter ali uma pessoa em contacto com ele. Uma pessoa que lhe faz sentir que tem uma pessoa próxima dele, que quando ele precisar, pode chamar e pode contar com aquela pessoa, sabe que pode ter apoio daquela pessoa. Não é só de arranjar aquela pessoa para orientar a vida com emprego, mas é daquela pessoa ter uma pessoa próxima, que vai sentir que realmente essa aí, essa pessoa eu posso contar com ela. Já ajuda a minimizar a dor, os problemas. Porque conversa é coisa boa, é a coisa de que eu gosto mais [risos]. Isso aí é muito importante para uma pessoa que realmente está a viver uma fase dura da vida e é imigrante e está a tentar se reorientar e é imigrante preto na terra dos brancos. Porque, epá, um imigrante preto vive perturbação psicológica quase constantemente” (I).

3.5.3 As representações sobre a instituição

No geral, a avaliação dos tutores e dos residentes sobre o trabalho desenvolvido pela instituição é positiva. Entretanto, metade dos tutores admitiu não conhecer, com maiores detalhes, o trabalho desenvolvido pela instituição para além do projecto de tutoria. Sabem da existência de outros projectos e iniciativas e acreditam que a instituição oferece oportunidades para que os utentes, em primeiro lugar assistidos como pessoas e não apenas geridos como percentagens (Passos, 2008), possam sair da sua situação de vulnerabilidade.

Neste sentido, é possível observarmos dois grupos de tutores: os que mantêm fortes laços com a instituição e os que exercem a sua colaboração fora da mesma. É comum no segundo grupo de tutores que mesmo após a saída do residente do Centro continuem a acompanhá-lo, podendo ou não disponibilizar tempo à instituição para acompanhar um novo residente.

Para os residentes, viver num centro de acolhimento implica por um lado o reconhecimento da sua situação de incapacidade temporária e por outro uma oportunidade de recomeço. Não obstante o bom trabalho desenvolvido, os residentes acreditam que o Centro e o próprio JRS têm uma acção limitada em termos de influência sobre as políticas públicas e os processos de regularização.

No geral, a imposição de regras e penalidades no não cumprimento dos deveres não é construída como obstáculo, tanto pelos tutores quanto pelos residentes, à construção de espaços de negociação e de liberdade. Giddens refere que “a operação de sanções, ou sanção, é uma característica crónica de todos os encontros sociais, por mais penetrante ou subtil que possa ser o processo mútuo de ajuste na interacção” (Giddens 1979: 87). O equilíbrio entre as duas esferas é o que permite construir boas relações de convivência, gerir as diferenças e desenvolver um trabalho crítico e de qualidade que atenda as diferentes necessidades.

“No Centro as coisas fazem-se de acordo com hierarquias, e com estruturas, e, portanto, existem linhas orientadoras. E aqui, nesse sítio que é único, ao fim ao cabo, que eu conheço assim, tenho ficado bastante satisfeita com o que tenho sentido e até visto. Porque gosto muito de observar as coisas a minha volta. E tenho sentido, tanto por parte dos técnicos, como das outras pessoas que aqui vem, tenho sentido que as pessoas fazem isso, as pessoas estão com verdade para fazer as coisas” (V).

“O T tem uma visão do trabalho dos tutores, do trabalho do JRS, das necessidades dos imigrantes que é muito boa. E acho que essa visão que ele tem, e tudo o que ele está a tentar conseguir, faz uma grande diferença para o JRS em geral. Então, eu não conheço o JRS antes do T, da chegada do T, mas acho que percebo as diferenças e acho que ele faz uma diferença brutal” (J).

“Eu posso dizer que quando me disseram o sítio, eu sou tudo menos racista, mas assustou-me um bocadinho a etnia cigana e o sítio em si, fiquei um bocadinho receosa. Pronto. E posso dizer que venho para aqui como vou para outro sítio qualquer. Estou completamente à vontade. E, especialmente dentro do CPA, eu tenho o melhor a dizer, as pessoas são extremamente bem-educadas, as pessoas preocupam-se em serem simpáticas” (P).

“Porque eu estou aqui no Centro, e como eu disse, existem regras. Então, devido a essas regras, mesmo se a pessoa não tem esse nível de comportamento tão agradável, mas devido à regra, ele tenta endireitar-se. Por isso que hoje aqui no Centro, até por enquanto, está bom. Não tenho muita queixa. A equipa técnica é legal. São pessoas à vontade. Eles não têm racismo, em primeiro lugar, e em segundo lugar, não são pessoas fechadas, são pessoas abertas, conversam connosco à vontade. Então, eu estou sempre à vontade com essas pessoas” (A).

“Parece ser bastante importante e parece que eles fazem um grande trabalho e muito bom. Pelo que vejo que lhes dão imensas oportunidades tanto a nível de emprego, também de voluntariado, penso que eles também é isso que fazem. Tentam também ajuda-los a adaptar-se a vida lá fora” (N).

“Para mim, considero uma actividade boa. É boa. E o JRS está a fazer um trabalho bom, na medida do que é possível, por que é difícil contornar aquilo que é a política pública. Muitas pessoas estão aí no Centro e têm potencialidades, mas o que lhes falta é a documentação, para se

revelarem e poderem mostrar aquilo que realmente sabem. Bom, como o próprio JRS não tem essa capacidade de inverter a ordem, directamente, está a tentar contornar essa situação de uma outra forma. Eu acredito que podiam fazer mais, o JRS podia fazer mais, mas também têm ameaças. Há factores que o próprio JRS não pode controlar, né?” (B).

“Eu vejo o papel da instituição, do JRS, como um meio para conseguir integrar essas pessoas não só num plano económico ou a nível institucional, como os próprios currículos, análise de currículos, nesta parte prática, não é, mas também numa outra parte mais humana. O trabalho cá é mais institucional. Os profissionais cá também têm que ser. São um pouco mais a parte rígida da instituição, e tem que existir essa parte, tem que existir regras. Para isso funcionar só poderá funcionar através de regras, mas, também, sabemos que estamos a falar das pessoas, de pessoas. E cada caso é um caso, e sinto que da parte da instituição, o utente é visto mesmo como uma pessoa e está tudo a volta dessa pessoa. E temos que arranjar uma solução, não para um número, mas sim para uma pessoa” (C).

“Do pouco que eu conheço acredito que a instituição está a desenvolver um bom trabalho. Pouco vou ao CPA. Penso que a tutoria principalmente se desenvolve fora do CPA; já passam a semana lá. Ao saírem conhecem outras realidades e constroem outro espaço de expressão” (E).

“Eles conseguiram trabalho para mim, tratamento de saúde, tenho problema de hipertireóide, meu joelho estava inchado [Emociona-se]. Obrigado Deus e obrigado CPA. Só que Deus que vai pagar. Quando te diz, quando alguém faz por você alguma coisa, tu diz: ‘Deus vai te pagar’. Se é bem, tu fica contente. Mas se é mau tu ficas chateado. Mas eu peço a Deus para pagar eles bem. Porque eles fazem para mim o bem. Eu tenho mesmo problema de doença nos olhos, estava mesmo com os olhos inchados. Eles me encaminharam para os hospitais. Quando eu vou ao hospital, eles vão comigo, fazem tudo comigo, até chegar o dia da operação. Então, eu agradeço muito, eu agradeço muito, eu agradeço muito. Agradeço o JRS e mais ao CPA. Agradeço muito” (O).

“A equipa é toda formidável, a que encontrei cá. É uma equipa já toda diferente, para quem saiu da VITAE e veio para esse Centro já considera que já está num hotel. E já está numa vida boa, isso é para ser realista, não é? Epá ‘Deus, obrigado’. Consegui pelo menos um sítio onde vou ter espaço de reflexão e tenho a minha tranquilidade, pronto, mais ou menos tranquilidade, mas de resto já vai se andando, vai se vendo o que se pode fazer, né? De resto, comecei a reparar que, pronto, vai aparecendo coisas boas. Na medida em que começaram a aparecer actividades de voluntariado, que eu gosto de fazer, né?” (I).

3.5.4 A integração na perspectiva dos diferentes actores

Na perspectiva dos diferentes actores a noção de integração, não obstante o facto de ter assumido diferentes narrativas, tem como elemento comum a ideia de igualdade e autonomia. O estar integrado implica ser reconhecido e aceito como membro da sociedade onde reside em iguais condições, direitos e deveres, com respeito às possíveis diferenças religiosas e culturais existentes.

O processo de integração deve proporcionar aos indivíduos “aceder a uma dupla identidade. A de origem e a de destino” (Castany, 2008)¹⁴. Em outras palavras, os imigrantes devem ser aceitos e respeitados nos seus valores e costumes, ao mesmo tempo, em que devem adquirir o capital cultural e social necessário para a vida em sociedade no país de acolhimento, num incessante processo de negociação, reciprocidade e responsividade.

Assim, a integração foi definida pelos interlocutores em termos de aquisição de conhecimentos e competências, igualdade de circunstâncias, acolhimento, aceitação, independência e autonomia, liberdade, situação documental regularizada, capacidade de aceder aos diferentes serviços, construção de laços de pertença, respeito, satisfação de necessidades, cooperação e mutualidade.

Através dos trechos das entrevistas é possível observar que na perspectiva dos interlocutores, o processo de integração é dinâmico, a ocorrer em diferentes níveis e com diferentes sentidos possíveis. Alguns interlocutores destacam a assimilação dos valores e da cultura da sociedade de acolhimento como elementos-chave para a promoção da integração, sem qualquer prejuízo ao respeito e aceitação da diferença.

A situação documental regularizada também aparece como elemento essencial para que o processo de integração aconteça e que um cenário de igualdade de circunstâncias possa ser alcançado. Nas palavras de Sarró e Mapril “a ausência de direitos políticos, combinada com a ausência de direitos civis, sujeita largos segmentos da população a radicais processos de marginalização social e económica, que se traduzem em várias dimensões do quotidiano” (Sarró e Mapril, 2011:31).

A acção de integrar implica reconhecer as capacidades e as contribuições que os imigrantes podem dar à sociedade, num esforço conjunto com a sociedade de acolhimento e as suas instituições (Papademetriu, 2003). Além disso, e não menos importante, implica uma

¹⁴ http://elpais.com/diario/2008/06/24/opinion/1214258411_850215.html acessado em 06 de junho de 2012

reavaliação crítica das políticas e práticas existentes (Passos, 2008) com ênfase na igualdade de direitos e deveres.

“Para mim a integração é um conceito muito difícil de definir. Penso que se terão realizado teses sobre teses à volta desta temática. No entanto, no meu sentido de leiga é ‘transportar os indivíduos’ para uma linha condutora, regrada, no sentido geral da vida e é entregar-lhes as ferramentas necessárias; sejam elas de que espécies forem” (V).

“A integração, eu acho que, sem ter pensado muito sobre o assunto e dando uma resposta assim, um pouco, digamos, espontânea, a integração é a capacidade dum imigrante de poder levar uma vida autónoma, independente. Integração (...) ou seja, eu sou estrangeiro aqui em Portugal e no dia que eu morro aqui em Portugal, se calhar, também não vou estar integrado 100%. Mas a questão é ir fechando aquele “gap”, aquela diferença. Ou seja, tendo trabalho estável, tendo todos os direitos e as obrigações que qualquer outro cidadão português tem. Pagando os impostos, segurança social, e todos aqueles benefícios. E de alguma maneira também estar integrado numa comunidade, e (...) é (...) dentro da qual ele ou ela, sentem-se aceitos, sentem-se não discriminados, utilizados, subvalorizados e sentem que podem, se calhar, praticar a sua cultura em equilíbrio com a cultura local” (J).

“Mas para já existir aceitação, não é?” (S).

“Eu acho que começa logo pelo acolhimento” (P).

“Não é fácil porque eu vejo que um imigrante só com visto de entrada e visto de estadia, temporário, em Portugal, ele não pode trabalhar. Porque não é nada fácil ser imigrante, nem em Portugal nem em qualquer lugar do mundo. Não tem toda a liberdade como dentro do país dele. Como imigrante ele não tem liberdade, ele fica mais (...), um pouco oprimido. Se for para ficar tenho que ter autorização de residência e tenho que ter um trabalho” (A).

“É saberem-se adaptar às nossas regras, às nossas condições, não sei. Eu penso que é isso” (N).

“Bem, a integração quer dizer a integração é uma coisa muito complicada. A integração é aceitar e depois é aceitar ser recebido. Mas também, acima de tudo, ser recebido; ser aceito. Ser aceito dentro da própria sociedade. Pode ser a sociedade comercial ou financeira, cultural, depende. Mas é o reconhecimento. Esse reconhecimento passa em aceitar essa pessoa, mas também essa pessoa tem que admitir, expor, manifestar que está, de facto, deixa eu ver, o termo mais simples que eu posso usar [risos], querer, querer fazer parte” (B).

“É se sentir em casa e se sentir em casa é acolhê-las como pessoas que são, isto é, ela ao integrar, ao estar neste país, nesta cidade será que está a ser tratada da mesma maneira do que um nacional português? Deveríamos colocar essa questão. Portugal é um país de brandos costumes normalmente. O imigrante pode sentir-se, se tiver a sorte de estar com as pessoas certas, entre aspas, pode sentir-se muito bem acolhido em Portugal. É a apreciação que eu tenho, é a apreciação que meus pais têm, apesar de não estarem cá, de sentirem-se em casa. A única

maneira, isso é uma opinião muito pessoal, a maneira de fazer com que essa integração se prolongue por mais tempo é a nível afectivo” (C).

“A integração é um processo complexo. Uma coisa é a integração legal, outra coisa é a integração social e outra coisa é a integração no mercado de trabalho. Em termos gerais, diria que é se sentirem um elemento da sociedade portuguesa sem ter que abrir mão de quem são, da sua religião e dos seus costumes” (E).

“A integração é uma coisa muito abstrata, não é? E o que para uns será integração, para outros não será, certamente. E depois falamos em integração e tal, a aculturação, e se não estamos a deturpar aquilo que é a pessoa na sua gênese e a querer modificá-la para que ela se enquadre em determinado padrão social, portanto isso é tudo muito subjectivo. Para mim, integração, é de acordo com os padrões reais, a pessoa conseguir atingir os seus objectivos. Pronto, e que pode ser tanta coisa” (H).

“Isso é difícil de responder. Não sei se os portugueses são todos integrados também na sociedade, mas pronto. Uma pessoa integrada é uma pessoa que consegue comunicar com os outros, portanto, domina minimamente a língua da sociedade onde vive. Sabe aceder aos diferentes serviços que possa precisar. Sabe se movimentar, não precisa estar sempre nos guetos das suas comunidades. É uma pessoa que tem uma vida normal, entre aspas, como qualquer outra pessoa. Não vive num mundinho, numa ilha do seu país. Isso não é estar integrado. Para mim conseguir estar integrado é conseguir comunicar com toda a gente da sociedade onde vive. Mas é uma pessoa, que embora possa ter limitações, não vive abaixo do que é considerado um nível médio de vida. Se a pessoa não tem isso não está integrada, está à margem. Portanto, esse nível socioeconómico também é importante para mim e o nível também da convivência onde se está e o conhecimento da sociedade onde vive” (L).

“Com a documentação. Acho que assim, por trabalho, pode trabalhar à vontade mesmo. Pronto, as instituições, cada um depende da sorte dele. Uma pessoa que tem documento se sente à vontade para dizer aquilo que ele quer dizer. Quando tu estás num país, tu não tem documento do país, tu não pode dizer nada. Não, tu não tem liberdade” (O).

“Mais ainda do que isso: o que é integração sustentada ou sustentável, entendestes? Porque integrar por integrar, não é, ninguém precisava dizer o que é. O que vejo é que os projectos são idealizados não para dar resposta ao grupo alvo, mas para dar resposta aos princípios e teorias que eu aprendi. Depois temos que andar a vida toda a justificar o injustificável. Percebeste? O problema é do utente, o problema é do residente, o problema é do grupo alvo que não adere. E eu pergunto só se esse projecto que fez estava de acordo com as necessidades do grupo alvo ou do grupo de residentes. Estar integrado é estar ao meu lado. Este moço africano ou daqui, dali, dacolá, vai para a vida activa como eu vou. Em igualdade de circunstâncias, não é? São olhados de igual para igual, discutem de igual pra igual” (T).

“Você é imigrante, chega aqui, tens que ter documento para trabalhar, e para ter o documento tu tens que trabalhar. Pá, mas afinal, em que situação é que estamos? E depois por um outro lado fala-se de globalização, livre circulação de bens e das pessoas, mas eu não vejo globalização, livre circulação de bens e das pessoas. Complicado [risos] ” (I).

“A integração a meu ver é ajudar uma pessoa a integrar-se na realidade do país onde se encontra, pois cada país tem a sua cultura” (G).

3.5.5 A noção de boas práticas para a integração

A partir do sentido atribuído ao processo de integração, os interlocutores procuraram reflectir sobre uma concepção de boas práticas. Orientados pela motivação de contribuir para relações mais humana e equilibradas, a narrativa das boas práticas assume uma dimensão institucional que para a maioria dos interlocutores “escapa” às suas preocupações no seu “fazer” no campo.

Nas palavras de Giddens, a “integração pode ser definida como laços regularizados, intercâmbios ou reciprocidade de práticas entre actores ou colectividades” (Giddens, 1979:76), e mais a frente alerta para o facto de que “é importante ressaltar que, como empregado aqui, de qualquer modo, a integração não é sinónimo de coesão e certamente não de consenso” (Giddens, *ibid*). Como nos foi possível perceber nas falas dos interlocutores, no ponto anterior, o processo de integração assume diferentes significados construindo diferentes possibilidades de se pensar as boas práticas.

Em termos gerais, as boas práticas foram definidas como a transmissão das regras sociais e culturais do país de acolhimento, a produção de medidas integradas e não de programas isolados de intervenção, abertura para o diálogo e para ir ao encontro das populações em situação de vulnerabilidade, ajuste às necessidades individuais, convivência e respeito mútuos, criação de oportunidades, partilha de informações e mudança de mentalidade.

Os interlocutores, de uma forma geral, conceptualizam as boas práticas de acordo com o modelo de duas-vias adoptado por Papademetriu (2003), onde imigrantes e sociedade de acolhimento esforçam-se, em parceria, para alcançar resultados comuns e satisfatórios. Ao mesmo tempo, não se mostram distantes do argumento, defendido por Pennix (2003), de que a sociedade de acolhimento e as suas instituições têm uma responsabilidade acrescida na produção de respostas e alternativas aos desafios emergentes no processo de adaptação e ajuste mútuos observados no processo de integração das populações imigrantes.

A vida social, como um mundo complexo de relações simbólicas (Mauss, 1950), permite a manipulação de discursos que definem classes de pessoas, normalizam a sua forma de ser-no-mundo, pressupõem uma essência/natureza e condicionam a forma pela qual representamos o outro e nos relacionamos com ele, reconhecendo as suas capacidades e potencialidades. Assim, o contacto e a partilha são transversais às narrativas dos interlocutores como meios de confrontar estereótipos e promover a “desconstrução de equívocos interiorizados acriticamente por muitos povos europeus contra os imigrantes” (Passos, 2008:06).

As boas práticas, segundo os interlocutores, devem promover a cidadania, a construção de alternativas e a ampliação das oportunidades que os indivíduos têm para contribuir na comunidade onde residem e alcançar os seus objectivos. Importa referir que, mais uma vez, a questão documental tem um peso importante e não se pode perder de vista o facto de que “se pode estar sem papéis mas não sem direitos” (Castany, 2008).¹⁵

“As boas práticas para integração, as boas práticas (...) hum (...) quanto a mim, que não tive muito tempo para pensar sobre isso, ou não estou a ter tempo, mas as boas práticas são as regras, não é? Existem regras na vida das pessoas para que as pessoas consigam se integrar. Então, se elas, principalmente, se vêm de sítios que, portanto, certamente não terão as mesmas linhas orientadoras. Cada país tem as suas boas práticas, não é? E seus bons costumes” (V).

“Boa prática, primeiro não é a tutoria, mas sim um conjunto de medidas que se estabelece dentro de um programa geral, dentro do qual a tutoria é uma medida, ou um elemento de apoio. Depois, estamos a falar dentro do que são imigrantes, residentes no JRS, ou seja, é muito específico, mas aqueles elementos que integram, aquele programa que existe no Centro Pedro Arrupe, é de certeza que pode ser extraído e utilizado em programas maiores” (J).

“As pessoas têm que sair dos gabinetes e ir ter com as pessoas, não pode ser só as pessoas só a vir ter connosco. Os técnicos têm que ir ter com as pessoas e tentar perceber quais as necessidades que elas têm. E, pronto, é isso. E o projecto de vida ser sempre definido em conjunto, a pessoa, o técnico, mas a pessoa é quem sabe aquilo que quer” (S).

“Boas práticas para integração é eles sentirem que (...), é nós conseguirmos transmitir que estamos aqui para os ajudar. Porque às vezes há pequeninas coisas, mal entendidos, que eles levam (...). As culturas são diferentes. E podem não entender e o esclarecer as coisas na altura ajuda. E aqui há muito diálogo, muito diálogo” (P).

“SEF, JRS, os apoios sociais são boas práticas para os imigrantes. Também o CNAI. São lugares muito, são sectores, fundamentais para o imigrante” (A).

¹⁵ http://elpais.com/diario/2008/06/24/opinion/1214258411_850215.html acessado em 06 de junho de 2012

“Boa prática é começar a conviver com as pessoas, desenvolver actividades, porque acho que a partir daí começa a se integrar. Acho que o mais importante é mesmo isso. Conviver, praticar algum tipo de actividade, a nível de emprego, a passatempo, acho que a partir daí já é um bom começo” (N).

“A boa prática passa pela homogeneidade no fornecimento de informação. Aqui, o que se passa, epá, numa mesma instituição, na mesma secção, no mesmo departamento, a pessoa chega e pede informação a uma pessoa que pertence ao departamento, vai-lhe dar, no mesmo dia, pedindo a mesma informação para outra pessoa pertencente ao mesmo departamento, epá, vai repetir uma informação completamente diferente, que não tem nada a ver. E depois, quem é penalizado, acima das penalizações, é ele próprio, a própria pessoa que foi lá pedir as informações” (B).

“Para uma boa prática é preciso as pessoas terem contacto umas com as outras. É só conhecendo a diferença é que se vai perceber, que se calhar, a diferença não é assim tanta como aparentemente parece” (C).

“As boas práticas passam por ouvir, reagir, perceber, atender as necessidades individuais e construir alternativas” (E).

“Nós somos o segundo país com melhores práticas, na Europa, em termos de integração. Depois, na prática não é isso que se vê, mas [risos] eu acho que as boas práticas são tratar as pessoas humanamente. E pronto, não lhes retirar a sua dignidade. Porque muitas das vezes as pessoas são tratadas de acordo com os papéis que apresentam e a pessoa é mais do que um papel. A boa prática é conseguir ver a pessoa e tratar a pessoa para além do documento que ela apresenta” (H).

“A tutoria pode ser uma boa prática, no sentido em que traz outras pessoas que não os residentes do Centro e as pessoas que ele já conhece do seu meio, traz outras pessoas que, a partida, já estão integradas na sociedade portuguesa, e portanto, são pessoas que podem ajudar na integração” (L).

“Boa prática é cumprir a lei. A lei diz que quem está em Portugal e trabalha com contrato de 6 meses pode ser legalizado. Mas existem pessoas com 1 ano de desconto contínuo de trabalho, com contrato de 2 anos, que tem o seu processo no serviço de estrangeiros, e essa pessoa não é legalizada. Por quê? Porque a lei é cega, a lei é cega e não deveria ser assim” (O).

“A boa prática, na minha opinião, é a investigação-acção. Passa pela investigação-acção. Boa prática é gostar daquilo que se faz. Não somos meros administrativos, nem meros peões de jogo. Somos elementos humanos, pessoas, estamos a ajudar outras pessoas. É através de uma aula de português, é através de uma aula de inglês, né? Quer dizer, isto é a boa prática. Quer dizer, é a sociedade vir ao gueto, não é, e não manter o gueto” (T).

“Boas práticas para mim começam pela mudança da mentalidade. É preciso que nos afastemos um bocadinho daquelas eras da antiguidade. Porque o que eu vejo, o que constato é que as pessoas ainda andam com bocadinho de macaquinhos, dos tempos coloniais. E a imigração, sobretudo no caso de Portugal, que é um país que não tem que reclamar dos imigrantes, do meu ponto de vista, não tem a reclamar. Se você já esteve há 500 anos naqueles países a andar dali para lá, e já fizestes filhos para ali, e já fizestes casas para ali, já comprastes terrenos para ali, tinhas uma vida orientada para ali. E por que hoje você acha estranho aquela pessoa na sua terra? Quer dizer, sua terra entre aspas, é o modo das pessoas falarem, ninguém tem terra; a terra é de Deus” (I).

“É conquistar a confiança das pessoas, ser amigo acima de tudo e não apenas um técnico, ajudar sempre que for solicitado, compreender que podia ser eu a precisar. Tenho a imagem de estarmos todos a jogar à bola, ciganos, utentes, técnicos e mesmo a direcção do JRS, no fim das contas somos todos iguais.” (G).

DISCUSSÃO: Integração e Boas Práticas

Explorar as representações dos diferentes interlocutores num campo complexo de relações, a saber, o campo do acolhimento e da integração das populações imigrantes, possibilitou-me ampliar a forma de se pensar e significar a própria intervenção. Os motivos, as experiências, as necessidades e o posicionamento assumido pelos diferentes actores conjugam-se e oferecem um quadro de referências para reflectirmos sobre o processo de integração e sobre a produção e o acesso ao bem-estar.

A revisão bibliográfica mostrou-se fundamental na construção do estudo e na definição dos temas a serem explorados. Permitiu olhar para o campo com “novos olhos” e procurar na interface das relações quotidianas o sentido e o significado atribuídos às necessidades percebidas e às formas de intervenção privilegiadas.

Neste sentido, as entrevistas assumem uma importância particular ao criar as condições para aceder às ideias, imagens e percepções atribuídas e vividas pelos interlocutores na construção da relação de ajuda, oferecendo um espaço para que estas representações possam ganhar expressão. Ao assumir um duplo posicionamento, de tutora e investigadora, as entrevistas possibilitaram-me o afastamento do campo necessário para reflectir sobre as dinâmicas presentes na colaboração prestada.

O reconhecimento das migrações internacionais como uma componente característica da vida moderna e de uma economia global cada vez mais integrada, a sua capacidade de oferecer benefícios aos indivíduos bem como às sociedades de origem e de destino, não foi ainda acompanhado por um investimento suficiente em desenvolver ou reforçar as ferramentas necessárias para concretizar o potencial positivo da migração, minimizando as possíveis consequências negativas, de forma equilibrada e abrangente, nomeadamente em termos de políticas sólidas de integração (IOM, 2010).

Esta realidade, segundo Pennix prende-se ao facto de que muitos governos tendem a gerir as migrações internacionais a partir da representação tradicional do Estado-Nação. Assim, “como consequência, as políticas migratórias têm sido de controlo centralizado e carácter defensivo ao invés de proactivo. Da mesma forma, as políticas de integração dos imigrantes têm sido de carácter reativo quando não de todo ausente” (Pennix, 2003).

A assistência social mantém a sua função de proteger e integrar os indivíduos mais vulneráveis, que cumpram com determinados critérios de elegibilidade, protegendo ao mesmo tempo o conjunto da população dos possíveis danos que estes mesmos indivíduos possam vir

a causar (Cruikshank, 1999; Inda, 2006). Entretanto, se em épocas anteriores o desafio organizava-se a volta da transformação de um actor social subordinado num sujeito social pleno, a questão agora é, sobretudo, amenizar a presença “dos excessos”, “torná-la discreta a ponto de apagá-la” (Castel, 2003: 33).

O CPA é criado para responder uma demanda crescente em apoiar imigrantes e deslocados do seu país de origem em situação de extrema vulnerabilidade social, ou seja, pessoas que se encontram incapazes de cumprir com as necessidades básicas de alojamento, alimentação, vestuário, higiene, segurança, entre outros.

Neste sentido, o Centro constitui-se como uma medida reativa de intervenção, ou seja, um espaço para gerir a situação de vulnerabilidade já estabelecida, ao mesmo tempo que, através dos projectos em execução, são promovidas ações proactivas que visam capacitar os indivíduos para saírem da situação de vulnerabilidade, integrá-los numa comunidade e criar alternativas viáveis para a realização do seu projecto de vida.

Não obstante o facto de Portugal ser reconhecido internacionalmente como um país executor de boas práticas para a integração destas populações, a revisão da literatura aponta para o facto de que os imigrantes têm poucas hipóteses de escapar às situações de desvantagem, estando sujeitos a processos de marginalização e exclusão social. O que se observa, por vezes, é uma integração subordinada, ou seja, os imigrantes são integrados desde que ocupem espaços pré-determinados e disponíveis na estrutura social.

Esta realidade salienta as lacunas entre a esfera legislativa e a prática quotidiana e demanda esforços de reflexão crítica sobre a forma como a assistência se configura no terreno e as condições concretas para o exercício das suas funções. As abordagens que assumem a situação de desvantagem como uma incapacidade própria do indivíduo em autogerir-se “esquivam-se a analisar as *oportunidades* que os indivíduos têm para alcançarem os seus objectivos e os *processos* através dos quais chegam a escolher ou não” (Pussetti e Brazzabeni, 2011:470).

A população atendida no CPA ao mesmo tempo que compreende uma variedade de origens, trajectórias, histórias de vida e necessidades, compartilha uma característica comum: o facto de se encontrem numa situação de dependência e de impossibilidade de atenderem as suas necessidades mais básicas.

A Tutoria Social, como medida complementar de apoio, procura oferecer ferramentas, a nível individual, para que os residentes possam (re) descobrir e desenvolver as suas

capacidades e exercer a sua agência na construção de um espaço de experimentação, flexibilidade e adaptabilidade.

O facto de ser uma actividade exercida por voluntários possibilita, por um lado, uma maior capacidade de resposta por parte do Centro, abrangendo um número maior de residentes e, por outro, sustenta-se na dependência em relação a estes mesmos voluntários que devem assumir compromissos e responsabilidades face à intervenção.

Para os tutores e para a equipa, de forma geral, a tutoria revela-se como um espaço de partilha, aprendizagem, respeito mútuo e de inventividade. Estar com o indivíduo sempre que possível, escutar, interagir, negociar perspectivas e potencializar capacidades não só faz sentido, em termos da própria função da assistência social, como é uma acção necessária para a construção de uma sociedade mais justa.

Para os residentes, a figura do tutor representa a possibilidade de construção de novas formas de ser, estar e pertencer. Ao terem um espaço para partilhar as suas angústias, dificuldades, alegrias e conquistas podem (re) significar experiências, aceder a novas ideias e construir alternativas. O tutor transforma-se numa figura de referência e de suporte e o ser voluntário, o estar ali por escolha, contribui para a representação do tutor como uma pessoa com interesse genuíno em ajudar e na qual o residente pode depositar a sua confiança.

Os benefícios da intervenção são representados, principalmente, em termos de suporte e apoio emocional e linguístico, com ênfase no processo individual de cada residente. A relação de ajuda estabelecida constrói a possibilidade do desenho de alternativas e o desenvolvimento e aquisição de competências que auxiliam o indivíduo a fazer sentido da realidade à sua volta e construir as ferramentas necessárias para adaptar-se. Assim, os residentes podem ser, para além de imigrantes, pessoas com necessidades que ultrapassam as questões de regularização e de aquisição de capital linguístico, cultural e social.

Esta representação da tutoria como um espaço de abertura, partilha e troca, denominador comum de um grande número de actividades sociais, enquadra-se no argumento de Buber de que “O homem só se torna um todo, não em virtude de uma relação consigo mesmo, mas apenas em virtude de uma relação com um outro. Este outro pode ser tão condicionado e limitado como ele é; em estar juntos é que podem experienciar o incondicional e o ilimitado” (Buber, 2002:199).

Nas narrativas dos tutores, dos residentes e da equipa, não obstante a pluralidade de significados e atribuições, é possível identificarmos três narrativas ou paradigmas dominantes para enquadrar o processo de integração e a conceptualização das boas práticas. Importa

referir que as diferentes representações não são mutuamente exclusivas: por vezes confundem-se, conjugam-se e sobrepõem-se.

O primeiro paradigma é o *disciplinar*: integrar é aprender as regras do lugar onde se vive, agir em conformidade com os pressupostos da sociedade de acolhimento, ou seja, em conformidade com os valores e os princípios da sociedade portuguesa. Neste sentido, as boas práticas caracterizam-se por transmitirem as regras sociais e culturais do país de acolhimento e oferecerem as ferramentas linguísticas, sociais e culturais necessárias para que o imigrante possa inserir-se na sociedade de forma adequada e aceder aos diferentes serviços de forma a obter resultados satisfatórios.

Esta representação enquadra-se na perspectiva de “disciplinamento” e controlo, amiúde presente nas políticas e nos programas sociais orientados para a gestão dos comportamentos individuais com o objectivo de capacitar os sujeitos para o exercício da cidadania autónoma, em conformidade com valores e prescrições sociais dominantes e no cumprimento de projectos de auto-realização que garantam o bom funcionamento da sociedade como um todo (Cruikshank, 1999; Rose, 1999; In da, 2006).

O segundo paradigma é o da *solidariedade e justiça social*. Integrar é prezar pela construção de relações sociais mais humanas e equilibradas. Esta noção implica o reconhecimento e a aceitação do imigrante nas suas diferenças, semelhanças e capacidades, em igualdade de circunstâncias e oportunidades. Implica também uma tomada de posição da sociedade civil em relação aos processos de exclusão e marginalização.

A situação documental regularizada é apontada como uma etapa fundamental do processo de integração, que na perspectiva dos interlocutores acontece em diferentes níveis: legal, social e laboral. No caso particular da imigração, ter uma autorização de residência é o primeiro passo para aceder à liberdade de escolha e a igualdade de direitos e deveres fundados nos princípios orientadores das sociedades democráticas.

Tal perspectiva enquadra-se no argumento de Prilleltensky (2008) de que o bem-estar dos imigrantes, como um “estado positivo de relações” económicas, sociais, políticas e pessoais, é uma questão de justiça e não de caridade. Na opinião do autor, a imigração deve ser vista como uma oportunidade para as sociedades contemporâneas reflectirem sobre a sua aspiração de se tornarem sociedades justas e verdadeiramente democráticas.

Desta maneira, a produção e o acesso ao bem-estar está intimamente dependente do reconhecimento e do respeito pela diversidade humana, da valorização “das diferentes possibilidades de ser e fazer” (Sen, 1984:196), da concessão de direitos efectivos e da noção

de justiça social predominante na sociedade de acolhimento. Noutras palavras, o bem-estar da população está dependente da forma como os recursos são distribuídos e as condições são geradas para que o indivíduo possa exercer controlo sobre a própria vida, construir laços de pertença, negociar perspectivas e exercitar a sua voz.

Neste sentido, segundo os interlocutores entrevistados, as boas práticas constroem-se a partir de um conjunto integrado de medidas, posicionamentos e atitudes, orientados por princípios de mutualidade, cooperação e ajuste com base na investigação-acção. É essencial conhecer o terreno, identificar as necessidades, ir ao encontro das populações, construir espaços de escuta, diálogo e afirmação, promover o debate público e ajustar as intervenções de acordo com o campo. O contacto e a partilha, através da construção dum espaço comum, foram apontados como meios para combater estereótipos e preconceitos e promover o respeito entre as comunidades.

O terceiro paradigma é o *institucional*. Este paradigma manifesta-se no confronto entre as narrativas dos interlocutores e as directivas encontradas nos manuais de boas práticas e relatórios internacionais. O discurso das boas práticas, neste sentido configura-se como uma estratégia institucional que procura atender às expectativas internacionais e garantir o financiamento de programas e projectos. Em última análise, utilizando a metáfora da “mão esquerda e mão direita do Estado” de Bourdieu, retomada por Wacquant (2012) as boas práticas são construídas como formas de compensar os desequilíbrios provocados pelo domínio das lógicas neoliberais contemporâneas.

O projecto neoliberal demanda a demissão do Estado de sectores essenciais da vida social. Como efeitos desta nova configuração social e política, as tensões entre um Estado forte para garantir a regulação do social e um Estado mínimo para garantir o livre mercado têm produzido desequilíbrios sociais significativos e colocado em questão a função do Estado como mediador entre as exigências de uma política interna e as exigências de uma política externa cada vez mais competitiva.

Neste sentido, Sen defende que “a questão fundamental é que uma boa sociedade necessita tanto de instituições baseadas no Estado quanto de instituições de mercado” (Sen, 2012) ¹⁶. O Estado é um actor central na condução de estratégias que garantam a eficiência e a equidade

¹⁶ <http://www.fronterasdopensamento.com.br/portal/noticias/2012/04/19/amartya-sen-a-sociedade-requer-estado-e-mercado> acessado em 22 de abril de 2012.

em áreas essenciais como a saúde, a educação, a segurança social, entre outros. Não menos importante, o Estado deve estar atento e “impedir a economia de mercado de correr riscos excessivos na busca por lucros rápidos” (Sen, *ibid*).

Integrar, como um processo de regulação social, situa-se numa linha ténue entre negociar e incluir *versus* disciplinar e moldar. Os programas e práticas para a integração, nos mais variados contextos, conduzidos por diferentes actores, podem tanto promover a autonomia e o empoderamento como assumir formas eficazes de controlo e de enquadramento das populações imigrantes (Cruikshank, 1999; Inda, 2006).

Os modelos de gestão e de intervenção e os respectivos actores sociais envolvidos podem tanto, por um lado, estimular a autonomia, a produção do bem-estar e a justiça social, quanto por outro, reproduzir modelos, relações de poder e processos de dominância. Importa referir que os modelos de gestão e de intervenção contribuem para a produção permanente de novos conhecimentos que são, por sua vez, incorporados e adaptados na criação de novas políticas e novos serviços continuamente apresentados como soluções às situações de pobreza, marginalização e exclusão social.

Contudo, negar o sentido de uma prática social crítica, em última análise, é reforçar/ apoiar o discurso neoliberal de intervenção mínima e controle máximo (Wacquant, 2012). A gestão das necessidades pessoais, dos comportamentos socialmente pré-escritos e da prestação de serviços deve firmar-se num exercício de permanente reflexão em diálogo com o terreno. A articulação entre políticas públicas e políticas sociais é necessária em todo processo, da concepção à execução, e deve contar com a participação de todos os actores sociais por elas afectados.

Assim, a partir da observação no campo e das narrativas dos interlocutores, num contexto de “crises” económica, política, social, propomos ler a tutoria como um espaço de negociação de valores, entre sujeitos com pertenças distintas, que se estrutura na permanente oscilação entre práticas normativas e práticas que privilegiam o exercício da voz com ênfase na liberdade substantiva dos sujeitos.

Como demonstram as representações dos interlocutores, é possível aceder a uma conceptualização das boas práticas como um conjunto de medidas que promovam acções de respeito, mutualidade e responsividade, mas também de aquisição de competências e valores normativos. Importa referir o reconhecimento da necessidade de produção de acções integradas: negociadas e executadas com a participação das populações imigrantes e dos actores envolvidos no seu “fazer” no campo.

Ao tomar emprestadas as palavras de Sen (1984:178) de que “é possível que não exista uma ‘melhor’ ação (ou ‘melhor’ estado)”, reforça-se a necessidade de constante reflexão crítica, “no espaço sempre mais doméstico da contemporaneidade” (Vacchiano, 2009:204) sobre a pluralidade de sentidos, objectivos, dinâmicas e processos que são quotidianamente incorporados às racionalidades políticas, às práticas sociais e às experiências pessoal e social dos imigrantes.

O recurso ao voluntariado mostrou-se uma mais-valia do projecto de Tutoria Social, em termos de ampliação de perspectivas e de possibilidades de execução no campo. Explorar as motivações dos voluntários, os significados que atribuem à sua colaboração e o papel que podem exercer, com as suas potencialidades e limites, devem ser levados em conta na concepção de programas e projectos que têm como objectivo a intervenção no campo vasto e plural da assistência social.

BIBLIOGRAFIA

- Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P (2010), Relatório de Atividades 2010, Lisboa.
- Disponível em: <http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p/documentos-acidi/relatorios-de-atividades>
- Alsop, Ruth e Nina Heinsohn (2005), “Measuring Empowerment in Practice: Structuring Analysis and Framing Indicators”, *World Bank Policy Research, Working Paper 3510*.
- Disponível em: <http://econ.worldbank.org>
- António, João H.C (2011), “Atitudes face à imigração e aos imigrantes em Portugal”, em António, João H.C e Verónica Policarpo (orgs.), *Os Imigrantes e a Imigração aos Olhos dos Portugueses: Manifestações de Preconceito e Perspectivas sobre a Inserção de Imigrantes*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- António, João H.C e Verónica Policarpo (orgs.), *Os Imigrantes e a Imigração aos Olhos dos Portugueses: Manifestações de Preconceito e Perspectivas sobre a Inserção de Imigrantes*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Appadurai, A. (1991), “Global ethnoscapas: notes and queries for a transnational anthropology”, *Recapturing Anthropology: Working in the Present*, ed. R Fox, pp. 191–210. Santa Fe: Sch. Am. Res.
- Balibar, Etienne (2004), “Europe as borderland: The 2004 Alexander von Humboldt Lecture in Human Geography”, Institute for Human Geography, University of Nijmegen.
- Disponível em: www.ru.nl/socgeo/colloquium/Europe%20as%20Borderland.pdf
- Balibar, Etienne (2010), “At the Borders of Citizenship: A Democracy in Translation?” *European Journal of Social Theory*, 13(3):315-322.
- Bloemraad, Irene, Korteweg, Anna e Yurdakul, Gokçe (2008), “Citizenship and Immigration: Multiculturalism, Assimilation, and Challenges to the Nation-State”, *Annual Review of Sociology*, (34): 153-179.
- Disponível em: www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.soc.34.040507.134608
- Buber, Martin (2002), *Between man and man*, London and New York: Routledge Classics.
- Castel, Robert (1998), *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*, Petrópolis: Vozes.
- Castles, Stephen (2000), “International Migration at the Beginning of the Twenty-First Century: Global Trends and Issues”, *International Social Sciences Journal*, UNESCO, (165):269-281.
- Centro Pedro Arrupe (2009), Regulamento Interno, Lisboa.
- Centro Pedro Arrupe (2011), Reunião de Tutores, em 24 de março de 2011, Lisboa.
- Centro Pedro Arrupe (2012), Reunião de Tutores, em 31 de janeiro de 2012, Lisboa
- Comissão Europeia (2010), *Manual de Integração para Decisores Políticos e Profissionais*, 3ª edição, Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- Cruikshank, Barbara (1999), *The Will to Empower: Democratic Citizens and Other Subject*, Ithaca and London, Cornell University Press.
- Cunha, Manuela e Antónia Lima (2010), "Ethnography and the Public Sphere: Summarizing Questions", *Etnográfica*, 14 (1): 61-69.

- Das, Veena e Deborah Poole (Eds.) (2004), *Anthropology in the Margins of the State*, Oxford: School of American Research Press.
- Davies, Charlotte Aull (1999), *Reflexive Ethnography: a guide to researching selves and others*, Londres and New York: Routledge.
- Fassin, Didier (2001), “The Biopolitics of Otherness: Undocumented Foreigners and Racial Discrimination in French Public Debate”, *Anthropology Today*, 17 (1): 3-7.
- Fassin, Didier (2009), “Another Politics of Life is Possible”, *Theory, Culture & Society*, 26 (5): 44-60.
- Fassin, Didier (2010), “Critique of Humanitarian Reason” comunicação apresentada no âmbito das conferências públicas do Institute for Advanced Study, IAS, 17 de Fevereiro de 2010, Princeton.
- Disponível em: <http://video.ias.edu/stream&ref=332>
- Fassin, Didier (2011), “Policing Borders, Producing Boundaries: The Governmentality of Immigration in Dark Times”, *Annual Review of Anthropology*, 40:213-226.
- Feldman, Ilana e Miriam Ticktin (eds.) (2010), “Government and Humanity” em Feldman, Ilana e Miriam Ticktin (eds.), *In the Name of Humanity: The Government of Threat and Care*. Durham & London: Duke University Press.
- Fisher, William F. (1997), “Doing Good? The Politics and Anti-Politics of NGO Practices”, *Annual Review of Anthropology*, 26, 439-64.
- Fonseca, Maria Lucinda e Monica Goracci (orgs.) (2007), *Mapa de Boas Práticas – Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal*, Lisboa: OIM / ACIDI.
- Foucault, Michel (1991), “Governmentality” em Burchell, Graham, Colin Gordon, e Peter Miller (eds.), *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*, 87-104, Chicago: University of Chicago Press.
- Frank, Katherine (2006), “Agency”, *Anthropological Theory*, 6(3):281-302.
- Friese, Heidrun e Sandro Mezzadra (2010), “Introduction”, *European Journal of Social Theory* 13(3): 299-213.
- Giddens, Anthony (1979), “Agency, Structure” em Giddens, Anthony, *Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Theory*, Berkeley, CA, The University of California Press.
- Ghosh, Bimal (2011), “*The Global Economic Crisis and Migration: Where Do We Go From Here*”, International Organization for Migration (IOM).
- Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/where_do_we_go.pdf
- Hannerz, Ulf (1997), “Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-chave da Antropologia Transnacional”, *Mana* 3(1): 7 – 39.
- Hur, Mann Hyung (2006), “Empowerment in Terms of Theoretical Perspectives: Exploring a Typology of the Processes and Component across Disciplines”, *Journal of Community Psychology*, 34, 523-540.
- Inda, Jonathan Xavier (2000), “A Flexible World: Capitalism, Citizenship, and Postnational Zones”, *Polar: Political and Legal Anthropology Review* 23(1):86-102.
- Inda, Jonathan Xavier (2006), *Targeting Immigrants: Government, Technology and Ethics*, Malden and Oxford, Blackwell Publishing.

- Inda, Jonathan Xavier (2006b), “Border Prophylaxis: Technology, Illegality, and the Government of Immigration”, *Cultural Dynamics*, 18(2): 115-38.
- International Organization for Migration (2010), *The Future of Migration: Building Capacities for Change*, World Migration Report.
- International Organization for Migration (2011), *Communicating Effectively about Migration*, World Migration Report.
- Joppke, Christian (2012), “The Role of The State in Cultural Integration: Trends, Challenges and Ways ahead”, *Transatlantic Council on Migration*, Migration Policy Institute Europe.
- Disponível em www.migrationpolicy.org/pubs/CivicIntegration-Joppke.pdf
- Kleba, Maria Elizabeth e Agueda Wendausen (2009), “Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política”, *Saúde Soc.* São Paulo, 18 (4): 733-743.
- Koikkalainen, Saara (2011), “Free Movement in Europe: Past and Present”, *Migration Information Source. Fresh Thought, Authoritative Data, Global Reach*, Migration Policy Institute.
- Disponível em: www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=836
- Lenke, Thomas (2000), “Foucault, Governmentality, and Critique”, apresentado em The Rethinking Marxism Conference, de 21 a 24 de Setembro, University of Amherst.
- Machado, Fernando Luís (1997), “Contornos e especificidades da imigração em Portugal”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, (24): 9-44.
- Malheiros, Jorge Macaísta (2011), *Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade: Manual para Técnicas/os*, ACIDI I .P, Lisboa: Fábrica das Letras.
- Mauss, Marcel (1950), *Ensaio sobre a Dádiva*, Lisboa: Edições 70, LDA.
- Martine, George (2005), A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo Perspec* (online), 19 (3): 3-22. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392005000300001&lng=en&nr m=iso
- Mezzadra, Sandro (2004), “Citizenship in Motion”. Disponível em: <http://makeworlds.org/node/83>
- Nash, Kate (2009), “Between Citizenship and Human Rights”, *SAGE*, 43 (6): 1067-1081.
- Newland, Kathleen (2003), “Migration as a Factor in Development and Poverty Reduction”, *Migration Information Source, Fresh Thought, Authoritative Data, Global Reach*, Migration Policy Institute.
- Disponível em: www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=136
- Niessen, Jan (2010), “Using MIPEX for improving integration policies”, comunicação apresentada no Fórum Internacional “Integração de Imigrantes”, em 16 e 17 de dezembro de 2010, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Organização Internacional para as Migrações (2009), *Glossário Sobre Migração*, Direito Internacional da Migração, 22.
- Papademetriou, Demetrios G (2003), “Policy considerations for Immigrant Integration”, *Migration Information Source, Fresh Thought, Authoritative Data, Global Reach*, Migration Policy Institute.
- Disponível em: www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=171

- Passos, Joana (2008), “Lisbon, Lisboa and Portugal: Immigrant’s Stories and Hosts’ Prejudice”, *Afroeuropa* (2): 3.
- Peixoto, João (2007), Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal, *Análise Social*, Lisboa (183):445-469.
- Pena, Rui *et all* (coord.), (2010), *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*, Edições Tinta da China, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Penninx, Rinus (2003), “Integration: the Role of Communities, Institutions, and the State”, *Migration Information Source. Fresh Thought, Authoritative Data, Global Reach*, Migration Policy Institute.
- Disponível em: www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=168
- Penninx, Rinus (2006), “Introduction”, em: Penninx, Rinus, Maria Berger; Karen Kraal, (eds.): *The Dynamics of Migration and Settlement in Europe: A State of the Art*, Imiscoe JointStudies, Amsterdam: Amsterdam University Press, pp: 7-17.
- Pires, Rui Pena (coord), Fernando Luís Machado, João Peixoto, Maria João Vaz (2010), *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: Edições Tinta da China.
- Pires, Sônia (2011), “Imigração e Governos Constitucionais em Portugal”, em António, João H.C e Verónica Policarpo (orgs.), *Os Imigrantes e a Imigração aos Olhos dos Portugueses: Manifestações de Preconceito e Perspectivas sobre a Inserção de Imigrantes*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Porsse, Melody de Campos Soares e Luis Roque Klering (2008), “A abordagem das capacitações: um modelo alternativo para as ações públicas”, *REDES*, Santa Cruz do Sul, 13 (1):137– 159.
- Presidência do Conselho de Ministros/ACIDI (2010), II Plano para a Integração dos Imigrantes, PII 2010-2013, Diário da República - 1º série - N°182 – 17 de setembro de 2010.
- Prilleltensky, Isaac (2005), “Promoting well-being: Time for a paradigm shift in health and human services”, *Scandinavian Journal of Public Health*, 33, 53–60.
- Prilleltensky, Isaac (2007), “Power, justice, and well-being in the lives of migrants”, comunicação apresentada em European Community Psychology Association conference, Sevilla, Spain, 19 de setembro, 2007.
- Prilleltensky, Isaac (2008), “Migrant Well-Being is a Multilevel, Dynamic, and Value Dependent Phenomenon”, *American Journal of Community Psychology*, 42, 359-364.
- Projecto Imigrantes e Serviços de Apoio Social: Tecnologias de Cidadania em Portugal, PTDC/CS-ANT/101179/2008
- Pussetti, Chiara (2010), “Identidades em Crise: Imigrantes, Emoções e Saúde Mental em Portugal”, *Saúde Soc.* São Paulo, 19 (1): 94-113.
- Pussetti, Chiara; Brazzabeni, Micol (2011), “Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo”, *Etnográfica*, 15 (3): 467-478.
- Rabaça, Clara e Pedro Cunha (2007), Algumas perspectivas sobre imigração: da imigração económica à integração social, (online), (10): 299-322, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Disponível em: <http://hdl.handle.net/10284/1826>

- Rose, Nikolas (1999), *Governing the Soul: The Shaping of the Private Self*, London: Routledge.
- Rose, Nikolas, Pat O'Malley e Mariana Valverde (2006), "Governmentality", *Annual Review of Law and Social Science*, (2): 83-104.
- Russel, Sharon Stanton (2003), "Migration and Development: Reframing the International Policy Agenda", *Migration Information Source. Fresh Thought, Authoritative Data, Global Reach*, Migration Policy Institute.
- Disponível em: www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=126
- Sarró, Ramon; Mapril, José (2011), "'Cidadãos e Súbditos': imigração, cidadania e o legado colonial na Europa contemporânea", *Migrações*, 8: 27-34.
- Sayad, Abdelmalek (2004), *The Suffering of the Immigrant*, Cambridge: Polity Press.
- Schinkel, Willem (2009), "'Illegal aliens' & the state, or: Bare bodies versus the zombie", *International Sociology* 24(6): 779-806.
- Sen, Amartya (1985), "Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures 1984", *The Journal of Philosophy*, 82(4): 169-221.
- Sen, Amartya (2005), "Human Rights and Capabilities", *Journal of Human Development*, 6(2): 151-166.
- Sen, Amartya (2009), *The Idea of Justice*, The Belknap Press of Harvard University Press Cambridge, Massachusetts.
- Serviço Jesuíta aos Refugiados (2011), Relatório Geral de Actividades do JRS-Portugal 2011, Lisboa.
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2009), *Trends in International Migrant Stock: The 2008 Revision* (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2008).
- Vacchiano, Francesco (2009), "Investigación y participación en el trabajo con los inmigrantes" em Comelles, Josep M *et al* (2009) *Migraciones y Salud*, Tarragona: URV.
- Wacquant, Loïc (2012), "Three steps to a historical anthropology of actually existing neoliberalism", *Social Anthropology*, 20 (1): 66-79.

FONTES ELETRÓNICAS

- <http://www.acidi.gov.pt/>
- <http://www.globalmigrationgroup.org/>
- <http://www.ias.edu/>
- <http://www.iom.int/jahia/jsp/index.jsp>
- <http://www.migrationpolicy.org/>
- <http://www.jrsportugal.pt/conteudo>
- <http://www.un.org/en/development/desa/index.html>
- http://www.coe.int/t/dg4/intercultural/goodpractice_EN.asp#TopOfPage
- http://politica.elpais.com/politica/2012/04/12/actualidad/1334255315_643884.html acessado em 12 de abril de 2012
- <http://www.presseurop.eu/en/content/article/1831501-indignado-generation-finds-happiness-abroad> acessado em 20 de abril de 2012.
- <http://www.frenteirasdopensamento.com.br/portal/noticias/2012/04/19/amartya-sen-a-sociedade-requer-estado-e-mercado> acessado em 22 de abril de 2012.
- http://elpais.com/diario/2008/06/24/opinion/1214258411_850215.html acessado em 06 de junho de 2012.

ANEXO – GUIÕES DE ENTREVISTA

Guião de entrevista – Tutores

- Qual a sua formação académica e/ou profissional?
- Há quanto tempo colabora com o CPA?
- Como tem conhecimento do trabalho desenvolvido pelo JRS, nomeadamente, o CPA?
- Na sua perspectiva, quem são os utentes do Centro?
- Entre os projectos existentes porque o projecto de Tutoria Social?
- Como apresenta o projecto de Tutoria Social?
- Expectativas em relação à intervenção/experiências/representações.
- Quais os benefícios percebidos em relação à intervenção?
- Uma palavra, cor ou imagem que associe à tutoria.
- Como descreve a relação com a equipa técnica?
- Qual a sua opinião sobre o trabalho desenvolvido pela instituição?
- Na sua opinião, o que é integração?
- A partir da sua experiência de colaboração o que são as boas práticas para a integração de imigrantes?

Guião de entrevista – Residentes

- Qual o seu país de origem e há quanto tempo está em Portugal?
- Fale-me um pouco sobre a sua trajetória migratória: Como chega a Portugal? Porque Portugal?
- Quais as suas expectativas em relação ao país?
- Como tem sido a experiência em Portugal?
- Como chega ao CPA?
- Fale-me um pouco da experiência de viver no Centro; as actividades/ convívio com os outros residentes/ relação com a equipa técnica.
- Fale-me um pouco da sua experiência na tutoria e com o seu(a) tutor(a).
- Uma palavra, cor ou imagem que associe a tutoria.

- Na sua opinião o que é integração?

- Na sua opinião o que pode facilitar a integração dos imigrantes em Portugal? O que é uma boa prática para a integração?

Guião de entrevista – Equipa Técnica

- Qual a sua formação académica e/ou profissional?

- Há quanto tempo colabora com o CPA?

- Qual o percurso realizado até começar a sua colaboração com o JRS?

- Na sua perspectiva, quem são os utentes do Centro?

- Como descreve o dia-a-dia do CPA?

- Como apresenta o projecto de Tutoria Social?

- Fale-me um pouco do trabalho com voluntários/ perfis/ expectativas.

- Quais os benefícios percebidos em relação à intervenção?

- Uma palavra, cor ou imagem que associe à tutoria.

- Fale-me um pouco da articulação com os demais serviços do JRS.

- Fale-me um pouco da articulação com outras instituições.

- Na sua opinião, o que é integração?

- A partir da sua experiência no campo o que são as boas práticas para a integração de imigrantes?